

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

APARECIDA DE LOURDES PAES BARRETO

**HIGIENISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PARAÍBA REPUBLICANA:
DO DISCURSO MÉDICO À PRÁTICA EDUCATIVA**

JOÃO PESSOA-PB

2010

APARECIDA DE LOURDES PAES BARRETO

**HIGIENISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PARAÍBA REPUBLICANA:
DO DISCURSO MÉDICO À PRÁTICA EDUCATIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), como exigência para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

JOÃO PESSOA-PB

2010

Catálogo na publicação
Setor de Catalogação e Classificação

B273h Barreto, Aparecida de Lourdes Paes.
Higienismo e educação escolar na Paraíba Republicana: do discurso médico
à prática educativa / Aparecida de Lourdes Paes Barreto. – João Pessoa,
2010.
126 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza.
Tese (Doutorado) – UFPB/CE

1. Educação. 2. Higienismo. 3. Higiene escolar. 4. Educação na Paraíba.
5. História da Educação. I. Título.

UFPB/BC

CDU -



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DA DOUTORANDA APARECIDA DE
LOURDES PAES BARRETO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO/CE/UFPB.

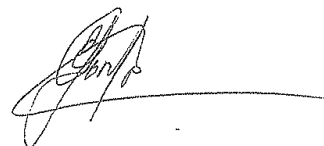
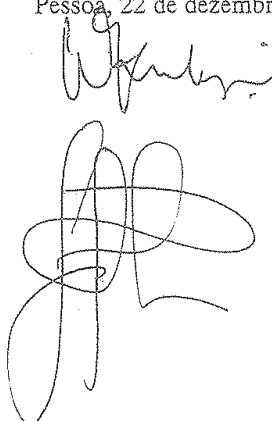
Aos vinte e dois(22)dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez(2010), às .09:00 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFPB, realizou-se a sessão de defesa de TESE do(a) doutoranda *Aparecida de Lourdes Paes Barreto*, matrícula 105100480, intitulada: "*Higienismo e Educação Escolar na Paraíba Republicana: do Discurso Médico à Prática Educativa*". Estavam presentes, os Professores Doutores: Wojciech Andrzej Kulesza – Orientador (PPGE/CE/UFPB); Maria Adailza M. Albuquerque (PPGE/CE/UFPB); Lenilde Duarte Sá – Examinador Externo -(CCS/UFPB); José Etham de Lucena Barbosa Examinador Externo (CCBS/UEPB); Carlos Augusto de A. Cardoso (PPGE/CE/UFPB) e demais convidados. O Professor *Wojciech Andrzej Kulesza* na qualidade de Orientador, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a doutoranda *Aparecida de Lourdes Paes Barreto*, para que no prazo de 30 minutos apresentasse a sua Tese. Após exposição oral apresentada pela doutoranda *Aparecida de Lourdes Paes Barreto*, o professor *Wojciech Andrzej Kulesza*, passou à palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, a doutoranda *Aparecida de Lourdes Paes Barreto*, respondeu as perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pelo Orientador o professor *Wojciech Andrzej Kulesza*, que reuniu-se secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou a TESE:

APROVADA

Dr. Erenildo João Cal
Vice-Coordenador PPGE
Mat. SIAPE 1024809

A seguir, o Orientador *Wojciech Andrzej Kulesza* apresentou o parecer da Banca Examinadora a Doutoranda *Aparecida de Lourdes Paes Barreto* bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu Rosilene Mariano de Farias, na qualidade de Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente Ata que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé. João Pessoa, 22 de dezembro de 2010.



Dr. Erenildo João Carlos
Vice-Coordenador PPGE
Mat. SIAPE 1024809

A Péricles e a Nair
Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao amigo, professor e orientador, Dr. Wojciech Andrzej Kulesza, pelos caminhos apontados e, sobretudo, pela paciência, compreensão e incentivo.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE do Centro de Educação da UFPB, pelas contribuições acadêmicas, oportunizando aprendizagens para um crescimento coletivo.

Aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade, pelo companheirismo, e de modo especial a Carlos Augusto, Maria Adailza e Doralice, pelo apoio e colaboração em meus momentos de estudo e cujas sugestões foram fundamentais para a construção desse trabalho.

Aos professores convidados, Dr^a. Lenilde Duarte Sá e Dr. José Etham de Lucena Barbosa, pela atenção e disponibilidade em participar de minha banca, cujas contribuições só vieram a acrescentar e enriquecer meu trabalho final.

Aos amigos queridos que fizeram parte dessa jornada, entre eles Arisdélia, Maria, Da Luz, Almir, Luciano, Alder Júlio, Zé Hailton, com quem partilhei anseios e que se colocaram ao meu lado, dando-me apoio e incentivo.

À minha família – filho, esposo, mãe e irmãs –, presenças marcantes no meu caminhar.

A todos, mais que meu agradecimento, meu carinho.

RESUMO

O ideário higienista, com seus desdobramentos em campos tais como a saúde e a educação, constitui uma forte marca da modernidade europeia, no contexto de seu processo de urbanização e de industrialização, com notória repercussão na sociedade brasileira, no contexto de sua Primeira República. A presente pesquisa tratou de registrar e de analisar interfaces desse processo, especialmente no que concerne às suas interferências no campo da educação. Tomou-se como recorte histórico o período da Primeira República (1889-1930). Como opção metodológica, recorremos à pesquisa bibliográfica e documental. Com base na literatura pertinente disponível, tratamos de analisar a repercussão e a expansão do ideário higienista no Brasil, em especial nos discursos, nos documentos e nas políticas governamentais aplicadas à instrução pública, no período analisado. Nesse sentido, tratamos de analisar as interfaces do ideal higienista, presentes na introdução de Higiene como disciplina, bem como presente também nos livros didáticos adotados, no mesmo período, no campo da educação na/da Paraíba.

Palavras chave: Higienismo; Educação na Paraíba; História da Educação

ABSTRACT

The hygienist ideal, with its developments in fields such as health and education, constitutes a strong mark of modernity in the context of its process of urbanization and industrialization, with a notable characteristic of the European modernity, which had an important repercussion in the Brazilian society, in the context of its first republican period. The present research tried to point out and to analyze interfaces of this historical process, especially with respect to its interferences in the field of education. The first period of Brazilian Republic (1889-1930) was taken as a historical reference for this work. As methodological option, we resorted to bibliographic and documentary research. Based on the pertinent literature available, we analyzed the repercussion and expansion of the hygienist ideal in Brazil, especially in the speeches, documents and government policies applied to public education, during this period taken for analysis. In this sense, we analyzed the interfaces of the hygienist ideal, present in the school studies elements and in the introduction of Hygiene as a discipline, and also present in the didactic books, some of which we analyze, such as they are used in the class rooms, in the education in/of Paraíba.

Keywords: Hygienist ideal, Education in Paraíba, History of Education.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	09
1.1 Contextualizando o Tema.....	09
1.2 Abordagem metodológica.....	15
 2 O higienismo na constituição da sociedade moderna.....	 20
2.1 O contexto histórico e a emergência do higienismo	20
2.2 Da higiene ao higienismo: contrapontos e desdobramentos na medicina social e no campo educativo	28
2.3 O higienismo em interface com a eugenia	38
 3 O Brasil na Primeira República – campo fértil para o ideal higienista	 46
3.1 Caracterização sócio-política e econômica do Estado brasileiro.....	46
3.2 O ideal higienista no Brasil: entrada e difusão	55
3.3 A Educação no Brasil à luz do higienismo.....	63
 4 A influência do higienismo na educação da Paraíba	 68
4.1 Índícios do higienismo na Paraíba	68
4.2 O higienismo na instrução pública paraibana	74
4.3 O higienismo no espaço escolar paraibano.....	84
4.4 Saberes em circulação: a higiene no livro didático.....	88
 6 Considerações.....	 103
7 Referências	110
Anexos	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando o Tema

O presente estudo aborda a relação entre o higienismo¹ e a educação escolar na Paraíba, no período da Primeira República. Analisa especificamente as orientações que incidiram sobre o sistema oficial de ensino, entre 1889 e 1930, como parte das políticas públicas de educação e suas interfaces com a saúde, decorrentes da incorporação do ideal higienista.

A ideia de trabalhar com a abordagem higienista no âmbito da educação da Paraíba surgiu no decorrer dos estudos realizados no grupo de pesquisa “Ciência, Educação e Sociedade” (UFPB), quando desenvolvíamos o projeto de pesquisa “Educação e Modernidade na Paraíba (1910-1930)”, no ano de 2003. Naquele momento, procurávamos avaliar a amplitude territorial do processo histórico de modernização então deslanchado no Brasil no período da Primeira República, tendo por objeto de análise as transformações ocorridas na Paraíba focando três instâncias da estrutura urbano-social, as “Escolas”, as “Igrejas” e as “Ruas”.

Além dos resultados gerais obtidos com o desenvolvimento do projeto, cada subprojeto produziu trabalhos relevantes no âmbito das respectivas áreas de conhecimento: educação e urbanismo. Em dois dos subprojetos, especificamente o das Escolas e o das Ruas, o desenvolvimento da pesquisa deu visibilidade a um discurso que se fez recorrente em diversas fontes documentais que tratavam da educação e da cidade, e de suas inter-relações com o processo de modernização no Estado, o discurso da higiene.

¹ Nos estudos sobre o higienismo encontramos diferentes formas de apresentação do termo como “movimento”, “corrente”, “ideário” ou “ideologia”. Independente da acepção de cada palavra, as mais questionáveis são “movimento” e “ideologia” em virtude de suas imbricações filosófica ou sociológica. Entretanto, considerando as derivações assumidas por esses termos, como derivação metonímia ou por extensão de sentido, como explica o dicionário HOUAISS, entendemos que todos eles comportam em seus significados uma interpretação para o fenômeno do higienismo. Por isso, não nos abstermos de nenhum dos termos, de modo que, ao longo do texto, faremos uso de qualquer um deles dependendo do arranjo textual.

Durante os estudos realizados, o olhar sobre os aspectos que envolvem a escola, centrado principalmente na Escola Normal e no Lyceu Paraibano, buscou estabelecer o lugar da escola na cidade evidenciando os percursos e circunstâncias que conduziram o movimento de organização da escolarização paraibana. O movimento de reforma educacional se deu concomitantemente ao processo de reajustamento urbano aos novos padrões que se impunham à constituição das cidades republicanas modernas.

No processo de modernização da cidade da Paraíba, grandes implementações foram concretizadas: o serviço de abastecimento de água, o esgoto sanitário, a energia elétrica e o bonde elétrico. Estes incrementos urbanos exigiram por sua vez transformações das ruas da cidade: alargamento das vias, alinhamento das edificações, construção dos passeios, postes, canalizações subterrâneas. Os ajustamentos impostos ao espaço urbano que, segundo Cardoso e Kulesza (2004, p. 3), “se pretendiam mais amplos para estimular as noções de progresso, de modernidade e de modernização”, refletiam-se também na escola, tanto na sua adequação às reformas gerais do ensino, quanto nas reformas de seus prédios que buscavam atender as necessidades emergentes com as exigências da sociedade moderna. Em meio às inovações incorporadas pela cidade, a escola se configurou como centro de ressonância e ampliação da vontade de mudar, propiciando uma nova leitura do urbano, de uma nova cultura urbana a ser decifrada, cabendo-lhe a função de ensinar hábitos que ajudassem a interpretar tal realidade (CARDOSO e KULESZA, 2004). Para Cardoso (2006), a escola seria a instituição que livraria a sociedade de seus costumes arcaicos, tornando-se então um dos requisitos básicos e condição indispensável para que o cidadão se tornasse um ser moderno. As mudanças refletiam as intencionalidades de um amplo projeto nacional em prol da modernização e do progresso; projeto esse que se inspirava em dois grandes ideais do período – a Modernidade e o Higienismo (KULESZA, 2006). Em torno desse processo, havia, portanto uma preocupação como o ordenar, disciplinar e higienizar o espaço urbano e sua população. Vislumbrando, pois, neste contexto, compreender o entrelaçamento entre o ideal higienista e a educação na Paraíba é que se constituíram as primeiras inquietações que motivaram a realização desse trabalho.

Como referência inicial para nossa reflexão, a literatura consultada sobre a educação da Paraíba revela que a constituição do sistema de ensino no Estado

evoluiu de forma lenta e incipiente desde sua origem, no período colonial, quando foram criados os primeiros núcleos de alfabetização jesuítica com fins catequéticos, até o aparecimento das primeiras cadeiras isoladas e dos primeiros colégios, já nos séculos XVIII e XIX. Desta forma, os jesuítas foram os pioneiros no processo de escolarização da Paraíba criando, além dos núcleos de alfabetização, o Colégio da Companhia (iniciado em 1748) com cursos de Filosofia, Latim e de primeiras letras (MELLO, 1996).

Contudo, as iniciativas de oficialização da instrução pública no Estado só aconteceram após a expulsão dos jesuítas, com a carta régia de 17 de abril de 1766. Assim, em linhas gerais, temos as principais ações do processo de escolarização, cronologicamente dispostas: na Capital, uma cadeira de Latim (1766) e duas escolas de primeiras letras (uma em 1784 e a outra em 1821); o primeiro curso superior (1831) que, em 1837, se constituiu no Liceu Paraibano; a primeira cadeira de ensino normal (em 1874, no Liceu) e, em 1884, a criação da Escola Normal da Paraíba. Já no interior, a instrução pública teve início, em 1822, com a criação e distribuição de escolas de primeiras letras entre as principais vilas (MELLO, 1996).

Obviamente, considerando o contexto econômico e social da época tais iniciativas representaram um avanço, se comparadas ao longo período de estagnação (quase três séculos) no qual quedou-se a educação na Província. Mesmo assim, há clara evidência de que a educação era vista como matéria secundária pelas autoridades e pelo próprio povo. As “letras”, como afirma Mello (1996), “ficavam relegadas para tempo oportuno” (p.25), mesmo entre os filhos da elite. Apesar do empenho de alguns presidentes da Província em tentarem dar uma feição mais equilibrada à educação, regulamentando normas para superação das distorções, o quadro não evoluiu significativamente no Império até a República. Em termos quantitativos e qualitativos a educação escolar na Paraíba era notoriamente precária, e a carência abrangia a oferta de vagas, o despreparo do professor para o ofício do magistério e a inadequação física e sanitária do ambiente escolar, principalmente das escolas destinadas à instrução primária. Só a partir da República é que se vislumbra uma nova configuração para o sistema de educação agora inspirada pelo espírito de modernização deslanchado no período.

A Primeira República representou para a história da sociedade brasileira um momento de efervescência econômica e política, com repercussões sociais no

campo da educação e da saúde. No projeto de modernidade do Brasil criado no período, entrelaçaram-se as teses higienistas européias em busca de respostas aos males sociais ligados à saúde das populações urbanas, centros produtores de riqueza, bem como as concepções redentoras da educação vistas como instrumento para a solução de todos os problemas que identificavam o Brasil com o arcaísmo.

Nesse contexto da Primeira República, a Paraíba procurou, na tensão entre o tradicionalismo característico das oligarquias rurais e a modernização urbana que se deslanchava à luz da política higienizadora, adequar a escolarização à nova ordem social que se constituía nacionalmente.

Considerando o pressuposto, esse estudo tem por objeto de análise a repercussão do ideal higienista na educação escolar na Paraíba, no contexto da Primeira República. A pesquisa, enquadrada no conjunto das pesquisas no campo da História da Educação, investiga a educação na Paraíba republicana considerando os objetivos e intencionalidades das políticas de educação pautadas no ideal higienista. Nossa problemática, como se verá ao longo desta pesquisa, perpassa o ideal de “homem civilizado”, de feição positivista, que permeou o projeto educacional do país no referido período. Em âmbito nacional, as interfaces entre o higienismo e a educação são fortemente evidenciadas nos discursos e nas políticas públicas de educação e saúde, de modo que os modelos educacionais das diferentes regiões do país não se distanciaram desta prerrogativa.

Na Paraíba, esse ideário também se fez presente nas políticas educacionais, como reflexo de uma educação projetada a partir do modelo nacional. Entretanto, na historiografia há poucos registros sobre a forma como o higienismo foi articulado ao projeto educacional paraibano e incorporado às políticas pedagógicas das escolas. A falta do conhecimento a respeito de sua materialidade na organização da educação paraibana gerou a necessidade de uma investigação que aprofunde a abordagem que trate da relação entre o higienismo e educação na dimensão local.

Com apoio na literatura disponível, buscamos conduzimos nossa investigação partindo da tese de que educação escolar na Paraíba, no período da Primeira República, sob a égide do ideal higienista, instituiu um fazer pedagógico controlador e disciplinar destinado às normas de bem viver, com vistas à construção do homem civilizado projetado pela sociedade moderna. A questão orientadora da pesquisa suscita o desafio em compreender a forma pela qual o ideal higienista foi

incorporado à educação escolar paraibana em termos de políticas, processos e finalidades projetadas para o conjunto da sociedade, no período da Primeira República. Tal enunciado nos levou aos seguintes questionamentos específicos: Sob quais aspectos o contexto sócio-político e econômico da Paraíba na Primeira República favoreceu, ou não, o desenvolvimento do ideal higienista na educação escolar? Quais transformações ocorreram no âmbito da educação escolar paraibana em decorrência da implantação dos dispositivos legais pautados nos ideais higienistas? Em que medida os dispositivos pedagógicos orientaram as práticas educativas com fins na implementação da política higienista na educação escolar paraibana?

No que toca à relevância das questões levantadas e às motivações da escolha, importa ter presente que, no Estado da Paraíba, os indícios de modernização aparecem muito timidamente a partir da década de 1910 (ARANHA, 2003; CHAGAS, 2004; SILVA, 2004). A escolarização paraibana se desenvolveu acompanhando o processo de modernização da cidade, seja pela ampliação da instrução pública com a criação dos grupos escolares, seja pelas mudanças oficiais na organização da estrutura escolar. É, pois, no âmbito das mudanças educacionais que se volta às reflexões e análises para o desenvolvimento desse estudo.

É importante ressaltar que o arcabouço teórico-historiográfico da educação na Paraíba vem sendo construído a partir de autores diversos destacando-se o pioneirismo de José Baptista de Mello, cuja obra “Evolução do Ensino na Paraíba”, de 1936, serviu de base para uma geração de pesquisadores que, a partir da década de 1990, se projetou na área da história da educação paraibana.

Dentre estes pesquisadores possui grande relevância Wojciech Andrzej Kulesza, com publicações variadas destacando estudos relacionados à Escola Normal da Paraíba, a educação confessional, a educação feminina, a educação profissional, a Escola de Aprendizes Artífices e, mais recentemente, os estudos acerca da história dos manuais escolares, incluindo o estudo das obras do Mons. Pedro Anísio; Maria de Lourdes Barreto de Oliveira, que promoveu o levantamento e a catalogação das fontes primárias e secundárias da educação da Paraíba e também trouxe a lume, entre outras discussões, o trabalho educacional dos mestres-escolas e os compêndios escolares do Mons. Pedro Anísio; Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, cujo estudo mais aprimorado sobre os Grupos Escolares culminou, em

2002, em sua tese de doutoramento, “Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba”; Afonso Celso Scocuglia, que a partir de seus estudos sobre a educação popular e o pensamento de Paulo Freire, mais recentemente fez um importante resgate documental sobre “A educação popular nos Inquéritos Policiais Militares pós-1964”, publicado em 2007; e, Carlos Augusto de Amorim Cardoso que sob a ótica urbanística tem promovido estudos sobre o lugar da escola na evolução do espaço urbano da Paraíba.

Mais recentemente, outros olhares como a questão de gênero, com Charliton José dos Santos Machado, a questão do livro didático, com Maria Adaílza Martins de Albuquerque, vêm ampliando o espectro de investigações cujas contribuições alimentam o capital teórico da história da educação na Paraíba.

Esse resgate historiográfico permitiu mapear os enfoques abordados ao longo dos estudos sobre a educação na Paraíba, numa periodicidade que abrange a Colônia, o Império, a Primeira República, o Estado Novo e o Governo Militar. As abordagens versam sobre as instituições escolares; as modalidades de ensino como a educação confessional, a educação popular, a educação feminina e a educação profissional; e, a Legislação da Instrução Pública. Alguns trabalhos fazem menção ao Higienismo, mas as abordagens carecem de um aprofundamento para garantir-lhe um lugar consistente no espaço de debate teórico da educação. Nesse sentido, e considerando a tendência nacional das pesquisas sobre o tema, faz-se *mister* ampliar os estudos a respeito do discurso higienista no contexto da educação na Paraíba, contribuindo para a diminuição dos limites teóricos percebidos nos estudos visitados sobre a história da educação local.

Esta constatação denota a relevância do presente estudo cujas contribuições aprofundam o debate teórico sobre o higienismo na educação escolar no panorama nacional e ampliam as bases teóricas da História da Educação na Paraíba. Nessa perspectiva, buscamos delimitar a pesquisa a partir do nosso objetivo geral, centrado na análise da repercussão do ideal higienista ao contexto da educação escolar paraibana, no período da Primeira República. Depreenderam-se deste objetivo maior nossos interesses mais específicos a partir dos quais procuramos: primeiro, caracterizar o higienismo como ideal político e social que orientou paradigmas e práticas educativas nas regiões brasileiras; Entender o cenário sócio-político e econômico da Paraíba na Primeira República que impulsionou o

desenvolvimento do ideal higienista sobre a educação escolar; segundo, identificar as transformações que ocorreram no âmbito da educação escolar paraibana em decorrência da implantação dos dispositivos legais pautados nos ideais higienistas; e, por fim, analisar os elementos pedagógicos que orientaram as práticas educativas tendo em vista a implementação da política higienista no âmbito escolar paraibano.

1.2 Abordagem metodológica

Ao buscarmos a compreensão da forma como o movimento higienista repercutiu sobre a educação da sociedade paraibana no período da Primeira República recorreremos, inevitavelmente, a um recorte no tempo e a uma incursão sobre o contexto em que se deram os fatos. Esta pesquisa, portanto, é de natureza historiográfica e está centrada nos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Macedo (1994, p.13) a pesquisa bibliográfica corresponde à primeira etapa em qualquer tipo de pesquisa científica, e tem por fim o levantamento das categorias que constituirão o quadro de referências para a análise documental. O documento, como fonte, é um recurso indispensável em toda pesquisa historiográfica.

De acordo com May (2004), as fontes documentais podem nos revelar como os eventos foram construídos, que justificativas foram empregadas e assim fornecer os suportes materiais sobre os quais, as investigações mais aprofundadas, podem se basear. Os documentos, como “testemunho histórico” do passado, não apenas estão contextualizados no seu tempo, como fornecem informações sobre esse mesmo contexto histórico (LE GOFF, 1996). Essa perspectiva de Le Goff considera o documento não como um material “inócuo”, reflexo verdadeiro do passado, mas um material que exprime o “esforço das sociedades históricas, para impor ao futuro, determinada imagem de si próprias”, ou seja, o documento como “monumento”; monumento que precisa ter sua montagem desnaturada pela análise das condições reais de sua produção (LE GOFF, 1996, p. 548).

Na perspectiva da investigação histórica, ou seja, da nova história, procuramos construir o quadro de referência teórica, considerando que a geração de historiadores inseridos no campo da nova história recusa-se a trilhar o caminho da história tradicional, marcado pela superficialidade dos fatos históricos e pelo privilégio dos fatos políticos, das grandes narrativas e dos heróis. Sendo muito mais crítica, inclusive da própria ciência histórica, a vertente da nova história vai ocupar-se por toda a atividade humana, considerando que “tudo tem uma história”. A nova história apresenta-se sensível aos estudos dos “novos problemas”, das “novas abordagens” e dos “novos objetos” da história, caracterizando-se pela preocupação com a explicação das estruturas, que supera a mera narrativa da história tradicional; pela preocupação com a história vista “por baixo”, ou seja, com a opinião das pessoas comuns e suas experiências, e não apenas com o discurso dos grandes homens; por fim, com a incorporação das novas fontes, pois a visão “por baixo” não apresenta fontes claras (LE GOFF, 1996; BURKE, 1992).

Entre os novos objetos da história apresentados por Jaques Le Goff e Pierre Nora, em “História: novos objetos” interessam-nos, mais precisamente, as teorizações construídas no domínio da história das ciências biológicas (seja da medicina, da saúde, da higiene ou do corpo); e, aproximando-se do domínio da história cultural, a história do livro, mais especificamente o livro didático (como o de higiene) e a história da disciplina escolar (como a disciplina de higiene). Considerando o perfil historiográfico do estudo entendemos que esses pressupostos metodológicos atendem aos objetivos de compreender aspectos determinantes para a construção desta Tese.

Iniciamos nossa narrativa situando brevemente o panorama internacional e nacional em cujos meandros se fundaram os patamares do ideal higienista. Para esta finalidade, a pesquisa bibliográfica nos forneceu informações sobre as questões de fundo da organização econômica, política e cultural da sociedade moderna européia, incluindo as questões de saúde e de educação.

Nesse sentido foram fundamentais as contribuições de Norbert Elias, em “O Processo Civilizador”; Eric Hobsbawm, em “A era das Revoluções”; George Rosen, em “História da Saúde Pública” e “A Evolução da Medicina Social” e Michel Foucault, em “Microfísica do Poder”, “Vigiar e Punir” e “O nascimento da Clínica”, entre outros. Essas obras foram essenciais para visualizarmos aspectos dos condicionantes

históricos da conjuntura econômica, política e social sob a qual se desenvolveram a ciência e as políticas públicas de saúde e de educação para o conjunto da sociedade moderna, seja para a salvaguarda da saúde da população seja para a conformação da população ao modelo social burguesa industrial, em expansão no período.

Sob esses patamares teóricos foram estabelecidas as categorias – “higiene”, “saúde”, “educação”, “modernidade”, “civildade” e “progresso” –, que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

No âmbito nacional encontramos nas obras de Roberto Machado, “Danação da Norma”; de Nancy Stepan, “Gênese e evolução da ciência no Brasil”; de José Murilo de Carvalho, “Os bestializados”; de Sidney Chalhoub, “Cidade Febril”; de Jurandir Costa, “Ordem Médica”; de Heloísa Helena Pimenta Rocha, “A higienização dos Costumes” e de Maria Lúcia Boarini, “Higiene e Raça como projeto”, evidências das implicações dos ideais médico-higienistas no processo de estruturação da sociedade brasileira. No caso específico da educação brasileira destacamos as contribuições de Jorge Nagle com “Educação e Sociedade na Primeira República”; de Otaíza de Oliveira Romanelli com “História da educação no Brasil (1930/1973)” e de Maria Luísa S. Ribeiro com “História da educação brasileira” que fornecem uma visão abrangente da história da educação brasileira, além dos autores específicos da historiografia da educação paraibana, citados anteriormente. Obviamente, muitos outros autores nacionais também constituíram o suporte teórico necessário à realização desta pesquisa.

Esse estudo se amparou na análise de documentos que se apresentaram como possibilidades para a elaboração da reconstrução histórica desejada. Priorizamos entre as fontes primárias as leis e os decretos da União e do Estado, os relatórios da instrução pública e os livros didáticos. Entre as fontes secundárias analisamos notícias veiculadas nos jornais, principalmente “A União”, além de boletins e revistas em circulação no período. A partir das fontes referidas, buscamos clarificar, na história da educação paraibana, os espaços até então obscurecidos pela ausência de um olhar histórico mais específico como os que lançamos a partir das questões que aqui foram postas.

As fontes, primárias e secundárias, utilizadas nessa pesquisa foram localizadas em bibliotecas e arquivos (públicos, autárquicos e privados) tanto locais,

como em outros espaços físicos ou virtuais, que tivemos acesso. Entre os arquivos e bibliotecas locais visitados ressaltamos o Arquivo Histórico da Paraíba, o Arquivo da Assembléia Legislativa, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, embora outros também tenham sido visitados com menor regularidade, em função dos interesses específicos da investigação. Nesses arquivos e bibliotecas lançamos mão de fontes diversas como: decretos, leis, mensagens oficiais, projetos, mapas, normas, preceitos, jornais, revistas, almanaques, catálogos, periódicos, livros, teses, memórias e documentos que contribuam para o trabalho.

A necessidade de visualizar bem o conteúdo significativo contido nos resultados de uma pesquisa qualitativa exige que os dados coletados sejam bem sistematizados. Sistematizar vai além de narrativas e classificações de fatos, transcende o ato de reunir informações para atender a padrões previamente estabelecidos. A sistematização, de acordo com Holliday (2006) é sempre um meio em função de determinados objetivos que a orientam e lhe dão sentido. É um esforço reflexivo que busca penetrar no interior da dinâmica das experiências, identificando suas contradições, tensões, avanços e recuos, abstraindo os ensinamentos que põem em diálogo e fortalecem práticas e teorias.

Sistematizar é objetivar o vivido, reconstruindo o processo da prática. A sistematização põe em ordem conhecimentos desordenados e percepções dispersas e, ao mesmo tempo, permite, ao refletir, questionar, confrontar a própria prática, criar um novo ponto de partida para alcançar um grau de complexidade maior, de um nível mais profundo de abstração. Por fim, a sistematização relaciona os processos imediatos com os seus contextos, confronta o fazer prático com os pressupostos teóricos que o inspiram.

A sistematização dos dados implica análise, síntese e interpretação crítica do caminho que está sendo percorrido na pesquisa e constitui a primeira etapa no processo de análise das informações obtidas. Ao sistematizar os dados considerando o contexto no qual se pretende situar o fenômeno, é possível organizar as informações de modo a traçar um caminho, com objetividade, que conceda aos resultados um significativo conteúdo para a investigação (HOLLIDAY, 2006).

Procedemos com a sistematização e análise do nosso *corpus* documental a partir das categorias higiene, saúde, educação, civilidade e progresso, sem perder de vista nossa questão de fundo estrutural com ênfase nas implicações do higienismo sobre organização da escolarização na Paraíba na Primeira República, culminando na consecução desse trabalho.

Assim, o presente trabalho está estruturado em quatro (04) capítulos que seguem esta Introdução. O segundo capítulo, intitulado “O higienismo na constituição da sociedade moderna” – enfoca as circunstâncias históricas que levaram ao aparecimento do movimento higienista, ressaltando os encadeamentos econômicos, políticos e culturais que serviram de base na fundamentação da doutrina da higiene científica e a inserção desse discurso na política de “pedagogização” da sociedade para a construção de um novo homem, ajustado ao projeto de civilidade da sociedade moderna.

No terceiro capítulo apresentamos “O Brasil na Primeira República – campo fértil para o ideal higienista”, destacando aspectos da presença do higienismo no Brasil, explicitando as proposições e as intencionalidades pautadas no discurso médico-higienista que tiveram implicações diretas nas políticas de educação, no conjunto da sociedade brasileira. No quarto capítulo, sob o título “A influência do higienismo na educação paraibana”, tratamos das implicações do higienismo na organização da cidade e da escola. Aqui abordamos o higienismo no espaço escolar paraibano, especificamente, no aspecto da higiene escolar e do fazer pedagógico. Procuramos, desta forma, enfatizar a circulação dos saberes doutrinários da higiene tomando como referência o livro didático e, a reflexão em torno dos procedimentos didático-pedagógicos conduzidos no âmbito escolar. Por fim, tecemos nossas considerações, não conclusivas, com reflexões e síntese dos resultados construídos e indicações de pesquisas futuras.

2 O HIGIENISMO NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA

A construção deste capítulo, com seus subtítulos, levou-nos a sinalizar o contexto histórico que transformou a questão da saúde e a prática da higiene em uma questão de ordem social e de civilidade. Para tanto, servimo-nos de autores de reconhecida contribuição no tema versado e que, ao desenvolverem seus fundamentos teóricos o fizeram também pelo resgate das contingências históricas dos eventos. Dentre os principais autores em que nos inspiramos, destacamos especialmente as contribuições de Engels (1985), Foucault (2006a; 2006b), Hobsbawm (1982; 1997), Rosen (1994; 1983; 1979), Schwarcz (1993), Scliar (2005), Stepan (1983; 2005). Foi com base nos distintos olhares, conforme a formação de cada um, que garimpamos desses autores e seus escritos, as informações que auxiliaram na elaboração de nossa própria narrativa da conjuntura histórica, sob a qual o discurso da higiene se assentou e fez seus rebatimentos na constituição da sociedade moderna.

Por conseguinte, aqui tratamos, primeiro, de acenar a aspectos conjunturais, no contexto desta emergência. Em seguida assinalamos ambiguidades entre os formuladores da corrente do higienismo aos quais analistas críticos lançam seus contrapontos visibilizando uma carga ideológica nas proposições higienistas, tendentes a tomada de medidas extremas em relação às classes populares ao ponto de alcançarem a passagem do higienismo à eugenia, transitando de propostas de saúde pública consideráveis a um conjunto de políticas de governo que, amparado no saber médico, induziria, em grande parte, ações de caráter coercitivo e/ou excludente.

2.1 O contexto histórico na emergência do higienismo

O higienismo surgiu na Europa, no final do século XVIII, como um movimento médico-sanitário necessário ao combate das doenças, endêmicas e epidêmicas, que há séculos, dizimavam parcelas significativas da população. O infortúnio gerado pela doença tornara-se um incômodo entre os governos e as elites burguesas não

apenas pelas vidas que eram maciçamente ceifadas, mas pelas implicações econômicas que as enfermidades e mortes, principalmente entre a massa trabalhadora urbana, representavam para a estabilidade da economia capitalista, em plena expansão nos Estados nacionais da época.

A Europa, durante os séculos XVIII e XIX, vivenciou momentos de transformação social, política e econômica, com ressonância em toda sociedade ocidental moderna. A diversidade de eventos que se sucederam no período foi fruto de uma longa maturação do pensamento e da cultura, num processo que já vinha se constituindo desde o período medieval, quando as condições sociais, econômicas e culturais começaram a se modificar. As expressões desse movimento de mudança foram observadas na arte e no pensamento científico e filosófico renascentistas, entre os séculos XV e XVI, simbolizando a entrada da História, no período moderno (ARANHA; MARTINS, 1986).

Com o Renascimento a consciência humana se emancipou da visão teocêntrica de mundo e o homem passou a ocupar o centro do significado histórico. O livre uso da razão e a oposição a toda forma de preconceito, proporcionou ao pensamento da época um racionalismo a partir do qual se moldaram novas formas de ver e pensar o mundo, e com isso, novas elaborações na produção do conhecimento científico e filosófico.

O renascimento científico promoveu um progresso notável nas ciências exatas, principalmente a física e a astronomia, e nas ciências naturais como a química e a biologia. O crescente uso da experimentação e a evolução da observação clínica possibilitaram à medicina renascentista desenvolver um saber mais acurado sobre as estruturas do corpo humano, sobre as enfermidades específicas dos ofícios, além de uma melhor compreensão dos processos epidemiológicos a partir de novas abordagens sobre a causa das doenças (ROSEN, 1994).

No campo filosófico, o movimento renascentista proporcionou, com René Descartes e Francis Bacon, a elaboração de duas grandes correntes filosóficas com grande repercussão no campo médico, o racionalismo e o empirismo. Os princípios filosóficos de Bacon, grande teorizador da experimentação e do método indutivo, e de Descartes, para quem a razão era a fonte soberana de conhecimento humano, alicerçaram o pensamento de outros racionalistas dos séculos XVII e XVIII, entre

eles John Locke, Isaac Newton e Immanuel Kant, fornecendo o substrato teórico sobre o qual se moldou um dos mais importantes sistemas filosóficos do século XVIII, o Iluminismo (ARANHA; MARTINS, 1986).

A filosofia do Iluminismo se constituiu no ponto culminante de toda transformação intelectual desencadeada no período moderno (BURNS, 1968). Apesar de suas raízes inglesas, com John Locke, David Hume e Isaac Newton, o Iluminismo encontrou uma grande expressão na França, com Montesquieu (Charles-Louis de Secondat), defendendo a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário; com Voltaire (François Marie Arouet) em defesa da liberdade de pensamento e não poupando críticas a intolerância religiosa; e com Jean-Jacques Rousseau a partir da ideia da constituição de um estado democrático que garantisse a igualdade para todos (ARANHA; MARTINS, 1986).

O espírito renovador do século das Luzes, no embate entre os velhos regimes políticos e econômicos e as forças renovadoras da burguesia, tomou a Europa e suas colônias, com agitações e movimentos em busca de autonomia (HOBSBAWM, 1982). Conhecido como “a era das revoluções”, o final do século XVIII presenciou a deflagração de dois episódios marcantes na história política e econômica da sociedade europeia, com repercussão mundial, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A revolução democrática da França, desencadeada em 1789, foi considerada um dos mais importantes fenômenos sócio-políticos contemporâneo. A Revolução Francesa além de ter acontecido num dos Estados mais populoso e poderoso da Europa, se caracterizou por ser uma “revolução social de massa” e por ter influenciado vários países, em diversas regiões, funcionando como modelo “para todos os movimentos revolucionários subseqüentes” (HOBSBAWM, 1982, p.73).

Para Hobsbawm (1982), nenhum dos eventos de natureza revolucionária que tomou conta do mundo ocidental naquele final de século, teve o alcance e a proeminência da Revolução Francesa. Além do mais, foi a partir dela que a burguesia se estabeleceu como classe social e que os ideais burgueses de controle do Estado se concretizaram. Com a Revolução, as mudanças na cultura, na educação e nas relações agrária e comercial, se deram de forma muito mais autônoma.

Os revolucionários franceses também estiveram empenhados em solucionar os problemas de saúde de sua população empobrecida e doente. De acordo com Rosen (1994), em 1793 e 1794 foi aprovada uma série de leis estabelecendo um sistema nacional de assistência social, o qual incluía a assistência médica em cada distrito francês. Embora a instabilidade econômica e política da França, no fim do século XVIII, não tivessem viabilizado as pretensões destinadas à saúde pública da nova nação, as sementes lançadas na Convenção Nacional germinaram no século seguinte, na forma de novas ideias sobre a relação entre saúde, medicina e sociedade. Durante a primeira metade do século XIX, a França assumiu a liderança européia nos estudos em medicina e higiene, e um conselho de saúde foi criado em 1802 para atuar na solução de problemas como “higiene de mercados, salas de dissecação, banheiros públicos, esgotos e fossas, condições sanitárias dos presídios, primeiros socorros às vítimas de afogamento ou asfixia, estatística médica saúde indústria, epidemias, adulteração de alimentos” (ROSEN, 1994, p.133).

Outra grande revolução histórica despontada na Europa do século XVIII, foi a Revolução Industrial. Associada ao poder econômico e político alcançado pela classe burguesa, a Revolução Industrial começou na Inglaterra e compreendeu um conjunto de transformações no setor produtivo proveniente do seu aperfeiçoamento técnico. A mecanização da indústria elevou substancialmente a produção destinada ao mercado mundial com conseqüente aumento nos lucros tornando os grupos econômicos, cada vez mais poderosos.

A Revolução Industrial causou um profundo impacto na sociedade moderna. Do ponto de vista do progresso, tanto em sua primeira fase, entre 1760-1860, conhecida como a “era do carvão e do ferro”, quanto em sua fase mais avançada a partir de 1860, quando se entra numa nova era caracterizada pelo uso do aço, da eletricidade e do petróleo, a Revolução Industrial trouxe inúmeros benefícios em termos de equipamentos urbanos, bens e serviços sociais. As maiores inovações ocorreram no setor dos transportes terrestres e náuticos, das comunicações e no setor agrícola, principalmente com a implementação mecânica e química da agricultura. Tudo isso, de certa forma, afetou o cotidiano e o modo de vida das pessoas, principalmente nas cidades que se industrializavam.

Paradoxalmente, o progresso econômico e tecnológico desencadeado a partir do modelo de desenvolvimento capitalista, suscitou uma dupla crise no mundo

ocidental: uma crise de ordem social marcada pelas desigualdades entre classes sociais, com o enriquecimento de poucos e a miséria de muitos, e outra de ordem ambiental, gerada pela exploração crescente dos recursos naturais e pela emissão de poluentes, no ar, na água, no solo, comprometendo a qualidade de vida das pessoas e o equilíbrio ambiental.

Embora alguns dos fenômenos sociais que marcaram a Revolução Industrial já viessem se constituindo nas cidades européias desde os séculos XVII e XVIII, eles se acentuaram significativamente com a sua consolidação no século XIX. O fenômeno da superpopulação, um dos eventos mais palpáveis nos centros urbanos industriais esteve relacionado, entre outras causas, à política do “cercamento” (*Enclosure*) de terras, que expulsou o homem do campo. O êxodo rural, embora iniciado bem antes da Revolução Industrial se intensificou com ela e levou grande parcela da população a procurar formas de sobrevivência nos centros urbanos (HOBBSAWM, 1982; HOBBSAWM, 1997; BURNS, 1968).

Também procuraram o refúgio das cidades, os artesãos e pequenos comerciantes que, afetados pelo modelo de produção burguês, acabaram desempregados. A população de imigrantes, em geral miserável e faminta, se aglomerava em espaços insalubres e desprovidos de qualquer infraestrutura, nos centros urbanos ou em bairros populares das periferias. Tal condição se impunha primeiro porque as cidades não estavam preparadas para acomodar uma demanda tão alta de pessoas e depois, porque o processo de urbanização posteriormente implantado tendeu a deslocar os bairros populares, paulatinamente, do centro para as zonas mais periféricas da cidade.

Boa parte dessa gente foi incorporada como mão-de-obra no mercado industrial e se constituiu na principal força de trabalho do sistema produtivo. No entanto, assim como nas áreas habitacionais, também na fábrica as condições de trabalho dos operários não lhes eram favoráveis. Além das altas jornadas de trabalho que tinham que enfrentar, chegando até a 80 horas semanais, os trabalhadores recebiam baixos salários e se submetiam a ambientes de trabalho insalubres e sem segurança. Não eram raras as doenças adquiridas nos ambientes de trabalho. Assim, as afecções pulmonares pela prolongada exposição à poeira das fibras de algodão e linho suspensas, as debilidades físicas, deficiências posturais e deformidades ósseas adquiridas pelas longas horas de trabalhos forçados, e as

mutações e mortes durante o manuseio inadequado das máquinas, representavam alguns dos efeitos nocivos impostos pelo sistema industrial.

A debilidade imposta pelas precárias condições de vida da população pobre, favorecia o acometimento de toda sorte de doenças bem como a elevação das taxas de mortalidade entre homens, mulheres e crianças operárias. A princípio isso não significa dizer que o poder público não devotasse esforços para enfrentar os problemas de saúde da população. O fato é que os serviços mais elementares da vida urbana como “a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários”, ou mesmo as preocupações com as condições de habitações da classe trabalhadora, não acompanhavam o crescimento das cidades e das áreas industriais, que acontecia de forma rápida e sem qualquer planejamento prévio (CHEVALIER, 1958² *apud* HOBBSBAWM, 1982, p.224).

O quadro social instalado com esse descompasso entre o desenvolvimento industrial capitalista e as condições de vida da classe trabalhadora, inquietava os pensadores no próprio curso da história, principalmente aqueles de tendência socialista. Afinal, o socialismo, tanto em sua vertente “utópica” com Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen, quanto na “científica”, com Karl Marx e Friedrich Engels, defendia a possibilidade de uma reforma social³ a partir da tomada do poder estatal pela classe trabalhadora.

Friedrich Engels, por exemplo, em suas reflexões sobre a classe trabalhadora da Inglaterra, faz revelações surpreendentes que denotam essa polarização entre o progresso e a miséria. Em “As grandes cidades”, ele apresenta detalhes das condições de vida dos operários das cidades inglesas, assim relatadas em um artigo da revista *The Artizan*⁴, em 1843.

Estas ruas são em geral tão estreitas que se pode saltar de uma janela para a da casa em frente, e os edifícios apresentam, por outro lado, uma tal acumulação de andares que a luz mal pode penetrar no pátio ou na ruela que os separa. Nesta parte da cidade não há nem

² CHEVALIER, Louis. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses*, Paris, 1958.

³ Convém ressaltar que na perspectiva sociológica, a vertente científica defendida por Marx e Engels, lança mão da expressão “revolução social” e não “reforma social”, como consequência da transformação da sociedade pela tomada do poder Estatal pela classe trabalhadora.

⁴ *The Artizan*, 1843, Caderno de Outubro, Revista mensal (F.E.). Referenciado nas Notas do capítulo “As grandes cidades”, Engels esclarece que este artigo, reproduzido no *Northern Star*, nº. 313, 11 de nov. de 1843, corresponde ao “3º de uma série sobre ‘O estado sanitário das classes trabalhadoras nas grandes cidades’” (ENGELS, 1985, p. 90).

esgotos, nem banheiros públicos ou sanitários nas casas, e é por isso que as imundícies, detritos ou excrementos de, pelo menos, 50.000 pessoas são lançadas todas as noites nas valetas, de tal modo que, apesar da limpeza das ruas, há uma massa de excrementos secos com emanções nauseabundas, que não só ferem a vista e o olfato, como, por outro lado, representam um perigo extremo para a saúde dos habitantes. [...]

Nestas regiões a sociedade desceu a um nível indescritivelmente baixo e miserável. As habitações da classe pobre são em geral muito sujas e aparentemente nunca são limpas, seja de que maneira for; compõe-se, a maior parte das casas, de uma única sala – onde, apesar da ventilação ser das piores, faz sempre frio por causa das janelas partidas ou mal adaptadas – que muitas vezes é úmida e fica no subsolo, sempre mal mobiliadas e invariavelmente inabitável, a ponto de um monte de palha servir frequentemente de cama para uma família inteira, cama onde se deitam, numa confusão revoltante, homens, mulheres, velhos e crianças. Só se encontra água nas bombas públicas e a dificuldade para a ir buscar favorece naturalmente toda a imundície possível (ENGELS, 1985, p.47) .

O que foi posto por Engels, considerando que o exemplo acima não se tratou de um caso isolado, possibilita uma visão totalizante da condição social de uma parcela da população que entregue à própria sorte vivia em permanente situação de risco. Ao chamar a atenção para o aspecto sanitário das ruas, moradias e do comportamento da população em relação aos hábitos de higiene e moralidade, Engels denuncia o nível de miséria, fome, doença e promiscuidade habitacional, que as regiões industriais inglesas atingiram. A insatisfação dos trabalhadores era continuamente manifestada por meio de motins e revoltas, reivindicando melhores condições de trabalho.

Os efeitos deletérios do industrialismo sobre a classe operária e o meio ambiente, embora tenham se manifestado de forma mais intensa na Inglaterra, se repetiram nas diversas regiões que implantaram a economia capitalista industrial, naquele período. A deterioração urbana na Europa oitocentista, expressa nas grandes epidemias, foi devastadora em quase todas as cidades industriais. Só na primeira metade do século XIX, entre 1831 e 1850, sucessivos surtos epidêmicos, de diferentes intensidades, assolaram a Europa vitimando indiscriminadamente a população. As investigações a respeito da influência de fatores como a pobreza e a profissão sobre o estado de saúde da população se intensificaram entre médicos e outros profissionais, acentuando entre eles a convicção nas causas sociais das

doenças. Mas só em 1848, quando a Europa estava sendo novamente sacudida por movimentos revolucionários e uma nova onda de epidemias alastrou-se dos cortiços aos bairros nobres, é que a classe dominante partiu para um efetivo combate aos focos epidêmicos (HOBBSAWM, 1982; ROSEN, 1994).

Nesse contexto, surgiu o conceito de medicina social (FOUCAULT, 2006a). Entendida como a medicina que cuidaria da saúde pública, a medicina social de certa forma incorporou ao âmbito de sua competência, o zelo pela ordem social. Desde sua origem desenvolveu uma forte tendência intervencionista e contou com o aparato estatal para a consecução de seus objetivos tanto no combate às doenças como na melhoria das condições sanitárias das cidades, com o aperfeiçoamento do tecido urbano.

Os médicos sociais acreditavam que a questão social da doença era uma questão política e que sua solução dependia de mudanças na estrutura da sociedade. Por conseguinte, o movimento que fez surgir a medicina social, precursora da contemporânea saúde pública (hoje saúde coletiva), se constituiu em um movimento mais amplo de reforma social, iniciado em fins do século XVIII, e no qual participaram médicos e outros intelectuais leigos interessados na questão social da saúde (STERN, 1983). Para Stern, “esses homens anteciparam a verdade fundamental da medicina preventiva moderna: que a saúde do indivíduo está íntima e indivisivelmente ligada tanto ao ambiente social como físico no qual ele vive” (STERN, 1983, p.87).

Simultaneamente ao desenvolvimento da medicina social são reelaboradas as bases hipocráticas da relação entre o ambiente e os organismos. É quando surge a noção de salubridade e, com ela, a ideia da relação causal entre a saúde e a higiene.

2.2 Da higiene ao higienismo: contrapontos e desdobramentos na medicina social e no campo educativo

O legado de Hipócrates para a medicina ocidental foi fundamental no desenvolvimento do pensamento médico acerca das doenças e suas causas. A relação que Hipócrates estabeleceu entre doença e o ambiente, incluindo o clima, a

água, os ares e o solo orientou os diversos estudos sobre a origem e propagação das doenças ao longo da história da nosologia.

Regina Andrés Rebollo (2006), a partir da análise do *Corpus Hipocraticum*, destaca que “as doenças possuem duas causas principais: uma causa geral interna (*aitía*), que explica o princípio fisiológico do processo da doença, e uma causa específica, particular e ocasional externa (*próphasis*), que explica a razão imediata da doença” (p.60). O médico formado na tradição hipocrática era orientado a agir pelos sentidos para poder distinguir os aspectos da realidade que envolvia a doença; um desses aspectos, o “aspecto ocasional” ou *katástasis*, “era fornecido aos sentidos num dado momento: o ambiente que circundava o doente (ano, estação, moradia, cidade etc.), a manifestação aparente das diversas doenças e o aspecto observável do corpo humano e de suas partes” (Ibidem, p.61).

Tais princípios da medicina hipocrática foram recorrentes no pensamento médico ocidental e induziram o desenvolvimento da moderna racionalidade médica na explicação das causas das doenças. No campo particular da epidemiologia, duas teorias dominaram o saber médico sobre as doenças. Foram elas a teoria do contágio e a teoria dos miasmas.

A teoria do contágio - doutrina do *contagium vivum* -, foi postulada pelo médico italiano Girolamo Fracastoro (Hyeronymus fracastorius), em seu livro “De Contangione, Contagiosis Morbis et Eorum Curatione” (Sobre contágios, doenças contagiosas e suas curas)⁵, publicado em 1546. Com sagacidade na observação de diferentes tipos de doenças, entre elas a varíola, a lepra, o tifo, a pneumonia, a peste bubônica, Fracastoro apresentou a ideia de que as doenças epidêmicas eram causadas por diminutos agentes vivos, que ele chamou de *seminaria* ou “sementes”, os quais poderiam transmitir a infecção pelo contato direto (pessoa a pessoa), por meio indireto através dos *fomites*, ou seja, agentes infecciosos impregnados nos objetos; ou a distância, pelo ar (MARTINS, 1997; ROSEN, 1994).

De acordo com Rosen (1994), a grande façanha de Fracastoro, ao conformar as ideias difusas, mas já existentes acerca do contágio, foi apresentar com pioneirismo e clareza uma teoria da infecção, no sentido moderno do termo. Embora a ideia das sementes de doenças apresentada por Fracastoro estivessem longe de uma concepção moderna de micróbio e a origem das *seminarias* ainda fosse um

⁵ Tradução apresentada na versão brasileira da obra de George Rosen (1994, p.89).

mistério para ele, a teoria do contágio teve grande repercussão entre os médicos da época, constituindo-se na principal antagonista da doutrina miasmática.

A teoria dos miasmas, por sua vez, postulava que emanações elevadas da terra, dos pântanos ou dos corpos em putrefação, carreavam para a atmosfera elementos com propriedades essenciais da matéria, que podiam se transformar em germes⁶ ou “sementes” causadoras das enfermidades. Essas ideias se difundiram no século XVII simultaneamente ao advento do microscópio quando novas elaborações fomentavam o pensamento médico no campo epidemiológico.

A teoria atmosférico-miasmática da doença foi desenvolvida pelo médico inglês Thomas Sydenham e ocupou um lugar importante no pensamento da saúde pública até o século XIX. Numa importante reinterpretação dos textos hipocráticos sobre “ares, água e lugares”, Thomas Sydenham resgata a ideia de *katástasis* ou “constituição epidêmica”, e elabora a sua própria teoria da constituição, distinguindo as doenças febris agudas em duas categorias: as desordens epidêmicas, produzida por mudanças atmosféricas, e as doenças intercorrentes, dependentes da suscetibilidade do corpo. Sydenham acreditava, ao contrário da opinião dominante, na existência de diferentes tipos de enfermidades epidêmicas e, com isso, procurou traçar a evolução natural da doença com dados relacionados ao modo de vida das pessoas, às condições locais do ambiente, às diferenças no clima e ao período de ocorrência da enfermidade (ROSEN, 1994).

A constituição de Sydenham considerava a doença como um incidente resultante do entrelaçamento de vários acontecimentos naturais envolvendo a qualidade do solo, as variações climáticas, as estações do ano, a chuva, a seca, os focos pestilenciais e a penúria (FOUCAULT, 2006a). Nessa perspectiva, fundava-se com Sydenham, a “medicina das constituições epidêmicas”. Todavia, apesar do avanço de seu olhar sobre os processos epidêmicos, as teorizações de Sydenham se mantinham presas à tradição hipocrática dos humores corporais e não explicavam com clareza a origem dos miasmas (FOUCAULT, 2006b).

⁶ O sentido de “germe” acima utilizado, a partir do Latim “germen”, aplica-se tão somente no sentido de “causa originária” de doenças. Ressalte-se que, embora Fracastoro seja considerado “pai da microbiologia”, por lançar a teoria do contágio, e a teoria dos miasmas também faça associação entre as enfermidades e agentes nominados “sementes” ou “gemes”, a comprovação experimental da existência de micróbios só ocorre entre os séculos XVII e XIX, a partir dos estudos de Antoine Béchamp, Louis Pasteur e Robert Koch, que culminaram na teoria microbiana, atualmente em vigor.

Independente do grau de cientificidade nas elaborações teóricas das teorias do contágio e dos miasmas, mesmo porque, segundo Scliar (2005, p.66), “até o século XIX, as teorias médicas predominantes sobre as doenças apresentavam escassa fundamentação científica”, o que importa ressaltar aqui é que os fundamentos introduzidos com essas teorizações foram essenciais para a compreensão das formas de intervenção médica que deram especial atenção ao meio natural e sua relação com os problemas patológicos. A sistematização das ideias Sydenham foi extremamente útil no desenvolvimento de um pensamento médico mais profilático que curativo e a medicina das constituições, que dominou a prática médica no século XVIII e boa parte do XIX e, conforme Urtega (1980), deu origem a uma linha de pensamento acerca da relação saúde-doença centrada na higiene a qual assumiria o centro da atenção médica na prevenção das doenças naquele final de século.

Se a degradação das condições do meio possibilitava o aparecimento das doenças, como apregoava a medicina das constituições, as alterações desse meio para o seu restabelecimento poderiam favorecer o estado de saúde dos indivíduos. Essa compreensão favoreceu a implantação das políticas sanitárias dos séculos XVIII e XIX levando vários médicos a considerar a função social da medicina e a reconhecer a necessidade de abordá-la também pela ótica da higiene.

Mas a medicina do século XVIII, mesmo considerando o entrelaçamento dos fatores ambientais sobre as questões de saúde dos indivíduos, limitava-se às condições do ambiente físico e não social. Por conseguinte, sua terapêutica era predominantemente curativa, centrada no corpo do doente. De modo geral, como coloca Foucault,

[...] pode-se dizer que até o final do século XVIII a medicina referiu-se muito mais a saúde do que à normalidade; não se apoiava na análise de um funcionamento “regular” do organismo para procurar onde se desviou, o que lhe causa distúrbio, como se pode restabelecê-lo; referia-se mais a qualidades de vigor, flexibilidade e fluidez que a doença faria perder e que se deveria restaurar. A prática médica podia, desse modo, conceder grande destaque ao regime, à dietética, em suma, a toda uma regra de vida e de alimentação que o indivíduo se impunha a si mesmo (FOUCAULT, 2006b, p. 36).

Essa perspectiva médico-preventiva centrada no indivíduo e no vigor do corpo saudável muda de sentido com a Revolução Industrial quando, a partir desta, uma nova realidade se impõe à medicina das constituições. Surge a figura do “pobre necessitado” e com ela a dimensão social da doença. Agora, não apenas o ambiente e a predisposição do paciente à doença são objetos da atenção médica, mas principalmente, as condições sociais de trabalho, moradia, alimentação e mesmo de educação estarão no centro das observações e estudos médicos dos quadros patológicos. A medicina curativa não responde mais aos interesses sociais frente a abrangência do problema de saúde. Por toda a Europa, a medicina projetou seu olhar para além do corpo dos indivíduos estabelecendo como nova variável no seu campo de ação, o “corpo social”.

A ampliação da atenção médica para os diferentes segmentos do corpo social atrelada a uma nova política de saúde, cada vez mais próxima das estruturas administrativas do Estado e o caráter mais preventivo de suas estratégias de intervenção sobre a doença, caracterizou o que se convencionou chamar de medicina social. A nova abordagem na relação medicina e sociedade vem dotada de um caráter muito mais normativo e disciplinar, do que curativo. De acordo Foucault (2006a), em síntese, a formação da medicina social, segundo suas características gerais, se deu em três etapas: a da medicina de Estado, marcadamente na Alemanha, a da medicina urbana, desenvolvida na França, e a da medicina da força de trabalho, originada na Inglaterra.

Entre as nações européias, a Alemanha foi quem primeiro se projetou nessa perspectiva da medicina social. A política estatal de saúde alemã contou com a contribuição de renomados higienistas, onde se destaca Wolfgang Thomas Rau e John Peter Frank. Em 1764, Rau empregou pela primeira vez o termo “polícia médica”, mas foi com Frank, considerado como “precursor da saúde pública” e “pai do higienismo”, que esse conceito foi formulado com maior precisão, ultrapassando as fronteiras alemãs. Frank, juntamente com outros higienistas, elaborou um dos mais completos programas de ações em prol da melhoria da saúde da população.

Frank fez a primeira denúncia formal sobre as causas sociais das enfermidades, em 1790, quando publicou o panfleto “A miséria do povo, mãe das enfermidades”. A obra, de título bastante sugestivo, baseou seu conteúdo na denúncia da falta de salubridade e higiene das cidades industriais, em relação às

altas taxas de mortalidade e das epidemias como cólera, tifo e impaludismo, que assolavam a Europa com frequência (GONZALÉZ, 1999). Mas a grande contribuição de Frank para a constituição de uma política de saúde pública foi o tratado de higiene escrito entre 1779 e 1827 e intitulado “System, einer vollständigen medizinischen Polizei” (Sistema de uma polícia médica completa).⁷

Composto por seis volumes, o “System” de Frank revisou os problemas do homem de interesse médico desde a gestação até a morte. Assim, tratou da higiene sexual, da gestação, do parto, da puericultura, das comidas escolares, das ordenanças municipais, das habitações, dos esgotamentos sanitários, da água potável, enfim, de uma política sanitária completa. Nos volumes complementares, de 1822 a 1827, Frank tratou ainda, entre outros assuntos, da importância dos dados estatísticos, dos hospitais e da medicina militar, das doenças epidêmicas, transmissíveis e venéreas. Nenhum aspecto da vida pública ou privada foi negligenciado na obra de Frank. Ultrapassando as fronteiras alemãs, o seu legado serviu de base para cursos médicos e alicerçou as concepções higiênicas que nortearam a medicina do século XIX. Importantes higienistas europeus do século XIX foram igualmente influenciados pelo pensamento ou pelas propostas do sistema de polícia médica de Frank, entre eles, Rudolf Virchow e Salomon Neumann, na Alemanha, e Louis René Villermé e Jules Guérin na França e Edwin Chadwick na Inglaterra; todos considerados precursores da saúde pública (ROSEN, 1979; 1983; 1994).

De acordo com Foucault (2006a), a medicina social alemã, em seu projeto de política médica estatal, se preocupou particularmente com a questão da normalização. Primeiro cuidou da normalização da formação médica, dos programas de ensino e da emissão de diplomas; e também da profissão, criando a categoria funcional do médico nomeado pelo governo; e por fim, com a “polícia médica”, cuidou da normalização da vida pública e privada de sua população.

Na França, a medicina social se desenvolveu atrelada ao fenômeno da urbanização das cidades. A primeira grande necessidade que se colocou no processo de estruturação urbana foi a unificação das unidades territoriais das grandes cidades, até então fragmentadas em sua estrutura de poder. De acordo com Foucault (2006a, p.86), a partir da segunda metade do século XVIII os

⁷ Tradução apresentada na versão brasileira da obra de George Rosen (1994, p.369).

franceses "sentiram a necessidade de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de forma coerente, homogênea, dependendo de um poder único e bem regulamentado". Por outro lado, com desenvolvimento das cidades vieram as tensões políticas geradas pelo conflito entre grupos formados pelos camponeses, proletariado, associações sindicais, corporações, classes sociais, e outras, responsável por um número cada vez maior de revoltas e sublevações (Idem, ibidem). Urgia, portanto, estabelecer a ordem pública mantendo sob controle os "focos" potencialmente perigosos do ponto de vista social e político.

Sob esses patamares sociais, a medicina social urbana se constituiu e se desdobrou em seus objetivos. Primeiro, privilegiando o lugar, deu atenção especial aos espaços urbanos vulneráveis aos focos epidêmicos ou às aglomerações susceptíveis ao conflito (igrejas, cemitérios, matadouros, hospitais, escolas, cortiços, cárceres). Segundo, sustentada pela teoria dos miasmas, a medicina social urbana buscou o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar, promovendo o alargamento de ruas, a desobstrução de pontes e controle das fontes de água; e por fim, a organização das "distribuições e sequências", com a implantação de diferentes elementos necessários à vida comum da cidade, como as fontes e esgotos (FOUCAUTL, 2006).

A medicina social francesa trazia em seu âmago os conceitos de salubridade e higiene. A salubridade como o estado das coisas do meio e a higiene como o controle político-científico desse meio. De acordo com Foucault,

Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública - no séc. XIX, a noção essencial da medicina francesa - é o controle político-científico deste meio (FOUCAUTL 2006b., p. 93).

Na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, a assistência médica apresentava uma nítida articulação com o processo de produção econômica. Sua terapêutica, destinada à conservação e adaptação da força de trabalho, procurando, com a saúde do trabalhador, garantir a elevação da produtividade. A sua abordagem

social acontece com a nova “Lei dos pobres”, na passagem da antiga concepção de assistência baseada na caridade pública, para a nova ideia médica de uma “assistência controlada”.

A Lei dos pobres, desde sua criação no século XVI até o início do século XVIII, conservava o caráter assistencialista, destinando-se ao atendimento de aleijados⁸, impotentes, idosos, cegos e outros pobres e incapazes de trabalhar. Quando no século XVIII, as cidades inglesas atingiram níveis críticos de insalubridade, uma série de medidas foi tomada no sentido de melhorar as condições de vida da população urbana. Entre 1750 e 1815, durante o impacto do industrialismo, as cidades inglesas, principalmente Londres, começaram a receber benfeitorias. Em Londres, as mudanças envolveram a demolição de prédios insalubres, a drenagem, alargamento, saneamento, pavimentação e iluminação das ruas, a remoção de cortiços, entre outras. De acordo com Rosen (1994, p.122), “À proporção que surgiam os novos bairros, com ruas largas e quadras abertas, a classe mais rica ia para esses bairros, deixando para os pobres as regiões mais antigas e insalubres”. Contudo, por mais que as condições de vida urbana dessem sinal de melhora, o impacto contínuo do industrialismo suplantava os benefícios iniciais. As benesses advindas das implementações urbanísticas não alcançavam toda a população, de modo que os mais pobres permaneciam em condição de penúria. Tal situação se refletiu no aumento generalizado da pobreza e na elevação da mortalidade.

As epidemias da década de 1830, que atingiam indiscriminadamente pobres e ricos, fortaleceram o interesse sobre a situação das cidades inglesas. Em 1834, foi criada a Comissão Real de Estudo das Leis dos Pobres, com o intuito de rever e aperfeiçoar a antiga Lei dos Pobres. O então secretário da Comissão Edwin Chadwick, era um profundo conhecedor das causas do pauperismo e o único a investigar a saúde da população indigente. As investigações de Chadwick sobre o contexto no qual ocorriam as enfermidades, aumentaram sua convicção de que a doença estava associada à pobreza e que era mais eficiente e econômico adotar medidas de prevenção das enfermidades, medidas estas que envolviam a melhoria das condições sanitárias, a intervenção dos locais insalubres, as verificações das vacinas e os registros de doenças. Os estudos de Chadwick resultaram no Relatório

⁸ Termo constante no documento referido e recorrente na época.

sobre as Condições Sanitárias da População Trabalhadora da Grã-Bretanha (Report on the Sanitary Conditions of the Labouring Population of Great Britain), publicado em 1842, o qual se tornou referência na instituição da moderna Saúde Pública (ROSEN, 1994; 1979; FOUCAULT, 2006b).

Os mecanismos desenvolvidos nos programas de saúde implementados pela medicina social inglesa foram na verdade, mecanismos de controle social. A ideia de uma assistência controlada aparece na Lei dos Pobres, como uma intervenção médica que “é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde [...], quanto um controle social pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas” (FOUCAULT, 2006a, p. 95). Em linhas gerais, o cuidado devotado ao controle da saúde e do corpo das classes mais pobres tinha por objetivo torná-las melhor preparadas para o trabalho e menos perigosa às classes mais ricas.

No decorrer da segunda metade do século XIX, o avanço nas pesquisas bacteriológicas com destaque para o químico Louis Pasteur, na França, e o médico Heinrich Hermann Robert Koch, na Alemanha, entre outros microbiologistas a eles contemporâneos, trouxeram novos conhecimentos ao campo das discussões etiológicas. Consequentemente, novas abordagens foram dadas à problemática da saúde provocando mudanças nas formas de tratamento das doenças e nas estratégias de prevenção e mecanismos de controle do flagelo epidêmico.

A partir dos estudos, inicialmente sobre a fermentação e a deterioração do vinho e da cerveja e posteriormente sobre as moléstias contagiosas do bicho-da-seda e em outros animais, Pasteur fez descobertas notáveis relacionadas à ação dos microorganismos, especialmente sobre o antraz, o cólera aviário e a raiva. Desde o início de suas investigações Pasteur, na década de 1850, já cogitava a relação entre os germes e as doenças. No mesmo período, Robert Koch, discípulo do botânico alemão Ferdinand Cohn, um dos fundadores da bacteriologia e que trabalhara com Pasteur, desenvolveu o método de cultivo e isolamento de bactérias, e aprimorou a técnica de coloração usada na identificação de bactérias. Koch demonstrou a formação de esporos nos bacilos do antraz e descobriu inúmeros germes patogênicos, notadamente os da tuberculose (*Mycobacterium tuberculosis*

ou bacilo de Koch) e do cólera (*Vibrio cholerae* ou vibrião colérico) (ROSEN, 1994; RONAN, 2001).

Ao demonstrarem experimentalmente que as doenças contagiosas e os processos infecciosos resultavam da ação de microorganismos, Pasteur, Cohn, Koch e os demais microbiologistas contemporâneos, provocaram uma verdadeira revolução no conhecimento médico a respeito da origem e da propagação das doenças. A “revolução pasteuriana” como ficou conhecida a teoria dos micróbios, abalou velhos paradigmas da biologia como a teoria da geração espontânea, que ruiu por falta de sustentação científica, e a teoria dos miasmas. Mesmo abalada, a teoria dos miasmas custou a ser substituída pelos novos conhecimentos da bacteriologia, por mais que seus adeptos aceitassem a concepção dos germes.

Na verdade o pensamento vigente na medicina das constituições desde o século XVIII desenvolvia-se em torno de uma consciência clara da articulação entre as condições sociais e os problemas de saúde. Essa percepção da relação orgânica entre a medicina e a sociedade por parte de grupos da comunidade médica, principalmente os precursores da medicina social, oferecia resistência ao argumento puramente bacteriano na explicação das doenças.

Um dos fundadores da medicina social alemã, o médico e político Rudolf Virchow (1821-1902), por exemplo, reconhecia as descobertas dos bacteriologistas, mas se colocava claramente contrário “a aceitar uma explicação da relação causal absoluta entre a bactéria e a doença” (ROSEN, 1979, p. 88). Os bacteriologistas, por sua vez, estavam muito mais empenhados na investigação científica das doenças, identificando e classificando os germes patogênicos, e no desenvolvimento de produtos profiláticos e terapêuticos, como as vacinas para a prevenção das doenças contagiosas e as técnicas de assepsia e antissepsia para a prevenção dos processos infecciosos, fundamentais na prática cirúrgica.

Com as pesquisas bacteriológicas abria-se o caminho para uma maior cientificidade na medicina. E, embora os bacteriologistas não se opusessem às ideias de reformas advindas da medicina social, não se pode esquecer que a medicina científica foi estruturada principalmente “pela prática social de uma medicina individualizada, curativa, visando àqueles que podiam pagar pelos serviços” (FOUREZ, 1995, p. 98). Talvez por essa razão os bacteriologistas entendessem que “o estudo das doenças infecciosas podia ser levado adiante sem a

necessidade de um desvio para considerações e reflexões sociais sobre política social” (BEHRING, 1893 ⁹ *apud* ROSEN, 1979, p.78-9).

Independente destas questões de ordem ideológica ou política que permearam a produção do conhecimento, principalmente nas décadas finais do século XIX, não se pode negar que foram grandes as contribuições das ciências biológicas para a medicina e o desenvolvimento da saúde pública. Outrossim, os novos saberes oriundos dessas e de outras áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, vieram legitimar a emergência de uma série de disciplinas acadêmicas, entre elas a higiene.

A higiene, como disciplina “acadêmica” ou “escolar”, fez parte do currículo dos cursos de formação superior, como a medicina e a enfermagem, e da formação básica, preparando profissionais que atuassem na educação em saúde, como as “visitadoras sanitárias” ou “educadoras em saúde”, além das professoras primárias (compondo o currículo das escolas normais). Havia uma finalidade de ordem político-social na formação de um quadro técnico com conhecimentos específicos – entre médicos, enfermeiras e professoras (lembremos o predomínio feminino nesses dois últimos ofícios) – que era a possibilidade de intervenção social com fins na prevenção das doenças e na formação de uma população mais adequada aos padrões de civilidade tão difundidos entre as elites intelectuais.

Destarte, em fins do século XIX, é pensado um grande projeto de “pedagogização” social de caráter higienista, dotado de forte conteúdo moral, para promover a educação em saúde da população. Estendendo-se até o primeiro quartel do século XX, a proposta pedagógico-higienista lançou mão de diversos instrumentos de divulgação como as palestras públicas e radiofônicas e as publicações impressas (livros, opúsculos, boletins, jornais, revistas, cartilhas, manuais, entre outros).

Entre as instituições educativas conclamadas para o projeto pedagógico-higienista, a família e a escola ocuparam lugar de destaque. Para a família, especialmente as mães, foram editados em impressos com orientações carregadas de valores morais envolvendo a convivência familiar, o casamento, a juventude, além de lições de higiene e puericultura, orientado o cuidado e a educação das

⁹ BEHRING, Emil. *Gesammelt Abhunlungen zur ätiologischen therapie von ansteckenden krankheiten*. Leipzig, Georg Thieme, 1893, p. xix.

crianças. Na Escola, predominaram as políticas de organização das estruturas físico-espacial das edificações e suas mobílias, e as políticas pedagógicas marcadas pela implementação dos programas escolares com seus conteúdos curriculares, métodos de ensino e materiais e livros didáticos.

2.3 O higienismo em interface com a eugenia

Com o deslocamento do olhar médico do individual para o coletivo, ou seja, quando a medicina se projetou sobre o corpo social, novas perspectivas se configuraram na relação entre a medicina e a sociedade. Simultaneamente ao avanço alcançado nas ciências biológicas e naturais, os séculos XVIII e XIX vivenciaram importantes mudanças no pensamento político e ideológico, principalmente com relação às teorias sociais. Foi nesse período que se observou um fecundo cruzamento entre a filosofia social e a medicina, razão pela qual a racionalidade médica incorporou o espírito de mudança social. O pensamento médico centrou-se na ideia de medicina como ciência social e os médicos progressistas, considerados verdadeiros reformadores sociais, estavam convictos de que o quadro de degradação instaurado com as revoluções e o industrialismo só se reverteria por meio de uma profunda reforma na estrutura da sociedade. Uma mudança que, no discurso médico, se efetivaria sob a égide da higiene.

A higiene, como ciência e como prática, estava na base do *corpus* doutrinário da medicina social. Quando Jules Guérin, em 1848, introduziu o termo e o conceito de medicina social, coube à higiene social a determinação das medidas necessárias para a promoção da saúde e a prevenção de doenças (ROSEN, 1979). Enquanto ciência fundamentava-se nos conhecimentos biológicos das causas das doenças, fossem eles miasmáticos ou microbianos, e na eficácia da prevenção, o que legitimava as intervenções sobre os espaços que fossem focos em potencial de doenças, endêmicas, epidêmicas ou esporádicas. Enquanto prática assumiria o lado interventivo da medicina sobre a sociedade. E isso não se faria sem a jurisprudência do Estado, configurando o lado político da higiene e da medicina social. Um grande número de publicações veio à tona discutindo a influência das condições sociais sobre a saúde e colocando a higiene como condição *sine qua non* na solução dos males sociais. O médico belga Amand Joseph Meynne, por exemplo, em 1865 comentou em seu livro *Topographie médicale de la Belgique*, que

A higiene, que é baseada no conhecimento das causas mórbidas, um dia constituirá a base de toda ciência social, tanto porque a saúde pública sempre será a primeira riqueza de um povo, quanto porque a economia nacional logo se acharia em posição de inferioridade em relação aos outros países se a força física de suas classes trabalhadoras estivesse seriamente afetada. *A higiene um dia se tornará guia do administrador*, assim como do legislador; e a economia política, ao invés de se dedicar exclusivamente à investigação da riqueza nacional, tomará a situação sanitária das populações como ponto de partida de suas doutrinas (MEYNNE, 1865¹⁰ *apud* ROSEN, 1979, p. 102-3). [Grifos nossos].

Igualmente o médico alemão Eduard Reich, em sua obra *System der Hygiene*, um tratado em dois volumes, publicado em 1870-71, definiu a higiene como sendo

[...] o conjunto de princípios que tem como objetivo manter a moralidade e a saúde do indivíduo e da sociedade, destruir as causas das doenças e enobrecer física e moralmente o homem. O conceito de higiene compreende portanto muito mais do que antes abrangia, com a dietética e a polícia médica. A higiene trata do homem como um todo, como um indivíduo e como indivíduo que se manifesta na família e na sociedade; trata do homem em todas as suas condições e relações. Conseqüentemente, a higiene abrange a totalidade do mundo físico e moral e colabora com todas as ciências que têm como objeto o homem e seu ambiente (REICH, 1870-71¹¹ *apud* ROSEN, 1979, p. 108).

Ao longo do século XIX o discurso da higiene foi gradativamente se consolidando entre os perseguidores da restauração da sociedade. A crescente aceitação da medicina social e o enaltecimento da higiene pela comunidade médica com sua inserção nas políticas de saúde dos Estados nacionais europeus representaram um movimento médico-social, que se estendeu até meados do século XX. O higienismo, como ficou conhecido entre os pesquisadores contemporâneos, congregou em torno do seu ideal, médicos e outros intelectuais que, de modo geral, estavam convictos das causas sociais da doença e da necessidade de reformas

¹⁰ MEYNNE, A. J.. *Topographie médicale de la Belgique*. Bruxelles, H. Manceaux, 1865, p. iii-iv.

¹¹ REICH, E.. *System der Hygiene*, Leipzig, Friedrich Fleischer Verlag, 1870-71, vol. I, p. vxi.

estruturais para sanar as questões gerais de saúde e sócio-econômicas advindas da economia capitalista dominante.

Como ideal ou modo de pensar, o higienismo centrou-se no espaço urbano, na sua salubridade e também na constituição de uma população higiênica, pela incorporação de hábitos mais sadios e, portanto, civilizados. A higiene, ou “teoria da saúde e do bem-estar” como diz Eduard Reich (*op.cit.*, *idem*), constituía a “filosofia, ciência e arte da vida saudável para o indivíduo, a família, a sociedade e o Estado”. De fato, naquele momento, a doutrina da higiene pareceu ser a panacéia contra todos os males sociais.

Por outro lado, a sociedade européia oitocentista convivia com uma série de sentimentos ante as desigualdades instauradas nas cidades industriais. Além de sentimentos de angústia e de medo das coisas da cidade – pobreza, miséria, poluição, enfermidades (FOUCAULT, 2006a), em alguns membros da elite afloraram sentimentos de estranhamento em relação à figura do “outro”. Atribuía-se aos pobres, mendigos, alcoólatras, prostitutas, criminosos, a causa da degeneração social que atingira os grandes centros urbanos da era industrial. Na verdade, esses sentimentos traziam subjacentes as concepções há muito estabelecidas acerca dos povos e as raças.¹² Como essa população em geral provinha da migração camponesa ou estrangeira (judeus, irlandeses, negros, asiáticos), as questões sociais das cidades passaram a ser associada à condição étnica ou racial.

As discussões em torno da diversidade racial estiveram ligadas às próprias teorizações acerca da origem do homem. No século XVIII, com a secularização e evolução da ciência, o tema entrou no círculo intelectual de debates onde se confrontavam duas teorias: a “monogenista” (difundida pela Igreja Cristã e dominante até meados do século XIX), a qual partia do princípio de que o homem tinha uma origem comum e que os diferentes tipos humanos eram um produto da maior ou menor “degeneração” do Éden; e a “poligenista”, que contrapondo-se aos monogenistas, acreditavam que os diferentes grupos humanos tiveram suas origens em diversos centros de criação. Em ambos os casos se preconizava a hierarquização das raças e de povos, além da supremacia branca (SCHWARCZ, 1993).

¹² Embora ciente das discussões atuais em torno da aplicação da expressão “raça” optamos por seu uso no texto, sempre que for necessário fazer uso do termo no contexto do período histórico em estudo.

A maior parte dos pensadores da época, entre cientistas e filósofos, compartilhava da concepção “monogenista” de raça, até que os avanços da biologia no campo da classificação e evolução das espécies deram margens a novas especulações sobre a origem do homem e suas diferenças raciais. O empenho nesse campo fez surgir algumas disciplinas científicas voltadas especificamente para o estudo das diferenças humanas; entre elas a “antropologia criminal”, voltada ao estudo da criminalidade como um potencial genético; a “frenologia” dedicada ao estudo morfológico do cérebro em diferentes raças, a “antropometria” responsável pelo estudo das capacidades humanas e a “craniologia” procurando estabelecer uma ligação entre o desenvolvimento intelectual e a estrutura da caixa craniana (SCHWARCZ, 1993).

Essas disciplinas procuravam estabelecer uma relação entre as diferenças morfológicas e os comportamentos e aptidões das diversas raças humanas. De certo modo, buscava-se uma explicação para a hierarquização que historicamente se impunha aos diferentes “tipos” humanos.

Nessa época também ganhou impulso os estudos envolvendo a transmissão hereditária das características dos seres vivos. Em 1859, Robert Charles Darwin publicou “A origem das espécies”, na qual tratou da questão da evolução das espécies a partir da seleção natural. Ao contrário da ideia de fixidez das espécies, Darwin supôs que pequenas variações que surgiam nas espécies podiam ser herdadas e persistiriam na população biológica. No desenvolver de seus estudos Darwin trabalhou os conceitos de “competição”, “adaptação”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”.

A teoria da evolução de Darwin afetou profundamente a biologia abrindo caminhos para novos estudos no campo da morfologia, da embriologia e da hereditariedade. Mas foi no campo social que a tese darwiniana foi mais amplamente explorada. Seus conceitos foram incorporados por outros campos do conhecimento como a psicologia, a sociologia, a pedagogia, a literatura e a política. Nesta última, “o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador” (SCHWARCZ, 1993, p.56).

A partir dos fundamentos evolucionistas de Darwin, o cientista, geógrafo e estatístico britânico Francis Galton (1822-1911) desenvolveu o conceito de “eugenia” (eugenics), como “a ciência que estuda as influências que podem melhorar ou

aperfeiçoar as qualidades inatas da espécie humana” (GALTON, 1909 ¹³ *apud* CASTEÑEDA, 1998, p. 24).

No livro “Hereditary genius”, publicado em 1869, Galton definiu o termo eugenia e lançou os seus fundamentos. Para ele, além das características físicas também as habilidades e os talentos intelectuais eram transmitidos por herança (CASTEÑEDA, 1998). Galton e outros eugenistas, entre biólogos e médicos, viram na eugenia uma forma de aplicar os conhecimentos da hereditariedade na sociedade e, pelo controle reprodutivo, melhorar as aptidões do homem.

A ciência eugênica com seus fundamentos biológicos e a possibilidade de manipulação deliberada da estirpe humana foram amplamente debatidas nos círculos intelectuais coadunando em torno da questão, profissionais de diversas áreas (BAUMAN, 1999). Os cientistas poligenistas, por exemplo, que passaram a ver a questão racial pela ótica da miscigenação a partir de Darwin, colocavam o mestiço como a personificação da “degeneração” que poderia advir do cruzamento entre raças diferentes, devendo esse tipo de cruzamento ser evitado. Subvertendo a teoria de Darwin, como diz Schwarcz (1993), os pensadores poligenistas afirmavam que o resultado de um casamento híbrido tanto era degenerado como carregava os defeitos de seus pais.

A doutrina eugênica apresentava-se então como reguladora dessas distorções. Pensada para elevar moral e fisicamente o homem, a eugenia recomendava as uniões desejáveis e desencorajava as uniões consideradas nocivas para a sociedade. No entanto, até o fim do século XIX, diz Nancy Stepan, “a repulsa moral e a conseqüente aversão política à interferência na reprodução humana continuavam a impedir que os argumentos eugênicos se traduzissem em ação” (STEPAN, 2005, p.31).

Só no século XX é que o projeto eugênico foi de fato incorporado às políticas sociais de diversas nações sendo defendido simultaneamente em vários países, inclusive os da América Latina.

No Brasil, as ideias eugênicas chagam ainda no século XIX, inicialmente classificadas como “temas culturais” (MARQUES, 1994). O marco histórico dessas discussões data de 1892, com os esforços do Prof. Souza Lima que, interessado na “defesa eugênica da nacionalidade”, apela à Academia Nacional de Medicina do Rio

¹³ GALTON, Francis. *Essays in Eugenics*. Londres: The Eugenics Education Society, 1909, p.35.

de Janeiro, para a criação de uma lei que tornasse compulsório o exame pré-nupcial e assim impedisse o casamento de entre portadores de sífilis e tuberculose (VILHENA, 1993; MARQUES, 1994).

De acordo com VILHENA (1993), das apresentações de Souza Lima à Academia Nacional de Medicina, até 1916, pouca coisa circulou nos meios científicos em relação ao tema da eugenia. Na primeira década de 1910 se registra alguns pequenos artigos publicados, de autoria de Erasmo Braga, Horácio de Carvalho e João Ribeiro, fazendo referência à eugenia. Ressalte-se que o termo “eugenia”, sofreu, por parte de João Ribeiro, uma adequação fonética mais compatível com nossa língua, sendo o designativo amplamente aceito por seus pares. Assim coloca João Ribeiro, anos mais tarde, em uma publicação feita no Boletim de Eugenia – importante veículo de divulgação das ideias eugênicas no país.

O termo – “Eugenía” – é o mesmo que adoptam os italianos que preferem pronunciar – “Eugénia” – e que ha muitos annos suggeri como sendo o mais conforme com a índole da nossa lingua. O designativo – “eugenía” – é mais euphonico e mais característico que – “eugénica” – como querem alguns que nesse ponto seguem a lição inglesa deste Francis Galton. [...]

Parece que a minha opinião prevaleceu pelo menos nas differentes obras do dr Renato Kehl e é designação adoptada no excelente “Boletim” que se edita da “Eugenía” neste momento. (RIBEIRO,¹⁴ 1929, p.3)

O primeiro trabalho mais aprofundado sobre as ideias de Galton, naquele início de século, foi a tese médica de Alexandre Tepedino, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1914, e intitulada “Eugenia”. Nesse período, começou a ganhar destaque na comunidade científica, o médico Renato Kehl, que veio a ser reconhecido como o maior expoente do movimento eugênico no país.

Segundo Souza (2006), o eugenista Renato Kehl desenvolveu seu pensamento intelectual à luz das concepções de evolução, raça, degeneração e hereditariedade vigentes e fundamentadas por cientistas como Charles Darwin, Herbert Spencer, Paul Broca, George Lapouge, Louis Agassiz, Francis Galton e August Weismann.

¹⁴ RIBEIRO, João. Questiuunculas. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, fev. 1929.

Na primeira fase de suas elaborações eugênicas, Dr. Kehl esteve voltado mais para um estilo “neolamarckista”, defendendo, por um lado, a “eugenia preventiva”, pautada na higiene e na profilaxia das doenças, e por outro, uma “eugenia positiva”, centrada na propaganda eugênica e no estímulo à educação sanitária, sexual e moral da população. Bem ao estilo dos ideais higienistas e sanitaristas, também em expansão entre médicos, cientistas sociais, educadores e outros da elite letrada da época, o modelo de eugenia de Kehl, como coloca Souza (2006), agradou a boa parte desses intelectuais que viam nas reformas sociais e ambientais as condições necessárias para o aperfeiçoamento da nacionalidade brasileira.

A partir do final da década de 1920, o projeto eugênico de Kehl passa a incorporar os pressupostos da “eugenia negativa”, aproximando-se do pensamento alemão e norte-americano. A tendência ideológica – do racismo científico e do determinismo biológico – incorporada por Kehl se revela nos discursos proferidos nas instituições acadêmicas, nas publicações do “Boletim de Eugenia” e em obras como “Lições de Eugenia” (1929) e “Aparas Eugênicas – Sexo e Civilização” (1933).

Assim se pronuncia Kehl, no seu enaltecimento à eugenia como “higiene da raça”,

A Eugenia é, em outros termos, a higiene da raça, ou como diz Forel, a seleção natural; é a puericultura antes do nascimento (Pinard); é uma aplicação total das ciências biológicas (Houssay). Constitui a verdadeira religião do futuro, a ciência da felicidade, porque se esforça para elevação moral e física do homem, a fim de dotá-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade (KEHL, 1935, p.16).

O uso da eugenia para propósitos racistas incorporados aos discursos de Kehl, principalmente a partir da década de 1930, como coloca Stepan (2005, p. 170), “contrariava correntes sociais e ideológicas que puxavam a eugenia brasileira para outra direção, o que evitou que a eugenia brasileira se tornasse o movimento de higiene racial que ele [Kehl] imaginava.” Para a historiadora, uma nova geração de cientistas “bio-sociais” brasileiros, de orientações mendelianas, defendiam com argumentos anti-racistas uma eugenia muito mais preocupada com as questões higiênicas, sociais e de cunho moral, funcionando em conjunto com o saneamento na promoção do aprimoramento da “raça”, do que uma eugenia preocupada

propriamente com problemas relacionados à seleção reprodutiva ou às visões racistas de melhoramento da população..

De fato, a eugenia do século XX veio fortalecida por um grande número de adeptos entre biólogos, médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos e outros intelectuais sectários dos ideais eugênicos, todos organizados em torno de sociedades eugênicas. Inicialmente, as políticas sociais recomendadas pelos higienistas preservaram os princípios da eugenia “positiva” de Galton, privilegiando os incentivos à “reprodução dos adequados”; entretanto, em fins da década de 1920, muitos eugenistas passaram a recomendar a eugenia “negativa”, que procurava evitar a reprodução dos inadequados.

A partir da década de 1930 a eugenia daria os primeiros sinais de seu lado mais sombrio. Servindo a propósitos racistas, primeiro instituiu a “esterilização compulsória dos inadequados [...], a mais dramática alteração das normas tradicionais que regulavam a família ocidental e os direitos individuais à reprodução” (STEPAN, *op. cit.*, p, 37). Na culminância de uma verdadeira “guerra contra os fracos”, parafraseando Edwin Black, o projeto social-eugênico se expande por diversas partes do mundo, sendo a Alemanha o palco de maior visibilidade da trágica aplicação da eugenia como meta de “melhoramento” da população de estados nacionais.

3 O Brasil na Primeira República - campo fértil para o ideal higienista

A última análise realizada, no terceiro capítulo, tem como objetivo alcançar uma visão de conjunto da Primeira República instalada no Brasil, as condições sócio-históricas que impulsionaram os antecedentes e as primeiras décadas do Estado republicano: aspectos característicos de sua economia, a passagem de uma economia agrário-exportadora para o ensaio dos primeiros passos de industrialização e seus efeitos especialmente no campo da saúde pública, bem como as condições gerais de sua população e suas (re)ações às políticas então adotadas. Num segundo momento, analisamos como se deu a recepção, no Brasil, do ideal higienista, e sua expansão por meio especialmente de intelectuais de reconhecimento público na esfera estatal com grande influência de seu pensar e seu agir nas políticas governamentais no campo da saúde e da educação. E como estes intelectuais acolheram e adaptaram ao modo brasileiro as ideias higienistas europeias em nome da ordem e do progresso, marca da “civilização moderna” em um Estado que se queria republicano. No último tópico deste capítulo, tratamos de analisar os rebatimentos do ideal higienista especificamente no campo da educação, de modo a assinalar o caráter das políticas educacionais então adotadas, sempre com o escopo de assegurar as condições para a formatação do sujeito civilizado, na perspectiva do ideal higienista europeu.

3.1 Caracterização sócio-política e econômica do Estado Brasileiro

O Brasil, na transição entre os séculos XIX e XX, foi surpreendido com rápidas e profundas transformações na economia, na sociedade e na política. As mudanças, iniciadas em fins do período imperial se acentuaram com o advento do novo regime político, a República.

Além do crescente desenvolvimento econômico pautado na economia agroexportadora e consequente consolidação de um novo grupo hegemônico, a burguesia cafeeira, o período histórico foi palco de intenso fluxo imigratório europeu e de reformas urbanas nas principais cidades do país. Entre velhos e novos

paradigmas, balizados pelo positivismo, liberalismo, socialismo e anarquismo, as mudanças foram se conformando e dando o tom na constituição de uma nova nação brasileira.

Nesse contexto, notadamente, houve uma crescente importância da região Sudeste, em parte pela localização da sede do governo central, mas também por concentrar as cidades que tiveram as condições de concentração econômica que propiciariam, mais tarde, sobretudo a partir dos anos 1970, o projeto desenvolvimentista, e que, naquele momento favoreceram, a formação e expansão da economia capitalista competitiva¹⁵ e a consolidação da economia urbano-industrial.

Do ponto de vista econômico, o enlace estabelecido entre a economia emergente, ainda vinculado ao modelo agrário-exportador, e a cidade e sua população, foi fundamental na constituição da economia capitalista interna e ao crescimento dos pólos economicamente mais desenvolvidos. De acordo com Jorge Nagle (2001), a influência da civilização do café atingia os mais diversos setores da sociedade, fazendo valer os interesses de caráter fundiário-exportador. Desse modo, os tímidos surtos industriais que se arrastaram por todo o século XIX, só começaram a acelerar de fato nas primeiras décadas do século XX, quando a industrialização se consolidou marcando definitivamente a fase da economia urbano-comercial.

Esse crescimento do capital interno gerado pela economia cafeeira e pela industrialização desencadeou a mudança da sociedade rural e escravocrata em uma sociedade urbana industrial, e impulsionou a gradual modernização da sociedade brasileira.

A República, considerada um marco na história nacional, para alguns estudiosos, não representou necessariamente a maturidade política do povo brasileiro. No Brasil, este “povo”, na perspectiva dos que têm o “povo” como os sujeitos da soberania democrática, praticamente esteve ausente do processo de construção do chamado movimento republicano. Paulo Freire, por exemplo, coloca

¹⁵ Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*, divide a emergência e expansão do capitalismo moderno no Brasil em três fases: a) fase da eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (da abertura dos portos até meados do século XIX); b) fase da formação e expansão do capitalismo competitivo (da sexta década do século XIX até meados do século XX); e, c) fase da irrupção do capitalismo monopolista, caracterizada pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (estrangeira, estatal e mista), que se inicia por volta da década de 50, mas só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964” (FERNANDES, 1997, p.224-225).

que a implantação do Estado Nacional democrático se deu “sem nenhuma consideração prévia a nosso contexto”, numa atitude típica de alienação cultural (FREIRE, 1986, p.79).

O movimento republicano, organizado desde 1870, envolveu apenas alguns setores da elite insatisfeita com as políticas monárquicas contrárias aos seus interesses, e parte da classe média urbana formada, em parte, por intelectuais movidos por um misto ideológico nem sempre bem definido entre eles.¹⁶

A República se instaurou segundo interesses dos centros econômicos da época, ou seja, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, não configurando, segundo Carvalho (2004), o que seria um marco da identidade nacional, isto é, a verdadeira expressão da vontade popular. Na verdade, o fato retratou o reflexo da conjuntura política do país onde a população praticamente inexistia enquanto povo político. Naquele momento, como diz Paulo Freire,

Importávamos o estado democrático não apenas quando não tínhamos nenhuma experiência de autogoverno, inexistente em toda a nossa vida colonial, mas também e, sobretudo, quando não tínhamos ainda condições capazes de oferecer ao ‘povo’ inexperimentado, circunstâncias ou clima para as primeiras experiências verdadeiramente democráticas (FREIRE, 1986, p.79).

A República, nos moldes em que se constituiu, não teve grande significado para a população em geral, a maioria marginalizada. O poder, que fora meramente transferido da Corte Imperial para as mãos das forças Oligárquicas, por muito tempo, manteve uma parcela significativa da população excluída do direito ao voto, numa clara demonstração de que não era, de fato, um governo democrático. Aquele povo, que historicamente fora rechaçado de seus direitos políticos e civis, sem escolarização e sem uma tradição na participação política, parecia alheio às “lutas” políticas e sociais que se travavam no país, afinal, “ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não

¹⁶ Jose Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, coloca que a elite intelectual, no fim do Império e início da República, foi movida por um misto de ideias importadas da Europa – liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo –, as quais, nem sempre bem compreendidas ou “absorvidas de modo parcial e seletivo”, geravam uma verdadeira “confusão ideológica” entre eles [1987, p.42].

discerne” (FREIRE, 1986, p.40). Era um povo oprimido que, na expressão de Aristides Lobo, assistia “bestificado” à proclamação da República¹⁷.

As ideias republicanas não tiveram uma real penetração no país e a República não representou a expressão do anseio popular, mas isso não significa dizer que a população estivesse totalmente alheia às questões políticas e sociais do seu tempo. A apatia política que parecia atingir a muitos não era a regra de todo o povo brasileiro. Os estudos sobre os “movimentos e lutas sociais” no Brasil revelam que em diversos momentos de nossa história pode se observar, no campo e na cidade, situações de revoltas, levantes, motins e de protestos, fossem eles movimentos popular ou elitista.

Em todo caso essas mobilizações que vinham agitando os ânimos da população mesmo antes da República tiveram causas e interesses diversos, de caráter messiânico-monarquista como nos casos de Canudos (1896-97) e do Contestado (1912-16), de ordem político-militar a exemplo da Revolta da Escola Militar (1904), da Revolta dos Tenentes (ou Tenentismo, em 1922), da Coluna Prestes (1925-27), ou ainda as de natureza sócio-econômica diversa, como a maioria dos protestos urbanos, com destaque para a Revolta da Vacina (1904).

Para José Murilo de Carvalho, alguns protestos e motins, não se caracterizaram necessariamente em “movimentos de revolta popular em sentido liberal clássico como exigência de redução ao mínimo a ação do Estado, ou de ilegitimidade dessa ação onde coubesse a iniciativa particular” (CARVALHO, 1987, p. 146). A maioria das manifestações urbanas, por exemplo, emergia das ações coletivas das camadas médias da sociedade, como os burocratas, os funcionários públicos, os comerciantes, em geral insatisfeitos com atos do Governo ou arbitrariedades praticadas por seus agentes (CARVALHO. 1987; 2004; GOHN, 1995).

Convém lembrar que, em meio a toda efervescência que marcou os anos iniciais da Primeira República, as novas relações econômicas que se expandiam nos

¹⁷ Aristides Lobo, advogado da ala dos republicanos, em artigo publicado no “Diário Popular”, em 18 de setembro de 1889, ao mesmo tempo que dá significado ao acontecimento da República “O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era”, reconhece a delicadeza do feito “Estamos em presença de um esboço rude, incompleto, completamente amorfo. Não é tudo, mas é muito” e ressalta que “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem saber o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada” (Cf. a “Edição Especial República”, da Revista Veja, série “Veja na História”, publicada originalmente nas bancas em setembro de 1989, disponível em versão eletrônica <http://veja.abril.com.br/historia/republica/indice.shtml>).

centros urbanos não foram acompanhadas das mudanças nas antigas estruturas imperiais. Benchimol (2003), por exemplo, descrevendo o panorama fisionômico e estrutural da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, diz que,

Apesar da formação de novos bairros, iam se condensando na área central realidades críticas, (...). As ruas estreitas e sinuosas eram congestionadas pelos novos fluxos de homens e mercadorias, inclusive artefatos de ferro de grande porte, entre o terminal ferroviário, a orla do porto e o dédalo mercantil da cidade. No populoso centro coexistiam escritórios e bancos, lojas, depósitos, oficinas, trapiches, prédios públicos, moradias particulares em sobrados e casas térreas, armazéns frequentemente associados a cortiços e estalagens, velhos casarões aristocráticos subdivididos em cômodos exíguos e sujos para famílias inteiras de trabalhadores. Uma multidão heterogênea, flutuante, morava e labutava na área central do Rio de Janeiro.

Aí, todos os anos, irrompiam epidemias mais ou menos mortíferas, variando os índices de morbidade e mortalidade conforme a sinergia a um só tempo biológica e social dos viventes que se concatenavam no curso de cada doença (BENCHIMOL, 2003, p. 236-7).

Pelo exposto, a incompatibilidade entre o crescimento populacional e a estrutura urbana tinha reflexo na qualidade de vida e na saúde de boa parte da população, entre trabalhadores e outros pouco afortunados, que se aglomeravam nas cidades e subsistiam em condições precárias de moradia, alimentação e trabalho. Ao retratar a fragilidade urbana de uma das mais importantes cidades da época, inclusive pela sua condição de capital do país, Benchimol põe em evidência a questão da saúde pública que, tanto no Rio de Janeiro quanto em qualquer outra cidade do país, era lastimável. A própria República, diz Benchimol (*op cit.*), foi proclamada em meio a uma grave epidemia.

Desde os tempos da Colônia, o perfil nosológico da população brasileira fora marcado por uma história de doenças epidêmicas como a varíola, a malária, a febre amarela, a escarlatina, a influenza, o sarampo, a febre tifóide e o cólera; além das de natureza endêmica como a sífilis, a hanseníase e a tuberculose, ou aquelas provenientes das carências nutricionais como o raquitismo e o escorbuto, de modo que periodicamente centenas de pessoas na cidade e no interior eram vitimadas pelos mais variados tipos de doenças. A gravidade da saúde pública no país imputou-lhe a reputação de uma das áreas mais insalubres dos trópicos.

Não bastassem os problemas estruturais que favoreciam a disseminação das doenças, no campo médico, as incertezas quanto a causa ou os agentes etiológicos das doenças dificultavam a eficiência nas medidas de prevenção e combate das mesmas. Segundo Stepan (1976), quando a peste bubônica atingiu a cidade portuária de Santos, em fins de 1899, marcando a entrada da pandemia na América, os médicos não estavam preparados para enfrentar a nova doença. A autora nos lembra que,

Santos era um ponto de entrada importante de imigrantes europeus, muitos dos quais haviam vindo para o Brasil a fim de trabalhar nas plantações de café no interior do Estado de São Paulo. As notícias de uma possível epidemia da pouco familiar e aterradora peste bubônica numa ocasião em que a imigração era vitalmente importante para a aceleração da indústria de exportação do café, causou graves preocupações. Muita coisa estava em jogo política e economicamente (STEPAN, 1976, p. 67).

Por ter uma relação direta com a economia, os portos foram objetos de maior preocupação e de intervenção da época. Naquele período, em fins do século XIX, a medicina brasileira dava os primeiros passos na direção do modelo causal difundido pela teoria pasteuriana e usava isso como política para o saneamento dos portos, e a saúde pública em geral. As ações consistiam na detecção de substâncias químicas e de microrganismos causadores de doenças, e apoiava-se nas atividades preventivas e curativas com uso de vacinas e soros.

Para atender essa demanda vacinogênica e de pesquisa bacteriológica, foram criadas em São Paulo, as primeiras instituições de pesquisa nessa área, como o Instituto de Bacteriologia, em 1892, e o Instituto Butantã, em 1899 (GARCIA, 1989; STEPAN, 1976). De acordo com Garcia (1989, p.132) o Instituto Butantã “nasce como resposta à ameaça da peste no porto de Santos”. Apesar das limitações da medicina e das dificuldades sanitárias da época, o surto da peste bubônica manteve-se sob controle tanto em Santos, lugar em que surgiu, como no Rio de Janeiro onde também ocasionou óbitos.

Além da peste, outras duas grandes enfermidades grassavam a população com regularidade até 1900, a varíola e a febre amarela. A precariedade da saúde pública configurou-se um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento

econômico da época e as epidemias não só tiravam da ativa um importante contingente da força de trabalho, como interrompiam o fluxo migratório europeu, importante implemento na mão-de-obra local. Destarte, o comércio exterior ficou igualmente comprometido já que os navios comerciais de importação e exportação se negavam a atracar em portos brasileiros, perante o risco oferecido pelas doenças infecto-contagiosas.

O estigma da doença que tanto maculava a imagem nacional no exterior fez crescer, entre os intelectuais positivistas e a elite econômica cafeeira e industrial, a ideia da necessidade de mudanças profundas na estrutura urbana das cidades. A questão da saúde pública no país exigia do Estado uma ação imediata em termos de políticas públicas. Era preciso elevar a nação republicana à condição de moderna, civilizada e, por conseguinte, saudável. Na perspectiva dos tempos que se anunciavam, Stepan coloca que,

Apesar das limitações institucionais à medicina experimental, havia alguns indícios por volta de 1900 de que a situação da medicina e da saúde pública estava madura para ser melhorada. (...) A ameaça que as epidemias apresentavam para a valiosa força de trabalho era objeto de preocupação dos fazendeiros de café. (...) Novos movimentos intelectuais, tais como o Darwinismo e o Positivismo, exerciam uma influência indireta sobre a ciência, tornando o ambiente intelectual do Brasil mais hospitaleiro às idéias científicas. (STEPAN, 1976, p. 62-3)

Naquele início de século, o Brasil já contava com uma nova geração de médicos, mais abertos aos avanços da ciência e mais preparados do ponto de vista da medicina experimental e da bacteriologia. Com a criação dos Institutos de Pesquisas de São Paulo, e a criação do Instituto Soroterápico de Manguinhos, em 1900, no Rio de Janeiro, ocorre uma maior aproximação da medicina com o Estado no sentido de promover ações ligadas ao controle e erradicação das doenças e das epidemias. A partir do ano de 1900, o país sofrerá uma série de transformações econômicas e sociais que afetaram as políticas urbanísticas, sanitárias e de educação.

Em 1902, com a eleição de Francisco Rodrigues Alves à Presidência da República, pela primeira vez no Brasil a saúde na capital foi considerada uma

prioridade nas políticas públicas (STEPAN, *op. cit.*). A intenção de Rodrigues Aves era tratar a saúde pública com eficiência para que se tornasse um exemplo para o país. Ante o estado doentio da nação, a iniciativa governamental envolvia diversas ações e medidas normativas, entre elas, os projetos de urbanização e saneamento das cidades e as intervenções vacinogênicas.

Para cumprir suas metas, Rodrigues Alves indicou o engenheiro Francisco Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal e o médico Osvaldo Cruz, para o saneamento. Obviamente, o sucesso das políticas de saúde iria depender grandemente da vitalidade dos governos e dos recursos destinados na empreitada, mas principalmente, do esclarecimento e da aceitação por parte da população.

No Rio de Janeiro, a gestão do então prefeito Pereira Passos, dá início ao projeto urbanístico de modernização da cidade. Pontos estratégicos da cidade foram levados em conta no plano das reformas da Capital, entre eles, a zona portuária, com a expansão e modernização do cais, a abertura da Avenida Central e o alargamento de outras vias para resolver o problema do transporte e da circulação, drenagem e aterramento dos alagados e o saneamento da cidade. Todo esse processo de remodelação da cidade envolveu a demolição de antigas estruturas urbanas, entre elas prédios comerciais e moradias, de modo que “milhares de pessoas ficaram desabrigadas e tiveram seu quadro cotidiano de existência pulverizado pelas obras, e pelas normas e proibições que foram instituídas concomitantemente” (BENCHIMOL, 2003, p. 258).

No campo da saúde, o médico bacteriologista Oswaldo Cruz, reorganiza os serviços de higiene federal e municipal do Rio e dá início a uma ampla ação sanitária no combate a varíola, a febre amarela e a peste bubônica. Oswaldo Cruz, então diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, órgão ligado ao ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, em 1903 entrega ao ministro da Justiça, o médico Sales Guerra, o plano da campanha contra o vetor da febre amarela. (SCLIAR, 2005).

A campanha sanitária envolveu estratégias de ação diretas e indiretas. Como forma de ação direta, na primeira etapa da campanha, travou-se combate a peste bubônica pela eliminação do vetor, ou seja, pulgas e ratos, de modo que bicos, hospedarias e armazéns foram visitados pelos agentes da saúde encarregados de remover entulhos e espalhar raticidas. No combate a febre amarela, se deu a

campanha de "mata-mosquitos" com a eliminação dos focos e com a desinfecção das casas. Já o sistema de vacinação contra a varíola exigia dos vacinadores, não só adentrar nas casas das famílias, mas ter contato direto com as pessoas no ato da vacinação, um procedimento deveras constrangedor e portanto não muito bem aceito pela população.

A resistência em receber os vacinadores, fez o governo tomar medidas mais radicais e usar de mecanismos indiretos de ação, como: a criação da lei sanitária que propunha a vacinação obrigatória e a criação de um código sanitário uniforme para todo o território nacional; criação de tribunais especiais para forçar a submissão aos novos regulamentos sanitários; a instituição da "polícia médica"; além de usar a vacinação como critério ao acesso nos empregos públicos e estabelecimentos de ensino.

Nesse jogo de poder, as relações de força se traduziam tanto pelas formas de opressão do dominador quanto pela formas de resistência do oprimido. E foi no campo da resistência que se operou a principal reação popular urbana contra as "forças opressoras", ou seja, a Revolta da Vacina.

Assim, o governo do Rio de Janeiro, em 1904, enfrentou a mais importante insurreição urbana da história do país. A Revolta da Vacina aconteceu num cenário de hostilidade, publicidade, incerteza e insatisfação. Num embate de racionalidades se confrontaram de um lado a ciência médica, na figura dos higienistas, armada de certezas positivistas apoiada em números que representam os entraves ao progresso – os índices de morbidade e mortalidade –, e do outro, o povo, armado de indignação, de revolta, mas também, de desconfiança e incertezas. Para José Murilo de Carvalho, a Revolta da Vacina deslançada em 1904, foi considerada por muitos como o "ponto culminante da expressão popular", sendo o único movimento do período que se moldou na perspectiva do confronto ao Estado (CARVALHO, 1987, p.146).

De acordo com Moullin (2003), a resistência presente no caso da Revolta da Vacina apresentou dois formatos, um como forma de resistência a um procedimento médico invasivo para os padrões morais da época e sem a devida garantia de eficácia, já que em outras situações vacinogênicas não se havia observado efeitos satisfatórios; e outro, como uma manifestação de revolta não só contra o ato autoritário da vacinação compulsória, mas contra toda forma de abuso do poder.

Eram valores modernos e tradicionais que convergiam para uma contraposição aos exageros adotados pelo governo, embora o levante não configurasse, necessariamente, uma oposição ao regime instituído.

A Revolta da Vacina denotou a expressão de um momento histórico onde a relação entre a Medicina e o Estado se estreita ao ponto da saúde ser tratada como uma questão de ordem e sujeita a penalidades. Estava em jogo a manutenção dos interesses econômicos e o modelo de desenvolvimento que se vislumbrava com a República. Mas o evento marcaria a materialização de uma nova ordem justificada, principalmente, a partir do discurso médico-higienista.

3.2 O ideal higienista no Brasil: entrada e difusão

A história do higienismo na sociedade brasileira, objeto de estudo em diversas pesquisas no campo da saúde, das ciências sociais e da educação ¹⁸, revela que o pensamento higienista europeu chegou ao Brasil no curso do século XIX, como parte do ideário de um seleto grupo de intelectuais liderado pela “classe médica”.

O paradigma da higiene, presente principalmente nas teses e periódicos médicos em circulação ¹⁹, aparece claramente a partir da segunda metade do século XIX entremeando reflexões em torno do adoecimento e da morte em larga escala, da insalubridade dos espaços e estruturas urbanas, da ignorância da população e da adoção de hábitos pouco condizentes com os padrões europeus de higiene e civilidade, desde a Corte imperial.

¹⁸ O tema do higienismo, direta ou indiretamente, perpassa o campo de investigação em diversos estudos historiográficos que tratam da relação medicina-saúde-educação-sociedade, a exemplo dos trabalhos de Stepan (1976; 2005); Schwarcz (1993); Rocha (2000; 2003); Marques (1994); Carvalho (1997); Souza (2006), para citar apenas alguns entre tantos outros pesquisadores que vêm contribuindo com a história do higienismo no Brasil, ontem e hoje.

¹⁹ Lília Moritz Schwarcz (1993) destaca que entre 1887 e 1930, o tema de maior destaque entre os ensaios publicados em dois periódicos médicos, no Rio de Janeiro e na Bahia, foi o da “higiene pública”. Abrangendo temas como a epidemiologia, saneamento, higienização, demografia e meteorologia, o tema atingiu o *ranking* de 39% das publicações no *Brazil Médico* (periódico da Faculdade do Rio de Janeiro), e 36%, na *Gazeta Médica da Bahia* (primeiro periódico médico, lançado em 1866). A autora também faz uma referência à presença do tema em 24 das 30 teses médicas defendidas, em 1900, no Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. Embora os exemplos sejam pontuais, quando consideramos outras leituras correlatas constatamos a crescente relevância da Higiene, enquanto campo do saber médico, entre os profissionais da área, a partir das últimas décadas do século XIX.

Preservando os princípios iluministas do “apelo à razão e a crença no progresso e na capacidade de aperfeiçoamento do homem” ²⁰ (ROSEN, 1994, p.140), o pensamento higienista exerceu grande influência nas políticas de saúde, educação, sanitárias e urbanísticas que foram implementadas por todo o país, principalmente com o advento da República. Mas foi nas proposições de medicalização da sociedade pela implantação de uma política de saúde pública mais eficiente e com a adoção de práticas disciplinares e de higienização no campo educativo, que o discurso médico-higienista se fez mais forte (MARQUES, 1994; ROCHA, 2003). Em nome de uma “verdade que cura”, a Sociedade de Medicina garantiu o reconhecimento da classe médica e a ocupação de seus membros nos espaços do poder.

Na verdade, o século XIX teve um grande significado para o avanço da ciência no Brasil. Com a vinda da Corte portuguesa, em 1808, deu-se início a história das instituições científico-cultural e de formação técnica superior no país (STEPAN, 1976; SCHWARCZ, 1993; DANTES, 2001). Data desse período a fundação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional, do Real Horto, do Museu Real, além da Academia Real Militar, que mais tarde (1858) deu origem à Escola Central e à Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Mais tarde, já no Império, foram criados o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), as escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e as faculdades de direito de São Paulo e do Recife. É interessante observar que essas instituições congregavam, em torno de si, uma elite intelectual que, direta ou indiretamente, exerciam influência nos sistemas de poder. Enquanto que o primeiro grupo da chamada “classe ilustrada” estava muito mais identificada com a Corte portuguesa e dedicada à manutenção de seus ideais, do que com o Brasil, que ainda era uma “colônia”; os intelectuais formados no período do governo imperial, além de comporem um grupo diversificado de profissionais, considerando a implantação dos cursos superiores no Brasil, suas intelectualidades forjadas à luz das novas teorias e paradigmas das ciências biológicas e sociológicas, enriqueceram os debates

²⁰Jorge Rosen destacando a função social da medicina e sua extensão educativa, coloca que o “movimento de educação em saúde tinha amplitude internacional, e embora se adaptasse a circunstâncias locais, suas características eram similares em todos os países – o apelo à razão e a crença no progresso e na capacidade de aperfeiçoamento do homem” (ROSEN, 1994, p.140).

trazendo à tona as teorias com as quais se identificavam. Foi o caso do higienismo e da eugenia.

Enquanto o higienismo concentrava o debate em torno da saúde pública, mobilizando os profissionais da medicina social para o combate da doença e centrando a atuação médica no dia-a-dia das populações contaminadas por moléstias infecto-contagiosas, a eugenia concentrava o debate em torno da “raça”, mobilizando os profissionais da medicina legal, na figura do perito, na explicação da criminalidade, na determinação da loucura, e na separando a população enferma da sã (SCHWARCZ, 1993).

Mas o higienismo não se limitou às questões de saúde da população e aos programas de saneamento. No curso do governo imperial, um núcleo social que foi largamente submetido às “microestratégias” higienistas, foi a família burguesa citadina. De acordo com Costa (2004), o posicionamento da medicina na defesa da higiene da família, atendia a um duplo interesse: de um lado garantir a correção das condutas anti-higiênicas, remanescentes dos antigos modos de vida na sociedade colonial, que representavam um entrave no combate às doenças; e de outro, assegurar a adaptação social ao novo regime econômico e político que se estabelecia com a declaração de independência da Corte portuguesa. Nesse sentido Costa (2004) coloca que,

(...) a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprendiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais (COSTA, 2004, p. 12)

Observa-se aqui a ampliação no campo de ação da “ordem médica”. O objeto da medicina já não se limita à doença e sua cura. Para além do corpo biológico, o seu cuidado recai também sobre a causa das doenças. É o corpo social – a cidade em seu conjunto – que se torna alvo da reflexão e da prática médica. Em sua análise sobre a história da medicina no Brasil, Roberto Machado (1978), ressalta que,

A transformação do objeto da medicina significa fundamentalmente um deslocamento da doença para a saúde. Não é mais a ação direta e lacunar sobre a doença como essência isolada e específica que move o projeto médico. O “médico político” deve dificultar ou impedir o aparecimento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral. A inserção do indivíduo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a medicina sai do seu próprio campo de ação. Se a sociedade, por sua desorganização, e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível. Nesse controle das virtualidades, nasce a periculosidade e com ela a prevenção (MACHADO, 1978, p. 155).

A medicina da “saúde” assume assim um discurso preventivo, colocando-se na vigilância dos fatores sociais e ambientais potencialmente de riscos à integridade física ou mesmo moral dos indivíduos. Em meio a tantos problemas sociais como a pobreza, o analfabetismo e principalmente as doenças que afligiam o povo brasileiro, o discurso médico entra em evidência nos círculos de debates intelectuais como “verdade” que medicaliza, cura e civiliza. Buscando a própria legitimação como ciência,

(...) a medicina ocupa uma posição central no saber e seus braços sustentam a sociedade. O projeto médico defende e justifica uma sociedade medicalizada, lutando por uma posição em que o direito, a educação, a polícia, a moral seriam condicionadas a seu saber (MACHADO, 1978, p.194)

A expansão do movimento higienista na conjuntura política das décadas finais do século XIX, coaduna o discurso médico aos discursos republicano e nacionalista formando o todo que alimentava os debates em defesa da ordem, da civilidade, da modernização e do progresso do país. Foram os ideais positivistas da ordem e do progresso que se tornaram lema do Estado republicano instituído em 1889. Para Comte (2009, p103) “a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem”. A

República era assim a representação do novo; símbolo de uma nova ordem e o caminho para o progresso da nação.

Higienizar, modernizar e civilizar a nação. Essas eram palavras de ordem que os “homens de ciências” e os intelectuais engajados no projeto republicano proferiam, nomeando-se assim porta-vozes da corrente transformadora do país. Ancorados nas tendências liberal-positivistas e nas teorias médicas ou sociológicas, a exemplo do evolucionismo e o darwinismo social, esses intelectuais dividiam opiniões quanto às explicações sobre o atraso ou progresso da nação, ou quanto às estratégias para solucionar os problemas que afetavam a realidade do país, mas eram consoantes quanto ao reconhecimento das urgências e das necessidades prementes da sociedade brasileira.

Em geral, entre as elites econômica e política, imperava a ideia de que o povo – inculto, doente e improdutivo – representava o maior obstáculo para o progresso da nação. O futuro da nação dependia de mudanças como “a atualização da sociedade ao modo de vida dito civilizado, a modernização das estruturas básicas da nação e o estímulo ao progresso, tanto material quanto cultural do país” (KROPF, 1996, p. 80).

Mas o sonho republicano encontra grandes desafios em sua marcha rumo aos horizontes promissores do novo século. Entre as inquietações do pensamento social hegemônico da época pesavam as questões relativas à formação da sociedade brasileira num contexto onde figuravam de um lado o histórico quadro sanitário com doenças que afetavam a todos indiscriminadamente e de outro, a configuração da população cuja miscigenação, segundo as teorias raciais vigentes, era apontada como causa de “degenerescência” social.

“A nacionalidade embranquecerá á custa de muito sabão de côco *ariano!*”, diz o médico eugenista Renato Kehl em “Lições de Eugenia” (1935) ²¹. Defensor do controle do Estado sobre os indivíduos por meio da esterilização compulsória, Kehl também via na miscigenação uma estratégia, embora a longo prazo, de branqueamento da raça, fator fundamental na formação da nacionalidade. Assim se posiciona Kehl sobre a questão da mestiçagem,

²¹ Data de 1929, a primeira edição da obra de Renato Kehl *Lições de Eugenia*.

Entre nós, os legítimos representantes da raça etíope e da selvícola, acham-se um pouco reduzidos, difundindo-se a maioria numa heterogênea mescla racial com tonalidade cromática caprichosamente variada. (...) Tão variáveis são as cores da cutis, como os demais caracteres antropomórficos, numa confusa promiscuidade de temperamentos psíquicos. Daí a índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vícios políticos e sociais de nossa gente.

O Brasil representa uma “oficina gentium”, um grande laboratório de elementos diversos, e nele terá de elaborar-se durante muito tempo um grande metabolismo racial com a assimilação de uns e a desassimilação de outros e mediante este trabalho *químico*, complexo e lento, dentro de alguns séculos se obterá, apesar dos prejuízos acarretados à raça branca, uma nacionalidade melhormente caracterizada, um povo forte e varonil que, talvez, se emparelhará, dignamente, com os melhores aquinhoados (KEHL, 1935, 240-41).

Se para os higienistas a Higiene – pelo saneamento e pela educação sanitária – resolveria o problema da saúde do país, para os eugenistas, só com as práticas eugênicas de melhoramento da raça se alcançaria a regeneração social. Obviamente, para os eugenistas, a primeira não inviabilizaria a outra, mas sozinha a Higiene e a Educação não alcançariam metas sociais mais contundentes. Nesse sentido diz Kehl,

A educação, tão somente, elucidando, convencendo, não conseguirá a regeneração humana. Impõem-se medidas outras de maior alcance, que influam na individualidade genética.

(...) Instrução, educação, conforto, progresso beneficiam o indivíduo sem vantagem genética para a descendência; (...) proteção às famílias de “bem-dotados”, segregação, esterilização, migração selecionada, cruzamentos eugênicos, com impedimento para os disgênicos, consciência eugênica, esta última difundida nas escolas, nas casernas, nos lares, beneficiam geneticamente a espécie (KEHL, 1939, p.107-8).

Nem todo pensamento social brasileiro da época concordava com as teorias européias raciais sobre a inferioridade da raça brasileira. Os intelectuais progressistas não acreditavam num determinismo biológico definindo a inaptidão ou inferioridade do povo brasileiro de forma irremediável. Estes, mais higienistas que eugênicos, defendiam a regeneração social pelas mudanças nas estruturas básicas

da sociedade. A doença e a incúria do povo podia ser explicada pela intrínseca relação entre o biológico e o social.

Segundo Belisario Penna (1918, p. 36), “todos os problemas relativos á salubridade das regiões e á saude dos seus habitantes prendem-se intimamente aos da sua organização política e social”. Belisário Penna, um dos grandes higienistas de sua época, foi líder da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918-1920) e autor do livro “Saneamento do Brasil”. Na sua obra ele sintetiza importantes questões da situação sanitária do interior do país, principalmente os “sertões”. Ao expressar suas impressões sobre a relação entre a saúde do povo e a sociedade, Penna coloca,

N'um paiz de doentes e analphabetos, como o Brasil, a preocupação maxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento physico, moral e intellectual dos seus habitantes.

Não ha prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando á ignorância se juntam as moléstias e os vícios, o abatimento physico e intellectual, as lesões de órgãos essenciais.

É esse desgraçadamente o caso do Brasil, que conta seguramente 80% de analphabetos e outros tantos dos seus habitantes affectados de varias molestias “evitaveis”, vegetando pelas cidades, pelos campos e pelos sertões, consumindo sem produzir, anemiando a nação, ou pelo menos embaraçando o seu surto para o progresso e para a expansão, (PENNA, 1918, p. 7)

O povo inculto e doente que “embaraçava” o progresso do Brasil, como colocou Belisario Penna, era na verdade reflexo do abandono do Estado às políticas públicas. Para ele, a pobreza, a fome e consequentemente a debilidade física do povo, no campo ou na cidade, no litoral ou no sertão, era um problema social e não de raça.

Como se pode notar, no Brasil, a linha tênue que separa a Higiene da Eugenia assumiu conotação diferente em relação aos seus países de origem. Assim, em torno dos temas em questão colocou-se lado a lado diferentes personalidades com semelhanças e diferenças de pensamento mas que, por afinidade de propósitos ou pelas funções públicas exercidas, apresentavam cada qual suas compreensões e seus projetos de superação dos problemas nacionais.

Estiveram na mesma cruzada cívica pelo nacionalismo e o saneamento do país, várias personalidades, entre médicos e outros com formações e ocupações sociais diversa, com destaque para Belisario Penna, Carlos Chagas, Osvaldo Cruz, Artur Neiva e Renato Kehl. Estes se mobilizavam em torno de várias corporações e sociedades, como a Sociedade de Higiene Mental (1908), a Liga de Defesa Nacional (1916), a Liga Pró-Saneamento (1918), Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), o Departamento Nacional de Saúde Pública (1920), a Comissão Central Brasileira de Eugenia (1931). Os temas afins, convertidos em discursos, eram proferidos em eventos nacionais que reuniam representantes de diferentes segmentos da sociedade e de diversas regiões do país. Seus ideais eram difundidos por meios diversificados e se voltavam para o público de diferentes seguimentos da sociedade – nas instituições, nos lares e nas escolas.

Os principais eventos nacionais que, na segunda fase da Primeira República, abordaram questões relativas a saúde e a educação, foram: I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (Rio de Janeiro, 1922); I Congresso Brasileiro de Higiene (Rio de Janeiro, 1923); II Congresso Brasileiro de Higiene (Belo Horizonte, 1924); III Congresso Brasileiro de Higiene (São Paulo, 1926); I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927); II Conferência Nacional de Educação (Belo Horizonte, 1928); I Congresso Brasileiro de Eugenia (Rio de Janeiro, 1929).

A realização de tais eventos na segunda fase da República configura a crescente preocupação da sociedade para com os problemas nacionais, principalmente nas questões mais gritantes como a saúde e a educação. A regeneração das populações brasileiras, núcleo da sociedade, como ressalta Carvalho (2000), era uma dívida republicana a ser resgatadas por essa nova geração de intelectuais. Os médicos, sociólogos, literários, jornalistas, advogados, pedagogos e tantos outros entusiastas pela higiene e pela educação apostavam na redenção social pela conformação da população aos ideais de modernização e civilidade.

“Vitalizar pela educação e pela higiene”, apregoava o médico higienista e também um entusiasta pela educação, o Dr. Miguel Couto, (apud CARVALHO, 2000), entre as vozes republicanas que, no limiar da década de 1930, ainda esperava pela República democrática sonhada, e insistiam em suas idealizações e projetos de renovação social que se daria pela higiene e pela educação.

3.3 A Educação no Brasil à luz do higienismo

Na historiografia da educação, a Primeira República aparece como um período bastante representativo, marcado por uma profusão de reflexões e debates sobre o modelo de educação adotado no país e a necessidade de mudanças nas bases estruturais do sistema educacional vigente, principalmente depois do balanço de sua primeira fase, quando os próprios republicanos reconhecem que os sinais de mudanças apregoados não se deram no ritmo esperado. Na efervescência das transformações sociais e culturais que envolveram a sociedade brasileira nas três primeiras décadas do século XX, durante o processo de consolidação do novo regime, difundiu-se entre os intelectuais a crença no poder redentor da educação. A concepção “salvífica” de uma escola nova para um homem novo, difundia-se sobremaneira ao âmbito educacional e a escola passou a ser vista, pelo poder público e pelos “homens de ciência”²², como objeto de intervenção social e meio de difusão do modo de vida civilizado. (ROCHA, 2000, 2003; SOUZA, 2000).

Sobre a escola, entendida como “instrumento de correção” e “força do progresso da sociedade brasileira” (NAGLE, 2001, p.165), recaíram várias reformas de ensino, federais e estaduais²³. Essas reformas buscavam adequar a instituição escolar às exigências econômicas e ideológicas do momento, configurando o que Nagle (op. cit. passim) veio a chamar de “entusiasmo na educação” e de “otimismo pedagógico”. É nesse contexto do período republicano que o olhar e o saber médico sobre a educação ganharam maior proporção e intensidade.

O monopólio do saber médico incidindo sobre os problemas de ordem social faz parte da agenda médica desde o século XIX. De acordo com Gondra (2004, p. 120-21), o tema educacional, “principal aspecto a ser observado no sentido de se

²² A expressão “homens de ciência”, encontrado nos trabalhos de Heloísa Helena P. Rocha, faz referência a uma elite profissional emergente nas décadas finais do século XIX, que voltada à reflexão do contexto social do país, buscava legitimar cientificamente suas posições por meio das instituições de saber.

²³ Proclamada a República (1889) inicia-se a reestruturação burocrático-administrativa do país com fins na acomodação do novo regime. Além da Constituição de 1891, foram elaboradas reformas em nível federal e estadual, no campo da escolarização. As reformas Federais: a Reforma Benjamim Constant (1890), que com o Decreto 981, que aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária; o Código Eptácio Pessoa (1901); a Reforma Rivadávia Corrêa (1911); a Reforma Carlos Maximiliano (1915); e Reforma Rocha Vaz (1925). Na esfera estadual, destacam-se as seguintes reformas: Sampaio Dória (1920), em São Paulo; Lourenço Filho (1923), no Ceará; Anísio Teixeira (1925), na Bahia; Francisco Campos (1927), em Minas Gerais; Fernando de Azevedo (1929), no Distrito Federal; Carneiro Leão (1929), em Pernambuco; novamente em São Paulo, a de Lourenço Filho ocorrida em 1930.

produzir um homem e uma sociedade regenerados”, foi contemplado na produção discursiva dos médicos do Império, entre 1845 e 1892, tanto na articulação da educação com as questões específicas da medicina, como o combate às doenças, quanto na perspectiva do “espaço”, abordando as questões relativas ao ordenamento e higiene dos colégios.

Ao publicar os Pareceres da Instrução Pública, o jurista Rui Barbosa fez uma minuciosa discussão sobre os aspectos relacionados à organização administrativa e didático-pedagógica da escola primária, distribuídas nos quatro volumes sobre a Reforma do Ensino Primário (1882-1883). No Tomo IV, o capítulo XVIII foi destinado especificamente à Higiene Escolar.

Fundamentado no saber médico e tomando como referência o modelo de higiene escolar adotado em países da Europa e nos Estados Unidos, Rui Barbosa faz uma ampla discussão sobre os aspectos concernentes a esse ramo da Higiene e reconhece quão crítica é a realidade da escola pública brasileira em termos de organização, de pedagogia de estrutura, principalmente no aspecto da higiene escolar. Saindo na defesa da Higiene Escolar, Rui Barbosa coloca que

Num ramo de administração, como o ensino popular, em que entre nós tão difícil é mover à liberalidade os poderes que guardam o tesouro, queríamos, como a mais concludente de todas as argumentações possíveis neste ponto, entremostrear-lhes a vastidão imensa e os interesses inestimáveis que envolve em si a criação da higiene escolar no país (BARBOSA, 1883, p 59)

O seu Parecer traz uma exposição detalhada das doenças que estão relacionadas à inadequação do espaço escolar. A miopia, os desvios da coluna vertebral, as cefalalgias e o raquitismo são algumas das doenças que ele aponta como causadas ou agravadas pelas inadequações dos espaços escolares, seja por erros nos projetos arquitetônicos com o comprometimento da iluminação e do arejamento dos ambientes, seja por outras causas como a mobília desproporcional ao aluno ou a legibilidade dos manuais escolares. Muitos outros aspectos ligados à saúde do estudante foram abordados por Rui Barbosa.

No Brasil, a pedagogia da higiene só vai se tornar mais incisiva a partir das décadas iniciais do século XX, principalmente nos anos 20, quando firma-se entre os

médicos e higienistas “a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais de hábitos higiênicos, por meio da educação” (CARVALHO, 1997, p. 283). Nessa década, duas importantes congregações de intelectuais foram criadas e promoveram importantes eventos de âmbito nacional onde a saúde e educação estiveram no centro de seus debates e foram tomadas como pilares da grande campanha de regeneração nacional.

Em 1923, foi criada em São Paulo a Sociedade Brasileira de Higiene com o propósito de congregar os “expoentes” da área em torno das questões sobre higiene e saúde pública, tendo em vista uma política sanitária que respondesse aos anseios de *regeneração* do povo (ROCHA, 2003, p. 232). Naquele mesmo ano, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Higiene, o qual foi sucedido por outros quatro (1924, 1926, 1927, 1929). Em cada um dos eventos certo número de trabalhos, totalizando 245, abordou o tema da higiene escolar.

No ano seguinte, em 1924, foi fundada no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação. Congregando profissionais diversos, unidos para discutir os problemas educacionais brasileiros, a ABE “consolidou-se como entidade nacional quando, a partir de 1927, passou a promover as Conferências nacionais de Educação”. (CARVALHO, 1989, p.45), Durante a I Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1927, um total de 113 trabalhos abordando o tema higiene escolar e da saúde foram apresentados. Nessa conferência vários higienistas marcaram presença, entre eles Belisario Penna e Renato Kehl.

A racionalidade da pedagogia higienista, assumida pelos intelectuais, dotou as instituições educativas e a cultura escolar de refinados mecanismos disciplinares com vistas na arte de civilizar e moralizar a população. Segundo Souza (1998),

A arquitetura dos edifícios, a distribuição dos espaços, a estrutura da sala de aula, as carteiras, os móveis, o controle do tempo, a interdição do espaço, além das normas e valores relacionados à conduta, ordem, limpeza, asseio, higiene, compreendiam um conjunto de dispositivos que engalinhavam as crianças visando a contenção dos gestos, dos instintos e das emoções (SOUZA, 1998, p. 58)

Como se pode ver os dispositivos legais, via reformas educacionais, trataram de orientar a organização escolar à luz dos ideais higienistas. A escola passa a ser orientada quanto aos métodos de ensino; currículos e disciplinas escolares; livros e manuais didáticos; classificação de alunos; tempo escolar; controle da saúde e do comportamento de alunos; estrutura e mobiliário dos prédios escolares. Os objetos da cultura escolar submetidas às prerrogativas da higiene, em muito se assemelhavam aos discutidos nos Pareceres de Rui Barbosa. Eram recomendações que vislumbravam não apenas a instrução, mas também a disciplina e o controle dos alunos, bem como dos professores e funcionários das instituições escolares.

Ainda na perspectiva da função social da educação, pensada como símbolo de renovação social as proposições contidas nos *Pareceres* de Rui Barbosa, em termos arquitetônicos bem como para o principal mobiliário escolar, “articularam representações sobre a saúde e sobre as condições de aprendizagem com os dispositivos disciplinares”, de modo que “todo o espaço escolar se convertia em ambientes educativos, moralizantes e civilizador” (SOUZA, 1998, p.49).

Vale ressaltar que a exequibilidade das políticas públicas tanto de educação quanto de saúde tendeu a ajustar-se às circunstâncias econômicas e políticas de cada região do país. Nesse sentido, a centralização do poder econômico no Sudeste, propiciada pela expansão da moderna indústria, e o peso político dessa região junto ao poder central, imputaram aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais vantagens quanto a implantação e sucesso de políticas públicas, principalmente nas esferas da educação e da saúde.

Nas demais regiões, as questões saúde e educação também estavam vinculadas às questões econômicas de cada estado, mas, principalmente, dependiam da vontade política e do poder de articulação de seus gestores. Lembrando ainda que, no caso do Nordeste, tais problemas eram potencializados pela ideologização do “flagelo das secas”, cujo fenômeno, não obstante o infortúnio das migrações forçadas pelos efeitos das condições climáticas, mobilizava em torno de si discursos de ser esta uma “região problema”, muitas vezes com interesses em explorar politicamente o “sofrimento” daí decorrente.

4 A Influência do Higienismo na Educação da Paraíba

Na última parte do nosso trabalho, analisamos o cerne desta tese: A influência e a difusão do ideário higienista na educação da Paraíba. De início, tratamos de detectar os primeiros indícios presentes nos discursos e escritos de autoridades públicas, na passagem do Império para a República, e no início desta, concernentes às suas preocupações com específicas em relação ao campo da instrução pública. No tópico seguinte examinamos registros oficiais e pronunciamentos feitos por autoridades republicanas, relativos às suas preocupações com o enfrentamento dos crescentes problemas de saúde pública, valendo-se principalmente dos espaços educativos, que deveriam ser adequados sob vários aspectos (inclusive do ponto de vista arquitetônico), ao bom funcionamento das escolas, quanto ao combate de epidemias. No terceiro tópico, vamos nos deter, de forma analítica, em diversas normas prescritas para as escolas e a instrução pública, em geral, atinentes à prevenção que se devia observar diante dos riscos de doenças várias, a tal ponto de sugerirem, aqui, acolá, em meio aos discursos em nome da “hygiene” e da saúde, certos traços de eugenia. Por último, analisamos, de modo mais detido aspectos de componentes curriculares bem como alguns livros didáticos cuidadosamente elaborados por intelectuais de reconhecida referência, no paradigma higienista aplicado à educação, que julgamos fazer parte dos saberes em circulação na instrução pública e privada, no estado da Paraíba.

4.1 Indícios do higienismo na Paraíba

Falar da influência do higienismo na organização da educação escolar paraibana nos remete ao período em que afloraram, entre membros da intelectualidade local, os anseios por um projeto de modernização da cidade da Parahyba do Norte, principalmente na “classe” médica, cujos discursos enfatizavam a necessidade de intervenções sanitárias no conjunto da estrutura social e urbana.

A cidade da Parahyba do Norte, até meados do século XIX, não passava de um pequeno aglomerado urbano de feições coloniais. É assim que cronistas e historiadores paraibanos descrevem a Capital da Província, cujo perfil pouco mudara

em termos de organização e implementação de equipamentos urbanos até o alvorecer da República.

Desde sua fundação, a cidade da Parahyba foi se constituindo conforme a topografia local, em Cidade Baixa, concentrado aí as atividades comerciais, e Cidade Alta, onde se desenvolviam as atividades administrativa, cultural e religiosa. De acordo Maia; Gutierrez e Soares (2009) durante todo o século XIX, a cidade ficou basicamente circunscrita a esse perímetro, embora além do centro também figurasse na cidade Oitocentista, muitos sítios e pequenos núcleos habitacionais, conferindo ao conjunto da paisagem um aspecto de urbe ruralesca.

Segundo Maia (2000) a aparência rural da cidade da Parahyba era marcada pela presença de animais pastando nas ruas encobertas por capim, por carroças puxadas a burros entregando leite e água, por homens levando feixes de capim para animais ou por cavaleiros montados transitado pelas cidades.

No centro da cidade, diz Villar de Aquino,

Poucas eram as ruas calçadas e a ocupação do espaço urbano era descontínua, ficando, frequentemente, entre os prédios, grandes intervalos desabitados. As casas residenciais eram modestas, segundo arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos dos equipamentos básicos necessários a prédios urbanos e destinados a moradias. Poucos sobrados que ostentavam a imponência de sua arquitetura e o status mais elevado de seus moradores (Villar de Aquino, 1984²⁴ Apud AGUIAR & OCTÁVIO, 1989, p. 75).

Mas a cidade de ares bucólicos escondia nas habitações inadequadas, na ausência de infra-estrutura básica e de saneamento e na falta de educação higiênica da sua população, muitos elementos que favoreciam o estabelecimento dos chamados focos mórbidos, associados ao aparecimento de doenças e aos elevados índices de mortalidade. Na Paraíba, como ocorrera no restante do país, as doenças endemo-epidêmicas fizeram muitas vítimas ao longo dos séculos. As epidemias assustavam as populações locais e os médicos cobravam, com frequência, as medidas sanitárias capazes de tornar a cidade mais salubre e higiênica. O Relatório apresentado pela “Comissão Médica” ao então o vice-presidente da Província, o

²⁴ VILAR DE AQUINO, Aécio. O século XIX e a cidade, 1984.

Barão de Abiahy, em 1889, deixa claro que as condições higiênicas da cidade deixavam a desejar.

Quando olhamos para nossas habitações, quer publicas, quer particulares, salvas poucas excepções, vemos que são ellas e construidas com esquecimento das leis da hygiene, que determinam que em suas edificações sejam observadas as seguintes regras: - bem construidas e arejadas; bem esclarecidas enxutas, aceiadas e de facil acesso, guardando em suas devidas dimensões aberturas correspondentes e regularmente dispostas. Cada uma d'dessas condições encerra na opinião de todos os hygienistas um principio salutar e um germen fecundo ás bases de elementos da hygiene publica e privada. Ora, se isto é uma verdade, se isto está prescripto e sancionado pela sciencia hodierna qão longe estamos ainda de atingir esse aperfeiçoamento? (...) (PARAHYBA DO NORTE, 1889) ²⁵

Para os “homens de ciência”, a estrutura urbana atrasada e pouco salubre que dominou a cidade da Parahyba por todo o século XIX estava longe de reunir em muitos aspectos “as necessarias condições hygienicas e de offerecer por conseguinte aos seus habitantes aquellas vantagens e commodidades que seriam para desejar” (Ibidem, 1889).

Lenilde Duarte de Sá, em seus estudos sobre o Serviço de Higiene Pública da cidade da Parahyba (1999), nos lembra que além das questões acima colocadas – pobreza, falta de infra-estrutura urbana e ausência de noções higiênicas por parte da população –, também as secas cíclicas contribuíam para agravar o quadro sanitário geral da Capital do Estado. Em tempos de grandes estiagens, muitas vezes a cidade da Parahyba se viu “invadida” por retirantes que, acossados pela penúria das secas, se aglomeravam em mendicância pelas ruas da cidade. Estes eram alvos fáceis para as doenças e representavam, aos olhos das classes mais abastadas, verdadeiros focos de contágio.

No decorrer da segunda metade do século XIX e, principalmente, nas três primeiras décadas do século XX, os médicos higienistas vão procurar debelar a situação, reivindicando condições de trabalho e poder de ação para estabelecer as estratégias sanitárias necessária à cidade da Parahyba. De acordo com Sá (1999), a

²⁵ PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Barão do Abiahy, vice-presidente da Província pela Comissão Medica. Parahyba, 11 de março de 1889, Jornal da Parahyba n.2757, p.1,23 mar. 1889.

criação do Serviço de Hygiene Pública em 1895, logo após a Proclamação da República, é um indício dessa mobilização em torno do saneamento e da higienização da cidade da Parahyba do Norte, mesmo que seu processo de regulamentação e institucionalização tenha sido lento. O Serviço de Hygiene Publica da Parahyba, regularizado pelo Decreto n. 53, de 18 de janeiro de 1895, e organizado em 1907, só foi regulamentado e institucionalizado em 1911, pelo Decreto n. 494, de 8 de junho do mesmo ano.

Pelas atribuições conferidas à Inspetoria de Higiene caberia ao Inspetor atuar em qualquer âmbito da cidade que pudesse comprometer a saúde da população. Assim, além de ser responsável pelo saneamento das localidades e habitações, podia fiscalizar e intervir em escolas, oficinas, fábricas, hospitais, quartéis, prisões, estabelecimentos de caridade e asilos, trabalhos de utilidade pública como estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, estabelecimentos de animais, abatedouros, cemitérios, obras públicas de interesse da saúde da população (SÁ, 1999). Certamente eram muitas atribuições para as parcas condições de funcionamento daquela Repartição de Higiene, que carecia de estrutura material, recursos tecnológicos e equipe técnica e de apoio. Sobre essa situação se posiciona o Dr. Flávio Maroja, então Inspetor de Saúde dos Portos,

A hygiene publica da Parahyba, guardando a simplicidade e modéstia de sua primitiva organização, revela apenas a sua existencia por ter provido o cargo de Inspector, função que é presentemente exercida por um facultativo muito competente e trabalhador. Mas esse digno funcckionario, porque não tem um secretario, um auxiliar, por que não tem um laboratório para as suas analyses chimicas e pesquisas microscópicas (...), porque não tem mesmo as suas atribuições claramente definidas, assim desaparelhado de todos os elementos de acção, vê-se o inspector de hygiene publica na triste contingencia de cruzar os braços deante de qualquer calamidade publica, pranteando com toda a nossa população o indiferentismo e incuria dos governos passados (...) (MAROJA, 1911²⁶ apud SÁ, 1999, p.200)

Vale ressaltar que apesar das dificuldades na sua implantação e das limitações para um funcionamento eficaz em todo o Estado, o Serviço de Hygiene,

²⁶ MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. Considerações gerais. In Rev. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, v3. p.431, 1911.

através de sua Diretoria e Inspetoria, teve seu papel junto à história da saúde pública na Paraíba. Ao longo de seu trajeto o órgão teve sob sua responsabilidade as atividades de polícia sanitária e saneamento urbano, serviço de desinfecção, vacinação e revacinação, além da publicação de boletins demografo-estatístico da saúde. (SÁ e CANESQUI, 2003).

Na virada do século o cotidiano da cidade começava a alterar-se. A cidade da Parahyba do Norte começa a perder seu aspecto colonial pouco a pouco, quando nas duas primeiras décadas do século XX, as ideias higienistas se intensificam e os espaços, dotando-se de indicativos “modernos”, passam a ser pensados com a finalidade da ordem política e social (CARDOSO, 2006). Em todo o Brasil, aqueles foram anos de mudanças e as reformas urbanas passam a remodelar as feições das cidades por força dos ideais higiênicos, reforçados com as campanhas sanitárias, mas também sob a influência dos padrões europeus de modernização e civilidade.

Assim, nas décadas de 1910 e de 1920 vão se observar significativas transformações nos equipamentos urbanos da cidade. Segundo Diniz (2004), a remodelação do espaço urbano da cidade da Parahyba atendia aos objetivos econômicos e políticos das elites locais. A política urbanística tem início na administração de João Machado (1908-1912).

Segundo Mello (2007), como médico sanitaria, o doutor João Machado organizou os serviços básicos da Diretoria de Higiene e assegurou à cidade água, luz e bondes elétricos. Seu sucessor Castro Pinto (1912-1916) pouco investiu no processo de modernização da cidade. Só mais tarde, durante os governos de Camilo de Hollanda (1916-1920) e Sólon de Lucena (1920-1924), é que as transformações urbanísticas foram retomadas.

De acordo com Cardoso,

Os governos representavam uma classe que aspiram o sonho da *Belle Époque*, a civilização, o progresso, significava uma cidade limpa, higienizada. O período de 1910 à 1930 na cidade da Parahyba do Norte, há um progresso em sua estética e ideologia, onde modernizar torna-se sinônimo de sanear, embelezar, iluminar, passando por várias remodelações como: alargamento de ruas, abastecimento de água, saneamento, o que conduziu para sua figuração atual. (CARDOSO, 2006, p. 9)

As reformas urbanas visavam de um lado a estética e o embelezamento da cidade, e de outro, procurava assegurar as condições sanitárias necessárias para o combate das doenças e epidemias. Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, o presidente do Estado Dr. João Lopes Machado, ressalta que

Felizmente a nossa capital já está preste a possuir os factores indispensaveis ás organizações sanitárias, como sejam os serviços de abastecimento d'agua, esgottos e illuminação, que acarretarão como consequencia immediata o calçamento das ruas, a viação electrica, arborisação, deposito, remoção e destruição do lixo, que representam medidas complementares de alto valor (PARAHYBA, 1911, p.28).²⁷

Como se pode observar, importantes mudanças começam a se definir na remodelação da cidade. Obedecendo aos padrões de higiene e salubridade, ruas são alargadas, niveladas e alinhadas, prédios são construídos, reformados ou removidos, campanhas sanitárias e de vacinação são promovidas, enfim, há todo um movimento em torno da construção de um novo padrão e de uma nova ordem.

Em meio a todo esse processo, vamos encontrar o espaço escolar. No conjunto das políticas de urbanização da Paraíba, a Escola, símbolo republicano da cultura e da civilidade, torna-se também, objeto de renovação. A cidade entra numa era de expansão escolar e com essa expansão vem a edificação de novos prédios escolares, mais amplos, mais higiênicos, mais “belos”. É a “era” dos grupos escolares

4.2 O higienismo na instrução pública paraibana

As ideias higienistas em circulação no país se fizeram presentes na tessitura da escolarização da Paraíba desde meados do século XIX. Ao lançarmos o olhar sobre as fontes que revelam essa historicidade higienista, na então Província da Paraíba do Norte, não podemos desprezar o contexto no qual esses documentos foram gerados. Inicialmente convém lembrar que no período anterior à República, a

²⁷ PARAHYBA. Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba Dr. João Lopes Machado à Assembléia Legislativa do Estado, em 1 de setembro de 1911.

instrução primária se moldava ao sistema das “cadeiras isoladas” ou “escolas de primeiras letras” (PINHEIRO, 2002).

As “escolas isoladas” funcionavam em edificações nem sempre construídas para esse fim. Na maioria das vezes elas se estabeleciam nas próprias residências dos professores locais. Tal estrutura de organização, dependendo da circunstância, favorecia a negligência das condições de salubridade ou mesmo a qualidade pedagógica do ensino.

Essa preocupação com o quadro geral da instrução primária da população paraibana, pode ser revelado a partir da análise do Regulamento de 20 de janeiro de 1849²⁸. O referido Regulamento de 1849 determinava atribuições às escolas de instrução primária, incluindo prescrições de natureza higiênica. O texto do documento, em seu artigo primeiro, deixa claro que é tarefa do professor a escolha do “Local” para o funcionamento da escola. Uma evidência da inexistência de prédios escolares previamente construídos para a instrução primária. Diz o Art. 1: “Todo professor deverá procurar para a sua aula casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola: o que será verificado pelo Inspetor respectivo”.

O item relativo à “Mobília das Aulas” traz, no Art. 3, uma referência sobre a disposição dos equipamentos escolares componentes da sala de aula: “No centro da sala, ou de preferência na sua entrada, e defronte dos discípulos, haverá um estrado, em que se colocará a mesa do professor; este estrado terá a altura suficiente para que, sentado mesmo possa o professor ver toda a escola”. O modelo de organização concebido reflete a ideologização dominante no pensamento pedagógico moderno que, bem aos moldes do “vigiar e punir” coloca a escola como “setor-chave do controle social” (CAMBI, 1999). Uma constatação que é reforçada com a proposição, no Art. 4, que recomenda ao professor “pregará nas paredes regulamentos, em que se achem traçados os principais deveres dos discípulos, as pena máximas da religião, e da moral”.

No item referente a “Disciplina”, destacam-se prescrições higiênicas nas recomendações sobre os cuidados com a saúde do escolar mas também se reforça a ideia do “controle” e da “disciplina”. Assim temos no Art. 6, que “A escola será

²⁸ PINHEIRO, A. C. F. e CURY, C. E. (orgs.) Leis e regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no período imperial. Brasília, SBHE/ INEP/ MEC, 2004 (Coleção de Documentos da Educação Brasileira).

varrida todos os dias, as janelas se conservarão abertas no intervalo das lições”; no Art. 9, que “Nenhum menino será admitido na escola sem que prove ter tido bexiga, ou ser vacinado. [...] Nenhum professor receberá maior número de alunos, que o proporcionado às dimensões da sala”, e no Art. 16, que “Todas as manhãs depois da reza, o professor passa, ou manda passar pelos decuriões a revista do asseio, que exige que os discípulos lavem todos os dias o rosto, e as mãos, e que tragam roupa limpa e decente. Quando alguns entrarem depois dos outros o professor não se esqueça da revista”.

Vale salientar ainda, que as escolas da instrução primária eram as mais vulneráveis à precariedade das condições higiênico-sanitárias, ao passo que o ensino secundário no estado, destinado principalmente à elite, recebia tratamento diferenciado para o seu funcionamento, tanto no domínio privado como público. O Liceu Paraibano, por exemplo, oficialmente criado em 1836, e destinado ao ensino secundário público, foi inicialmente alojado no prédio da Assembléia Legislativa da Província, conforme o Art. II da Lei nº 11, de 24 de março de 1836, que diz: “O Liceu será colocado no primeiro andar do edifício em que, presentemente, reúnem-se a Assembléia Provincial”, sendo posteriormente instalado no andar térreo do edifício da Tesouraria da Fazenda, conforme Lei nº 13, de 19 de abril de 1837 (MELLO, 1996, p.39).

Certamente aquelas ainda não eram as condições ideais para o funcionamento de uma instituição escolar, mesmo assim eram bem melhores do que as de muitos locais destinados à instrução primária, a única oportunidade de instrução para os filhos das classes populares paraibana.

Como ocorreu em outras regiões do país, também aqui as reformas educacionais caminharam junto com o crescimento das principais cidades do Estado, um processo que coincide com o projeto nacional de modernização advindos com a República. Lembramos ainda que, com a criação do Serviço de Saúde o olhar médico se voltará também sobre as questões de salubridade da escola. Isso se dá principalmente a partir das inspeções sanitárias, as campanhas de vacinação e a divulgação dos preceitos higiênicos por meio de palestras públicas e pela imprensa local.

O Regulamento da Instrução Primária, da Reforma Camilo de Holanda, deixa claro essa preocupação com a inspeção sanitária escolar.²⁹ O Art. 257, do Decreto n. 873, de 21 de dezembro de 1917, a inspeção sanitária escolar tem por fim:

- a) – a vigilancia hygienica das escolas e do seu material, principalmente sob o ponto de vista orthopedico;
- b) – a inspecção medica dos alumnos e do pessoal;
- c) – a prophylaxia das molestias transmissiveis e evitaveis;
- d) – instruir os preceitos elementares de hygiene aos alumnos,
- e) – a direcção e fiscalização da educação physica nas escolas.

Certamente essa função da inspeção escolar era da alçada da Diretoria de Hygiene já que, como foi posto anteriormente, a Inspetoria tinha poder inspeção e intervenção dos ambientes públicos que representassem riscos á saúde da população. Também era da sua competência a função educativa divulgando as noções de higiene pelo estado.

Segundo o Regulamento acima citado, a inspeção escolar seria feita por médicos nomeados para essa função. Os chamados médicos escolares ficavam obrigados a organizar as cadernetas biológicas dos alunos, conforme o tipo oficialmente adotado; devendo ainda o inspetor escolar apresentar, semestralmente, relatório das condições sanitárias das escolas.³⁰

Nas décadas de 1910 e de 1920, a Paraíba vivenciou várias transformações com reformas urbanística e sanitária referendadas pelo ideário higienista. Nesse período se registrou uma maior aproximação entre a higiene científica e a educação escolar na Paraíba. A expansão da instrução pública veio acompanhada de uma evolução no modelo de organização escolar, que segundo Pinheiro (2002), passou de “cadeiras isoladas” para “escolas reunidas”, este último considerado “organização escolar transitória”, e por fim, para “grupos escolares” os quais se tornaram um processo em expansão permanente de 1916 a 1929.

A evolução na forma da organização escolar não significou necessariamente a supressão de um modelo de escola pelo outro, na verdade eles coexistiram ao

²⁹ PARAHYBA. Decreto Nº 873, de 21 de dezembro de 1917. Regulamento da Instrução Primária do Estado. Imprensa oficial, 1927. (Art. 257)

³⁰ *Ibidem*. Determinações prescritas nos Arts.. 258 e 259.

longo de toda segunda fase da Primeira República. Mas, o que queremos ressaltar com esse fato é que as reformas de ensino que promoveram os novos arranjos na instrução primária eram conseqüências das novas concepções pedagógicas que vinham se constituindo em meio à euforia nacional do “entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico”. Os edifícios dos Grupos Escolares, por exemplo, obedeciam a um rigoroso padrão de edificação dentro dos critérios da Higiene Escolar.³¹

Foto 01 – Visão parcial da frente do Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello (à direita da foto).³²



Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues (1920)

A nova tendência arquitetônica que norteava a construção e as reformas dos prédios escolares considerava tanto os aspectos higiênicos e pedagógicos, próprios dos estabelecimentos escolares, quanto uma estética que traduzisse a nova concepção de cidade (CARDOSO & KULESZA, 2004). Tal fato se observa no projeto de edificação do prédio da Escola Normal da Paraíba que segue a mesma

³¹ Não é raro encontrar nos compêndios, tratados ou livros de higiene em circulação na época, as recomendações próprias da Higiene Escolar, incluindo aspectos relacionados às edificações: localização, orientação, construção, área e distribuição dos cômodos, condições favoráveis das salas de aula e outras dependências, dependências sanitárias, suprimento de água, limpeza, etc.; além dos aspectos relacionados ao mobiliário e materiais escolares, inclusive a forma correta de uso e, principalmente, orientações de como o professor deveria agir e qual metodologia adotar para a implementação da educação higiênica, sanitária ou para a saúde, no espaço escolar. Aqui foram consultadas, entre outras, as obras de Afrânio Peixoto, “Noções de Higiene” (1921, 2ed); Carlos Sá, “Higiene e Educação da Saúde” (1944, 2ed); João de Barros Barreto, “Tratado de Higiene” (1948, 2ed).

³² O Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello, foi o Primeiro Grupo Escolar a ser inaugurado na Paraíba, em 1916. Cf. Pinheiro, “Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares” (2002).

tendência da estética, da técnica e da salubridade exigida pelos padrões da arquitetura moderna.

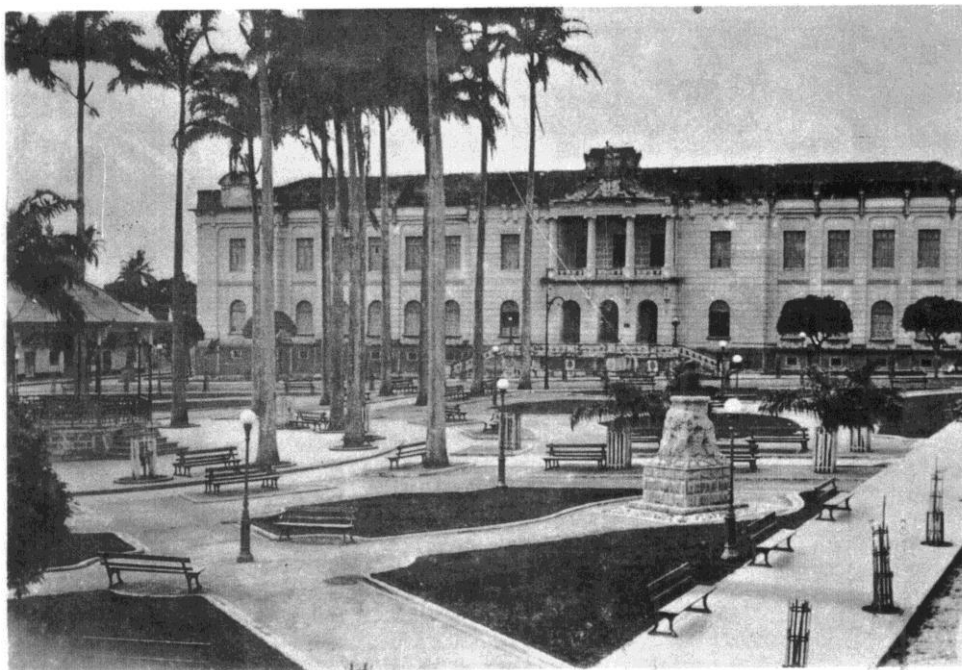
Diz assim o parecer da Comissão,

Todo o edifício está, a rigor, estylizado com a beleza e majestade do dórico moderno. Obedeceu a um plano consciencioso e artisticamente elaborado de par com a technica. A simples visão agrada e se define, tal é a correção e boa medida de suas linhas. Não terá os excessos de ornamentação nem tão pouco a polychromia que tanto mal nos faz a vista e ao espírito, estroplondonos o senso esthetico; talvez, por isso, a alguém possa desagradar. (...) É bem de ver-se, elle o elaborou, não só tendo em vista dotar esta cidade de uma bella obra arquitetônica, mas de resolver com o maior critério pedagógico a disposição interior a semelhança dos melhores estabelecimentos congêneres. Assim, a futura Escola Normal será dotada de um systema de ventilação consoante as prescrições da hygiene escolar precisamente tropical. (...) O local foi acertadamente escolhido e está, parece-me, fadado a enfaixar as melhores obras, fazendo ângulo com dous lindos jardins que concorrerão grandemente para aumentar o arejamento. (Jornal “A União”, 19 de maio de 1917).

Esse parecer avalia os pontos de vista estético, técnico, higiênico e pedagógico da planta, e se por um lado revelou a adequação da estrutura física aos objetivos educativos, por outro expressou a tendência progressista que dominou o processo de urbanização da cidade. Segundo Cardoso e Kulesza (2004) “utilidade e embelezamento” definiam o lugar da escola na cidade e associavam a escola aos símbolos de “civilização e progresso”, confirmando a influência do higienismo no projeto de modernização em âmbito nacional (Foto 02).

Foto 02 – Fachada do prédio da Escola Normal. ³³

³³ Prédio da Escola Normal, construída no governo Camilo de Holanda (1916-1920) - Uma obra de grande ênfase na época.



1930 — Aspecto da Praça Felizardo Leite, atual João Pessoa.

Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues (1930)

Como se pode observar, existia na época uma grande preocupação a respeito do espaço escolar. Sob diversas óticas, sua utilização, sua estrutura física, sua importância perante a sociedade, o espaço escolar denotava um lugar onde as relações entre professores, alunos e governo se estreitavam, onde todos se envolviam para construção de uma nova mentalidade, assumindo assim um significativo valor na construção da cidade da Parahyba. A preocupação com o lugar da escola na cidade expressava a consciência da função social que a escola exercia como espaço pedagógico modelador do ideal de homem que comporia a sociedade paraibana.

Nas suas inquietudes sobre as condições do Lyceu Paraibano, Camillo de Hollanda lamenta a decadência do estabelecimento de ensino modelar do estado e “fala” da importância de reinstituí-lo como uma instituição de grande vulto para a cidade da Parahyba do Norte:

Procurando harmonizar os interesses da educação, sobre qualquer de suas nacionalidades tem sido objeto de minha constante preocupação incentivar todos os alumnos no cumprimento de seus deveres escolares, e de por com os progressos da vida intelectual e normas de boa moral, no gosto e entusiasmo de formação de homens fortes, cidadãos presentes ao serviço da pátria. (Jornal A União – 02 de setembro de 1917).

No compasso modernizador da cidade e da escola percebe-se a relevância que o espaço escolar vai conquistando entre os administradores públicos ao longo do tempo. No conjunto do aparelhamento escolar, além do espaço físico também o pedagógico “reclama certas medidas que não deve ser adiadas, como a doação de aparelhos, imprecendíveis aos gabinetes de physica, chymica e historia natural, tornando urgente a coleção dos ditos gabinetes em suas salas separadas.” (Jornal A União, op cit).

Mesmo entendendo a importância dada ao aparelhamento das nossas escolas segundo as normas de higiene e salubridade, e dotada de conteúdo didático pedagógico ao nível da “mocidade paraibana”, não se pode perder de vista o caráter modelar que tais espaços educativos inspiravam no auge da República. Os grupos escolares, como diz Souza (1998), enquanto elemento simbólico da nova nação republicana, eram os “guardiões da República”; tudo neles [e também nos colégios, nos lyceus, nas escolas normais] era fator de civilização: as salas, os corredores, os pátios, a mobília, os manuais didáticos, os conteúdos escolares. Eram edifícios da moral, do civismo e da civilização.

Na Paraíba, a pedagogia da higiene procurou harmonizar sua infância e sua mocidade ao projeto modernizador constituindo pela educação intelectual, sanitária, cívica e moral uma sociedade de homens fortes e bons representantes da Pátria.

A um público especial, os “desfavorecidos da fortuna”, abriram-se as portas da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba. Criada no governo de Nilo Peçanha, juntamente com outras do gênero em 18 estados brasileiros, pelo decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi instalada, em 5 de janeiro de 1910, nas dependências do quartel da Força Policial do Estado (Foto 03), ali permanecendo até setembro de 1929 quando se transferiu para prédio próprio (MEDEIROS, 1940; KULESZA, 2010).

Foto 03 – Fachada do Quartel da Polícia Militar (Pç. Pedro Américo, onde funcionou a Aprendizizes Artífices da Paraíba.



Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues (1920)

Para Coriolano de Medeiros, diretor da Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1922 a 1940), aquela era a “única escola profissional gratuita existente no Estado para instrução de meninos pobres que desejassem aprender um ofício”. Desde sua fundação a escola teve dificuldade de aceitação por parte da sociedade local, fosse por “não confiar no ensino profissional”, fosse pelo “preconceito”, que perdurou por décadas, por se tratar de uma “escola para meninos de ínfima classe”, como diz o próprio Coriolano, em seu Relatório à Divisão de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, em 1940, ao fazer a memória daquela instituição.

Os proletários, em maioria analfabetos, não se interessam pela educação da família. Sua ignorância não tolera que o filho deixe o alugado, a renda do dia presente, para adquirir um meio de vida cômodo e bem remunerado dependente, porém, de uma delonga de seis anos. Os casais de melhor educação, não confiavam no ensino profissional, com a observação despertada por umas tantas escolas gratuitas, lindamente rotuladas, mas de exclusivo proveito de sinecuristas. Outros se deixam guiar pelo preconceito, que infelizmente ainda perdura – escola para meninos de ínfima classe – diziam. E tanto pesava essa opinião, que algumas professoras se sentiam apoucadas ante o oferecimento de um lugar na Escola de Aprendizizes Artífices (MEDEIROS, 1940, p.4).

No que pese a questão do preconceito, de acordo com Kulesza (2010), era comum na população associar a Escola de Aprendizes Artífices aos “asilos” ou às “casas de correção”, principalmente devido ao local em que estas foram inicialmente instaladas nos diversos Estados, como dependências policiais ou mesmo, em instituições de reclusão. Ainda conforme Kulesza (op. cit), a convivência por quase 20 anos com a força policial, condicionado o cotidiano escolar dos alunos a um regime semelhante ao dos quartéis, aproximou a escola de artífices ao modelo foucaultiano de “instituição disciplinar”, regulando a vida dos alunos, desde “o uso de uniformes até a aplicação de penas de reclusão aos aprendizes considerados faltosos” (idem, p.37).

Retomando o olhar sobre os indícios do higienismo no processo de escolarização na Paraíba, é interessante observar as concepções presentes nas falas de professores e outros profissionais ao se posicionarem sobre o público alvo da Escola de Artífices. A título de exemplo, destacamos duas dessas falas: uma, do próprio Coriolano, ao tratar, em seu relatório, das “Fontes da Discência”; outra, de um dos professores, ao apresentar ao diretor da Escola, seu relatório anual de desempenho de sala. Vejamos.

Posição do Prof. Coriolano de Medeiros ao tratar da origem dos que ingressavam na Escola de Aprendizes Artífices:

São meninos adestrados na vida livre das praças, das ruas, dos mercados, dos portões de quartel e de prisões, da vadiagem, em suma, pervertidos pelos próprios pais ou responsáveis, indivíduos sem profissão, nômades, desinteressados por completo, da instrução dos filhos. Êstes, se vão á escola é pelo esforço de algum padrinho, de algum compadecido que vê dentro de pouco tempo anular-se sua boa vontade. (MEDEIROS, 1940, p. 5)

Prof. Abelardo Guilherme dos Santos (Coadjuvante do ensino da 3ª classe do prof. de desenho), posicionando-se sobre o baixo rendimento dos alunos:

A excessiva pobreza dos alunos; subalimentados em sua maior parte, tornam-se indolentes, preocupados mais com as horas de merenda do que com as aulas. Meninos ha que chegam em jejum e de noite nada têm para comer, vivendo, assim, praticamente da merenda a que a Escola lhes fornece. Ora ninguém acredita que essa merenda seja bastante par manter o equilibrio que deve haver entre a nutrição e o dispêndio de energia que a escola se exige do aluno. (Ibidem, p. 14)

Em ambas as falas se observam traços de uma concepção higienista dos fatos. Ao descrever as crianças das “baixas camadas populares”, o Prof. Coriolano, nas entrelinhas de sua fala, não deixa de reforçar a ideia de “classe perigosa” que tanto povoou o imaginário dos higienistas do século XIX, susceptíveis à “vadiagem” e, portanto, objeto do disciplinamento e do controle.

Embora enfatizasse que foi para as “crianças infelizes”, que as Escolas de Aprendizizes Artífices foram criadas, fornecendo-lhes, além da instrução, uma profissão decente e honesta, era também aos pais que ele relacionava o fracasso escolar dos alunos. Nesse sentido, Coriolano de Medeiros defendia a aplicação do Código dos Menores como forma de puni-los por negligenciarem a instrução dos filhos, acreditando que “somente a força coercitiva do ensino obrigatório de mãos dadas a coação da polícia e a vigilância dos juizes, poderá conseguir que elas frequentem com assiduidade estabelecimentos educacionais (op. cit., p.5)

Já o professor Abelardo aproxima sua posição sobre o fracasso escolar muito mais pela ótica dos fatores sociais que pelas bases das correntes deterministas do sujeito. Para o professor “não lhes falta inteligencia”, se eles desistem é por falta de incentivo doméstico, por causa da subnutrição, por doença ou ainda por terem que ajudar a família com o trabalho. São, portanto, os fatores sociais que mantêm a exclusão e acentua as desigualdades sociais.

De qualquer modo, a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, funcionou desde a fundação até 1942, intentou cumprir seu papel social pela inclusão dos “desfavorecidos da fortuna”, com os ofícios de serralharia, marcenaria, alfaiataria, sapataria e encadernação (que foi ampliado para tipografia em 1937). Todavia, ao longo desse tempo, pela “relativa estabilidade do parque industrial do Estado ou a incapacidade de atender setores novos da indústria”, a Escola não expandiu seus ofícios, permanecendo com os mesmos cursos por mais de 30 anos (KULESZA, 2010, p.36).

Em seus estudos sobre a Escola de Aprendizizes Artífices na Paraíba, apostando menos na história dos fracassos, Kulesza (op. cit., p.49) ressalta que seria interessante fazer o levantamento dos aprendizes que foram bem-sucedidos em seus cursos e se tornaram empreendedores em seus ofícios, e que, “inclusive, vieram a se tornar seus professores e mestres”.

O certo é que, independente dos percalços iniciais e das tendências ideológicas e políticas que nortearam os projetos pedagógicos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, a instituição teve sua relevância no acolhimento dos jovens menos favorecidos daquele período, bem como na formação de uma mão de obra profissional na Paraíba.

Refletindo, sob a ótica “lugar da escola” numa cidade que dá seus passos para a modernização, sob a égide da higiene, aqui considerando os exemplos acima tomados – dos grupos escolares, da escola normal e da escola de aprendizes artífices – percebe-se o quanto o pensamento higienista se fez presente nos discursos e nas ações com os projetos de educação na Paraíba, cujas ênfases transitavam do padrão estético, pelo quanto contribuía para o embelezamento da cidade, ao formativo, tendo-se como espaço de ação “civilizadora”. No caso, a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba dá muito mais visibilidade ao pensamento higienista, mesmo com seus traços de uma eugenia preventiva, ao se colocar desde as origens como uma “instituição disciplinar” aliada ao combate da “vadiagem”, adestrando jovens – os “meninos de ínfima classe” – aos ofícios manuais necessários para a reprodução social.

Há de se observar, ainda, a feliz articulação do projeto formativo então vigente, presente tanto nos grupos escolares (atendendo a instrução primária), quanto as escolas normais (do ensino secundário para a formação de professores), bem como as Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (assegurando condições de inclusão profissional a jovens das classes populares).

4.3 O higienismo no espaço escolar paraibano

A “pedagogização” da sociedade foi concebida como uma condição necessária ao sucesso da grande cruzada higienista, desencadeada no século XIX. Aos olhos dos higienistas – médicos e educadores – só pela educação sanitária a sociedade se libertaria dos males que vitimavam a população, principalmente das camadas populares. Mas, se a higiene científica, fundada nos conhecimentos das ciências biológicas, e nos avanços da bacteriologia e da microbiologia, já havia demonstrado sua importância na prevenção das doenças contagiosas, faltava-lhe assumir a função educativa para a instrução sanitária da sociedade. Desdobrando-

se segundo seus objetos de intervenção, a higiene precisou “didatizar-se” para alcançar o espaço escolar. Assim, pela pedagogia e pela didática, os saberes constituídos da higiene iam se transformando em saber escolar.

No Brasil, a higiene enquanto saber especializado passa a compor a estrutura curricular das escolas primárias e secundárias, como conteúdo ou disciplina específica, por meio das determinações legais implementadas com as reformas de ensino, principalmente, nas décadas iniciais do século XX. A estrutura curricular dos ensinos primário e secundário incorpora a educação higiênica tanto como parte do conteúdo de outras disciplinas escolares, como as disciplinas de formação científica e de formação pedagógica (Ciências Físicas e Naturais, História Natural, Pedagogia, Pedologia), como na condição de disciplina escolar por meio de suas especializações (Educação Física ou Ginástica, Higiene, Puericultura).

Na escolarização da Paraíba, merece destaque a evolução da higiene como componente curricular da Escola Normal, a primeira instituição de ensino a apresentar a higiene como disciplina escolar. A Escola Normal da Paraíba, objeto de estudo de Kulesza (1998; 2006), apresenta uma evolução do seu corpo teórico em concomitância com os projetos político-pedagógicos nacionais. Em 1912, o decreto nº.533 de 6 de abril, cria a cadeira de Higiene a partir do desmembramento da cadeira de História Natural. Os conteúdos de higiene, até então trabalhados dentro da carga horária da História Natural foram elevados ao status de “disciplina escolar”, revelando a significância que os saberes da higiene atingiram nas primeiras décadas do século XX.

Segundo Macedo (1998) a seleção dos conteúdos de uma disciplina escolar e o tratamento pedagógico a eles dado leva em conta as discussões que circulam em torno daquele campo específico do saber. De fato, foi no contexto de uma sociedade vitimada pelos males sociais (de miséria, desemprego, insalubridade, analfabetismo, epidemias e mortalidades), mas inebriada pelos ideais de civilidade e de progresso, que a higiene, com seu corpo doutrinário eminentemente utilitário e sua promessa de regeneração da saúde e da moral, ganhou espaço e notoriedade no seio da sociedade. E se ao ser criada, uma disciplina escolar busca resolver um problema imediato relacionado ao mundo cotidiano dos alunos (GOODSON, 1993

³⁴ *apud* MACEDO, 1998), a higiene na sua criação, foi referendada justamente pelo

³⁴ GOODSON, Ivor. School subjects and the curriculum change. Londres: Falmer, 1993.

seu caráter utilitário, uma condição necessária ao mundo moderno urbano-industrial que se conformava.

O utilitarismo da higiene para a vida urbana paraibana, em plena expansão nas primeiras décadas do século XX, fica claro no Regulamento de 1917, que traz em seu artigo 7º:

A hygiene escolar compreenderá, além dos princípios essenciaes de hygiene geral, as noções necessarias à conservação da saúde nas escolas, e as circunstancias dependentes do meio escolar, como a localização, praticas pedagogicas, exercicios, perigos eventuais e preservação contra as molestias transmissiveis. Serão ministradas noções de puericultura, conhecimentos perfunctorios das principaes doenças infantis para reconhecel-as e prestar os primeiros cuidados em caso de necessidade. (PARAHYBA. Decreto n.º 874 de 21 de dezembro de 1917).

Delineava-se assim o conteúdo teórico da disciplina escolar de higiene na Paraíba. Os conhecimentos a serem transmitidos no desenvolvimento da disciplina destinavam-se não apenas à habilitação do professor para uma futura educação sanitária, mas também à formação da sua própria consciência sanitária. Sobre essa questão, a da aquisição das “boas noções” extensiva aos professores públicos e privados, comenta nota do Jornal A União:

Não basta que o professor no exercício do seu nobre magistério saiba que a hygiene escolar devia fazer complemento do seu curso afim de que pudesse ensiná-lo aos seus alunos na forma de indefectivel lição de cousas. Boas noções dessa disciplina devia ter o professor público ou particular, como uma garantia conservação das crianças nas aglomerações infantis (Jornal A União, nº 874 de 21 de dezembro de 1917).

Na reforma de 1925, a ementa da disciplina apresenta, em linhas gerais, os principais campos de ação da higiene. Observa-se na proposta pedagógica a tentativa de se contemplar diversas categorias da vida cotidiana na educação higiênica (o infantil, o escolar, o trabalho, o urbano e o lar):

Hygiene: Condições geraes de saúde. Hygiene infantil. Hygiene escolar. Hygiene do trabalho. Hygiene urbana. Noções de prophylaxia. Primeiros socorros em casos de ferimentos, queimaduras, asphyxia, envenamento. Hygiene do lar. (PARAHYBA, 1925, p125).

Mas a dimensão pedagógica da higiene, na Paraíba, estendia-se além da questão curricular. Para garantir o controle sanitário no espaço escolar, limitava-se o acesso de alunos e professores que pudessem por em risco o sadio convívio no interior da escola. Assim, observa-se no Decreto nº 1346³⁵, artigos 16 e 115 do novo Regulamento da Escola Normal. O inciso II que trata da matrícula reza que “O candidato á matricula no primeiro anno instruirá a sua petição com os seguintes documentos: Atestado medico de ter sido vaccinado e não sofrer moléstia infecto-contagiosa e defeito physico que o innabilite para o magistério”; igualmente, quanto ao provimento de cadeiras, recomenda que o requerimento deverá ser instruído com documentos que provem “Ter sido vaccinado. Não padecer de moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito que o incompatibilize com o magistério”. Observe que esta recomendação se destina só aos alunos e professores que estão chegando à escola pela primeira vez e dos quais não se conhece o histórico familiar e de saúde.

Arelado a toda essa política de higienização escolar vamos encontrar a figura do livro didático. Considerado um importante aliado da prática pedagógica o livro didático tanto é apontado como “um poderoso mecanismo de seleção e organização dos conteúdos e métodos de ensino” (Ferreira & Selles, 2004), como “um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares” (BITTENCLOURT, 2003, p. 302).

Quanto à influência higienista sobre a produção didática observa-se que nomes importantes da elite intelectual brasileira, em geral homens públicos de formação médica, fizeram circular publicações de cunho higienista. Desses autores, Almeida Junior, Afrânio Peixoto e Renato Kehl se destacam pelas obras destinadas à educação, entre elas, temos: o livro “Noções de Higiene”, destinado às Escolas Normais e aos cursos de Farmácia e Odontologia, de Afrânio Peixoto (1921); o livro “Noções de Puericultura – para as mães e para a escola”, de Almeida Junior (1927); e, por fim, a “Cartilha de Hygiene. Para Uso das Escolas Primarias”, de Almeida Junior (1922), e o livro “A Fada Hygia. Primeiro Livro de Hygiene”, de Renato Kehl (1929), ambos destinados ao ensino primário.

³⁵ Decreto nº 1346, de 22 de Fevereiro de 1925 - Da novo Regulamento à Escola Normal do Estado da Paraíba - (p.121-144) - Estado da Parahyba. Coleção de Leis e Decretos 1925. Imprensa Oficial, 1927.

Em nosso estudo, investigamos quais desses autores foram adotados pelas escolas na Paraíba, quais obras que contribuíram para a formação sanitária da “mocidade” paraibana; se seus conteúdos estavam de acordo com o programa oficial e quantos deles, resistindo ao tempo e ainda podem ser encontrado em nossos arquivos e bibliotecas.

4.4 Saberes em circulação: a higiene no livro didático

A abordagem histórica sobre os livros didáticos adotados na Paraíba é bem recente na historiografia da educação paraibana. A pesquisa “Materiais didáticos no ensino primário e normal da Paraíba (1886-1930)”, financiada pelo CNPq e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES/UFPB), tem proporcionado o levantamento e a catalogação e análise dos livros didáticos que circularam na Paraíba, a partir da instituição da Escola Normal Oficial (1886) até 1930, quando se estabelece o fim de uma era na conjuntura política nacional – a Primeira República –, tendo os estudos e o levantamento das obras se estendido para além desse recorte temporal. O levantamento revelou obras em diversas áreas do conhecimento, como a geografia, a história, a matemática, ciências físicas e naturais, língua portuguesa e línguas estrangeiras, principalmente o francês e o latim, além de obras destinadas à formação pedagógica do curso do magistério, como os de pedagogia, de sociologia, de psicologia e biologia educacional.

No caso específico dos livros de higiene, o resultado não foi dos mais animadores, principalmente por termos limitado a pesquisa ao período da Primeira República³⁶. A partir do levantamento realizado nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade dos Institutos Paraibanos de Educação (UNIPE), do Instituto de Educação da Paraíba (IEP), antiga Escola Normal, do Seminário Diocesano da Paraíba (SDP) e do Colégio Marista Pio X, observamos o seguinte:

³⁶ Apesar da limitação imposta pelo período definido na pesquisa optamos pela flexibilidade no levantamento e catalogação das obras didáticas, garantindo na base de dados as referências importantes para estudos posteriores. No caso dos livros de higiene e saúde, para o levantamento, consideramos até a década de 1960. A análise das obras, entretanto, não perderá de vista os objetivos definidos para a pesquisa em questão.

- a) boa parte das obras enquadradas nas categorias “higiene” e “saúde” se destina ao ensino superior de Pedagogia ou aos cursos da área de saúde como Medicina, Enfermagem, Nutrição, ou ainda o de Engenharia;
- b) as obras de uso comum para o magistério de nível superior e secundário (hoje, ensino médio), foram as dos autores Afrânio Peixoto (1917), J.P. Fontenelle (1925), Leo Burgerstein (1934), Aristides Ricardo (1936), Savino Gasparini (1940), Carlos Sá (1944), Aristides Ricardo (1954), Almeida Junior (1958); Carl E. Willgoose (1965), José Guerra Pinto Coelho e Henrique Furtado Portugal (1968) e Valdemar de Oliveira (1968);
- c) entre as obras com conteúdos de higiene e destinadas aos ensinos ginasial e secundário estão as de Gaspar de Freitas (1931), preparatório para o exame de admissão, da FTD (1923), de ciências físicas e naturais, as de Dr. George Surbled (1940) e J.A. de Lima (1944), de higiene e moral cristã para a formação no seminário; e,
- d) a única obra elaborada com características pedagógicas apropriadas para o ensino primário é o livro do Dr. Renato Kehl (1930), intitulado “A Fada Hygia: primeiro livro de higiene”.

Vale salientar que das 27 obras localizadas nas referidas bibliotecas, apenas 4 datam do período da Primeira República (recorte histórico de nossa análise) (Quadro 1).

Quadro 1: Lista das obras de higiene e saúde localizadas no acervo das bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade dos Institutos Paraibanos de Educação (UNIFE), do Seminário Diocesano da Paraíba (SDP) e do Colégio Marista Pio X e da Profª Noêmia Campos (PNC).

LOCAL	OBRA	AUTOR	ANO
UNIFE	Higiene	Peixoto, Afrânio	1917
Pio X	Primeiras Noções de Sciencias Physicas e Naturaes	Por uma reunião de Professores	1923
UNIFE	Compêndio de higiene elementar	Fontenelle, J.P.	1925
PNC	A Fada Hygia: Primeiro livro de Hygiene	Kehl, Renato	1929
PNC	Sciencias Physicas e Naturaes – Exame de Admissão	Freitas, Gapar de	1931
UNIFE	Higiene escolar	Burgerstein, Leo	1934
UNIFE	Nocoos de hygiene escolar	Ricardo, Aristides	1936
UFPB	Palestras de higiene na Rádio Tupi: 1ª série - 1939	Gasparini, Savino	1940
SDP	A Moral nas suas relações com a medicina e a higiene. Tomo III – A vida orgânica	Surbled, Dr. George Trad. A. de Oliveira Alves	1940
SDP	A Moral nas suas relações com a medicina e a	Surbled, Dr. George	1940

	higiene. Tomo IV – A vida psico-sensorial	Trad. A. de Oliveira Alves	
SDP	Palavras dum médico. Noções de higiene do corpo e da alma	Lima, J.A. Pires de	1944
UFPB/ UNIFE	Higiene e educação da saúde	Sá, Carlos	1944
PNC	Higiene e Puericultura	Oliveira, Valdemar de	1945
UFPB	Tratado de higiene (v.I)	Barreto, João de Barros	1948
UNIFE	A criança problema: a higiene mental na escola primaria	Ramos, Arthur	1949
UFPB	Biologia aplicada a educação. Fisiologia e Higiene da criança; Crescimento físico e mental; Higiene escolar.	Aristides Ricardo	1954
UFPB	Tratado de higiene (v.II)	Barreto, João de Barros	1956
UFPB	Biologia Educacional.	Almeida Junior, A.	1958
UFPB	Engenharia Sanitária: higiene da água, higiene do solo, higiene do ar, higiene individual	Siqueira, Antonio de	1959
UNIFE	Higiene da alma.	Lepp, Ignace	1962
UNIFE	Nocoões de higiene rural	Portugal, Henrique Furtado	1963
UFPB	Cartilha de saneamiento/ direccion de ingenieria sanitária, Secrearia de Salubridade y Asistencia [4ed]	México. Secrearia de Salubridade y Asistencia	1965
UFPB	Ensenanza de higiene [2ed]	Willgoose, Carl E.	1965
UFPB	Fundamentos da administração sanitária	Rodrigues, Bichat de Almeida	1967
UFPB	Moderna Saúde Pública	Ferreira, F.A. Gonçalves	1967
UFPB	Higiene e Puericultura: para os colégios normais	Coelho, José Guerra Pinto Portugal, Henrique Furtado	1967
UFPB	Higiene e puericultura	Oliveira, Valdemar de	1968

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base no levantamento realizado no período de sua pesquisa.

Historiando o manual didático...

O mais natural e saudável incentivo para obter, entre as crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino.

N. A. CALKINS

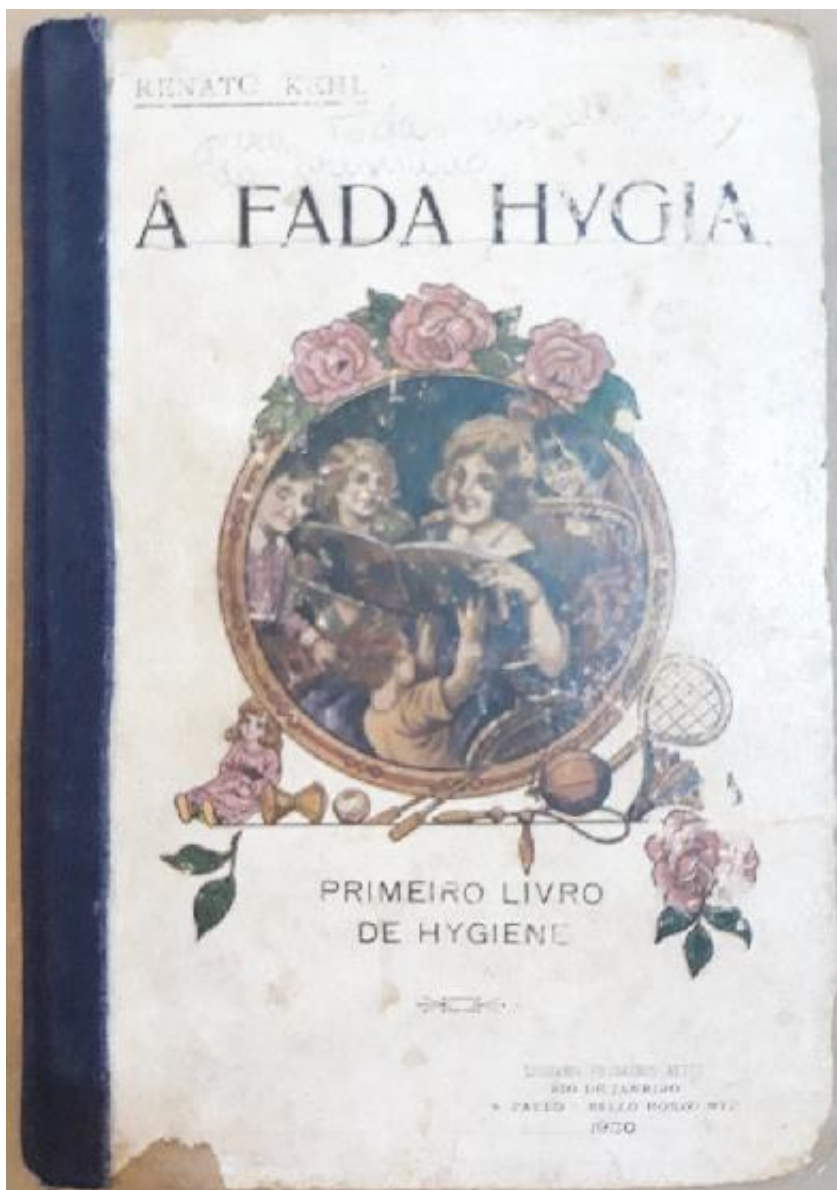
É assim, fazendo alusão Calkins³⁷, um dos arautos da difusão do método de ensino intuitivo no Brasil, que Renato Kehl, no afã de propagar a educação higiênica desde a infância, faz a abertura do “LIVRINHO”, como ele mesmo nominou sua obra, enquanto fazia a dedicatória, “A MEUS FILHOS VICTOR LUIZ E SERGIO AUGUSTO, E ÀS CRIANÇAS DE MINHA TERRA”.

O médico paulista Renato Ferraz Kehl (1889-1974), como já mencionado em capítulo precedente, foi um grande divulgador da “ciência eugênica” de Francis Galton no Brasil. Era um eugenista convicto e defendia a ideia de que a medicina, pela higiene, era a única promotora da evolução do corpo e da mente humana. Entre 1917 e 1937 publicou várias obras de cunho eugenista, que não eram necessariamente de caráter didático-escolar, embora pudessem influenciar os leitores a utilizar pedagogicamente seus ensinamentos.

Certo de que a formação do Homem se inicia na mais tenra idade, Renato Kehl faz sua incursão pela literatura escolar com o pioneirismo do livro “A Fada Hygia: Primeiro livro de hygiene” (1925), destinado à educação higiênica nas escolas primárias (Foto 04). Encontramos, ainda, em nossa revisão bibliográfica, a referência de uma segunda publicação, intitulada “Cartilha de Higiene – Alfabeto da Saúde”, voltada para o público infantil, mas com data imprecisa, que fora brevemente citada e atribuída a Renato Kehl, por Kuhlmann Jr e Magalhães (2010).

³⁷ Entre os autores que contribuíram para a difusão, em diversos países, do método de ensino intuitivo, também conhecido como “lições de coisas”, merece destaque Norman Allison Calkins (1822-1895), com a obra “Primeiras lições de coisas”, lançada inicialmente em 1861, nos Estados Unidos. Em 1886, a sua 40ª edição foi vertida e adaptada para o português, por Rui Babosa, sob o título “Primeiras lições de coisas. Manual de ensino elementar para uso de paes e professores” (Cf. VALDEMARIN 1998). O método intuitivo constituiu o cerne das ideias de renovação pedagógica predominante na época, preconizando o princípio da “educação integral”: física, intelectual e moral (Cf. SOUSA 2000), tendo influenciado, aqui no país, inúmeros educadores. Possivelmente, também Kehl pode ter sido sensível aos fundamentos e método preconizado por Calkins.

Foto 04: A Fada Hygia: Primeiro livro de hygiene (1930)



Fonte: A autora (Obra depositada nos arquivos do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – Centro de Educação/UFPB).

Neste estudo, especificamente, debruçamos o olhar sobre o livro “A Fada Hygia: Primeiro livro de higiene”, por se tratar da única publicação destinada ao ensino primário que conseguimos localizar, dentro do nosso recorte temporal, entre os livros dos acervos visitados em João Pessoa-PB, e circunvizinhança.

A obra, “A Fada Hygia: primeiro livro de hygiene” foi inicialmente editada, em 1925, pela Officinas Graphicas da Livraria Francisco Alves. Em 1930, saiu a 2ª edição do livro, com uma tiragem de 2.297 exemplares. O livro didático foi adotado, oficialmente, pela Diretoria Geral de Instrução Pública de vários estados do país.

Nele constam avaliações de outros higienistas e educadores renomados, como Antônio Carneiro Leão, Diretor Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, Belisario Penna, da Academia Nacional de Medicina, e Osorio Duque Estrada, da Academia Brasileira de Letras e Professor da Escola Normal do Rio de Janeiro.

A presença de personalidades como as que avaliaram criticamente o seu trabalho remete ao cuidado que Kehl parece ter com sua produção literária, tanto com as destinadas à divulgação da eugenia, como esta, com objetivos escolares voltados para a educação em saúde das crianças, focada na higiene e na profilaxia das doenças sendo, portanto, considerada de igual valor às demais obras defensoras de seus ideais eugenistas. Desses críticos Kehl almeja seus pareceres e suas chancelas.

A posição dos avaliadores, embora enfocando particularidades de suas próprias convicções, foi unânime ao considerar o valor “informativo/formativo” da obra, estendendo-se para além das crianças, às mães e aos professores. Vejamos alguns trechos de suas falas,³⁸ trazias do tópico do livro intitulado “Apreciações de Higienistas e Educadores”,

Este livrinho é um bello serviço prestado ao Brasil. (...) Povo algum mais do que o nosso necessita de uma orientação dessa natureza. A ignorancia e o pauperismo de um lado, o descaso dos poderes publicos do outro, deram logar a que o nosso povo se contaminasse e compremettesse por innumeras doenças evitaveis. (...) Faz-se indispensavel, porém, a par da obra sanitaria, a preparação popular, intelligente e methodica nas questões de hygiene, na prophylaxia defensiva do individuo e da raça. Essa a tarefa do livro e da escola. “A fada Hygia” – é o primeiro volume de uma biblioteca que precisamos possuir para a cultura da infancia escolar e das mães brasileiras (...) (Carneiro Leão, apud KEHL, 1930, p. 167).

(...) Foi muito bem imaginado o processo adoptado de illustrações expressivas, seguidas de sentenças e conselhos de hygiene, em phrases curtas e incisivas, que infiltram nos cerebros receptivos das crianças e forçam, professores e paes, a estudar e reflectir sobre estes assumptos, attendendo professores e paes, a estudar e a reflectir sobre estes assumptos, attendendo á natural curiosidade das crianças no querer saber o “porque” das cousas. (...) é, além do

³⁸ Cf. As notas, na íntegra, foram acrescentadas aos anexos de deste trabalho, como o objetivo de divulgar o conteúdo da obra – hoje rara – e subsidiar novas pesquisas a quem não tem acesso ao texto original.

mais, um attestado valioso da victoria da propaganda pelo saneamento do Brasil, da transcendente criação da consciencia sanitaria, que redimirá a nossa gente do opprobio, da incapacidade, da preguiça e das doenças. (Belisario Pena, *ibidem* p. 168)

Nelle [o livro *A fada Hygia*] pretende V. Ex. ministrar á puericia de nossa terra as mais necessarias noções de hygiene, tomando por base o conhecido conselho de Calkins: “O mais natural e salutar incentivo para obter, entre as crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino”. Nada mais louvável, nem mais digno de applauso, dada a grande escassez da literatura didactica na nossa terra. Com as unicas restricções relativas á conveniencia de **serem substituidas algumas palavras** cujo sentido escapará seguramente á comprehensão infantil (taes como: *larvas*, *parasitas*, etc.), e á necessidade de introduzir na obra **um pouquinho mais de fantasia**, para justificar a intervenção da fada Hygia em assumptos tão pouco poeticos, como os preceitos hygienicos (...) (Duque Estrada *idem*, *ibidem*) (grifos nossos)

Aqui, chamamos a atenção para às únicas ponderações apontadas à obra – como a substituição de termos técnicos de “difícil compreensão infantil”, e mais leveza no tratamento dos conceitos da ciência, com a inclusão de um pouco mais de fantasia (ludicidade?) ao texto que se propunha a um gênero “fabular”, para atender ao público infantil. Tais ponderações, de acordo com nota de rodapé (p.168), foram, na medida do possível, acatadas pelo autor da obra.

Vale ressaltar na avaliação de Belisario Penna que, ao considerar a composição da obra de Renato Kehl (nos fundamentos, conteúdos, linguagem, ilustrações, sentenças e conselhos), a traduz como assuntos de “natureza vital para o progresso e grandeza da pátria”. E, como grande sanitarista que era, ressaltava importância da obra, como sendo o “livrinho” ³⁹ um “atestado valioso da “victoria da propaganda pelo saneamento do Brasil, da transcendente criação da consciência sanitária, que redimirá a nossa nação do opróbio, da incapacidade, da preguiça e das doenças”.

Como podemos observar nas falas dos avaliadores, há uma forte tendência na crença da escola como fator de modernização e mudança social. Isso nos remete aos estudos de Sousa (2000), quando ressaltava que a pedagogia moderna trazia no bojo de suas convicções a ideia de “uma escola nova para a formação do homem

³⁹ A expressão “livrinho”, aqui utilizada, é mera reprodução do seu aparecimento no texto original.

novo”. A renovação pedagógica da escola moderna exigia a implementação curricular com os vários saberes sociais e os conhecimentos da ciência, lembrando ainda, que nesse período, entre o final do século XIX e início do século XX, as reformas de ensino já vinham incorporando ao currículo escolar, disciplinas consideradas essenciais para a construção desse novo homem, “moderno, higiênico e civilizado”, a exemplo de, entre outras, ginástica, música e canto, desenho, puericultura, e como não podia deixar de ser, higiene.

Um pouco mais da obra...

O livro “A Fada Hygia: Primeiro livro de hygiene”, enquanto material didático voltado ao curso primário, aborda o assunto da higiene com uma proposição didática relativamente compatibilizada com o nível de escolaridade a que se propõe, a instrução primária. Ao citar Calkins já na abertura do livro, Dr. Kehl sinaliza não estar alheio às tendências pedagógicas vigentes, procurando coadunar sua metodologia aos apelos da boa formação, tão em voga no período. Para Kehl,

O fim da educação “é preparar-nos para a vida completa, para a vida no sentido lato da palavra”, consistindo na cultura do espírito e do corpo, no **robustecimento do caracter**, na **elevação do civismo**, bases essas indispensáveis para formar um povo cidadão consciente de seus deveres e **gerações futuras de homens equilibrados na espécie**. [...] Tornar as crianças obedientes a esses preceitos, como aos de civilidade, é mais facil do que se suppõe. (Kehl, 1930, p. 7-8)

O livro está dividido em **duas partes** e usa uma linguagem acessível a quem se destina. O autor inicia a primeira parte, dedicando “Algumas Palavras” às mães e aos professores, introduzindo os “conselhos inestimáveis” da educação higiênica, e lamenta a carência do ensino da higiene nas escolas, colocando o fato como “uma das mais notaveis falhas do nosso systema educativo”. Os fundamentos de higiene e os valores morais representavam, na ótica dos higienistas, as bases para a regeneração do povo e do progresso do país.

Entre os conselhos destinados às mães e professores, Dr. Kehl se apoia na plasticidade da mentalidade infantil e afirma que a criança “é boa de doutrina”, devendo adquirir, na prática, os conhecimentos da higiene a fim de “não se expor,

ennublada pela ignorancia, ás investidas constantes dos males, sem saber como delles se defender”. Para Renato Kehl, a Higiene é a mais importante disciplina escolar para a idade infantil pois possibilita que a criança chegue à maturidade “em completo estado de hygidez physica, intellectual e, correlativamente, moral”. E recomenda, ainda, que os preceitos da higiene sejam divulgados entre as crianças desde a mais tenra idade, pois:

É engano julgar-se que o estado mental dellas, a contar de 5 a 8 annos, ou de menos idade, se acha insufficientemente desenvolvido para auferir rudimentos de hygiene. Exactamente nessa idade é que se installam, que se plasmam no entendimento infantil os ensinamentos, encaminhando-as para a pratica das boas normas das quaes nunca mais se deshabituarão (KEHL, 1930, p.8).

A preocupação em atingir o universo infantil com os preceitos da Higiene, levou o autor a se preocupar com a acessibilidade das noções e os conselhos prescritos no livro. Inicialmente ele faz uso de uma estrutura textual no formato de fábula para passar os conselhos para uma vida saudável. Ao longo do texto, ilustrações procuram complementar as informações, ou dando ar de ludicidade ao imaginário infantil, ou como possibilitando melhor compreensão dos conceitos tratados. (Figura 1)

Figura 1: A fada Hygia reunindo crianças em torno si enquanto lhes repassa os ensinamentos



Fonte: A autora, a partir da obra de Renaho Kehl

Na primeira parte do livro, sempre contando com a personagem da “Fada Hygia”, Kehl apresenta as diferentes doenças que assolavam a população, e ressalta a importância de se contar com os meios para a profilaxia das doenças, seguido de

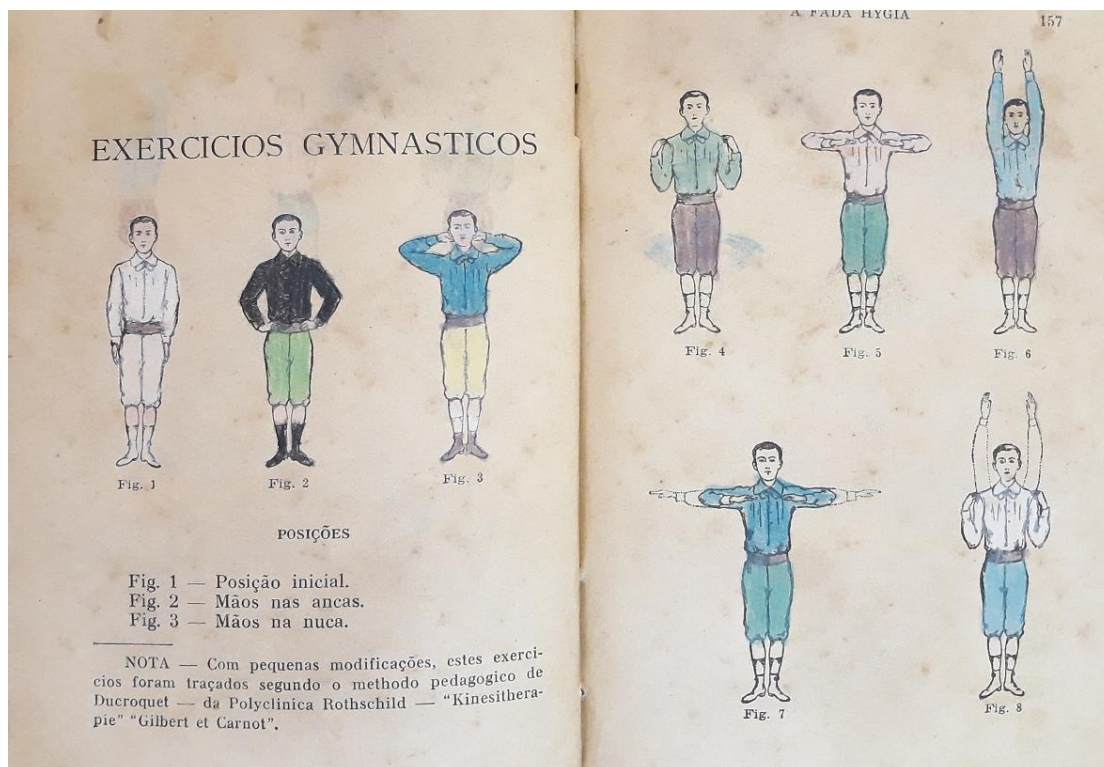
Posteriormente, com caráter mais informativo, as lições são passadas por meio de frases curtas e com explicações breves, tornando os conhecimentos sobre higiene “mais fáceis e agradáveis às crianças”. Nesse caso, o texto sugere a ideia de que o aprofundamento dos conceitos, apenas levemente tocados, passa a ser tarefa da alçada das mestras e das mães

O livro traz ainda recomendações metodológicas para os professores: “A professora ou o professor lerá ou determinará que as crianças leiam um capítulo por dia, explicando o que ouviram ou leram e a razão higiénica de cada conselho, quando forem inquiridas”.

A série didática, que compõe a segunda parte do livro, isto é, relativa aos conteúdos específicos é composta por uma sequência de ensinamentos envolvendo os conhecimentos da medicina e da biologia sobre a conservação da saúde. A esta parte, o autor intitulou de “Os conselhos da Fada Hygia”. Nela, o autor, em breves capítulos, vai tratar dos pontos fundamentais da doutrina higiénica, ou seja, da higiene física, ambiental, mental e social.

Nessa segunda parte do livro, o autor especifica melhor os temas e fornece uma série de informações técnicas visando ao desenvolvimento da higiene física, social e ambiental. As questões relativas aos perigos que “ameaçam todos, a todo o tempo e lugar”, obedeceram à seguinte sequência: o ar e a água, o alimento e a habitação, o asseio do corpo, os exercícios físicos, os maus hábitos, o sono, as vestes, a atitude (postura), os micróbios, as moscas, as doenças, os vícios, vermes intestinais, os mosquitos, animais e animálculos, bons hábitos, alguns conselhos mais, saúde e alegria. Ao final, tratou especificamente dos exercícios ginásticos, ilustrando cada movimento previsto com gravuras, seguidas de descrição e divididas segundo movimentos mecânicos de aptidão muscular, envolvendo membros e troncos, ou de aptidão fisiológica, como os movimentos respiratórios (Figura 2).

Figura 2: Sequência de movimentos ginásticos. Em nota de rodapé, uma observação sobre o método pedagógico no qual o autor se inspirou para a orientação dos exercícios. (método pedagógico de Ducroquet – da Policlínica Rothschild – “Kinesitherapie” “Gilbert et Carnot”)



Fonte: A autora, a partir da obra (KEHL, p. 156-167)

Pranchas ilustradas também compõem o conjunto de instruções do livro: uma informa sobre os agentes e modos de propagação das principais doenças contagiosas, e outra, sobre os preceitos de práticas cotidianas para a conservação da saúde. (Figuras 3 e 4)

Figura 3:



Figura 4



Fonte: A autora, a partir da obra de Kehl (113-114; 168-169)

Do ponto de vista da editoração, o aparato iconográfico vem com ilustrações e gravuras em preto e branco⁴⁰, na perspectiva de dar ênfase a um determinado tema ou esclarecer aspectos do conteúdo tratado. (Figura 5)

Figura 5: Figuras com sequência de imagens que retratam comportamentos cotidianos



Fonte: A autora a partir da obra (KEHL, p. 29; 81)

Ao longo da obra, o autor distribui três epígrafes (de Leibniz, de Calkins e do próprio Kehl), quinze quadras populares, ou anônimas, treze quadras de poetas como Garrett, Luiz Murat, Castilho, Gonçalves Dias, Af. Celso, Francisca Julia e J. dos Santos, duas poesias sendo uma de A. Gonçalves Crespo e outra sem autoria.

Duas questões nos inquietaram ao final de nossa análise sobre o livro “A Fada Hygia”: a primeira, em que pese a forte influência dos ideais eugenistas do autor, foi saber sobre os indícios de uma educação eugênica permeando as lições de higiene; e a segunda, esta de maior dificuldade dado o recorte temporal da pesquisa, saber sobre o impacto da obra em seu público seu público alvo – professores e alunos.

No tocante a higiene em interface com a eugenia, o que se percebe é que a obra, destinada à formação higiênica das crianças, com repercussão entre os pais e os mestres, como coloca, o próprio autor em seu capítulo de abertura, ao recomendar que estes aprofundem os ensinamentos e conselhos para melhor

⁴⁰ No presente trabalho, algumas gravuras aparecem coloridas representando as “marcas de uso” tão comum em livros ou manuais didáticos.

orientar as crianças, fornece subsídios para a aquisição de normas de conduta profiláticas, desde os hábitos cotidianos de higiene, até os aconselhamentos para a higiene do ambiente, a salubridade do lugar, a prevenção de doenças mediante a observância da vacinação e dos exercícios físicos. Considerando que muitas das recomendações são da alçada do poder público, portanto pouco influenciando o comportamento individual, mas nem por isso descartado, avaliamos positivamente os preceitos aqui trabalhados na perspectiva da educação em saúde desde a tenra idade. Traços de eugenia nas entrelinhas do texto, é possível estar atrelada à ênfase dada as medidas profilática, tantas vezes enaltecidas, como se por ela, se pudesse atingir a plenitude de uma população saudável, cheia do vigor físico e detentora dos valores cívicos e morais, enfim, a constituição uma “raça” regenerada e civilizada. Algo que se reforça na fala de Carneiro Leão, quando disse que pela educação sanitária e pela preparação inteligente e metódica da população quanto às questões de higiene, obter-se-ia a “prophylaxia defensiva do individuo e da raça”.

Na questão relativa aos impactos que a obra teriam provocado no público leitor, dada as dificuldades de acesso às fontes do período investigado, não descartamos as possibilidades para os períodos subsequentes. Registre-se, aqui, a contribuição da professora Noemia Viana Campos, natural de Cuité-PB, a qual, enquanto aluna da Escola Normal e, posteriormente, como professora primária em sua cidade natal, fez uso do livro escolar “A Fada Hygia: Primeiro livro de hygiene”. Foi das mãos da professora Noemia que tivemos acesso ao livro, fonte de nossa análise. Sobre o livro, a professora Noêmia relatou que teve acesso ao mesmo durante seu curso normal e que gostava das lições nele contidas. Mais tarde, quando deu início ao ofício de professora primária, o livro passou a ser usado na elaboração dos apontamentos para suas aulas de higiene.

O mais marcante relato, obtido em nosso estudo, sobre o impacto que o livro “A Fada Hygia” teria causado em seus usuários, veio de um memorialista paraibano, o Sr. Sebastião de Medeiros. O depoimento emblemático dado pelo protagonista da obra, só confirma o que expressou Belisario Penna quando, da a análise do livro de Renato Kehl, diz tratar-se de sentenças e conselhos de higiene, ricamente ilustrados, que se infiltram nos cérebros receptíveis das crianças, e que estas, “guardarão na memoria o essencial dos conhecimentos”. Pois é sobre o “essencial” que ficou retido na memória, que transcrevo o relato desse memorialista. Vejamos,

DOIS ANOS DE GRUPO ESCOLAR

Março de 1934, mês de volta às aulas, com o mesmo entusiasmo do ano anterior. Nova professora, novos livros e muitos alunos novatos. Em todos os semblantes notava-se a alegria e entusiasmo com esse evento, que se renovava naquele ano letivo.

[...]

A professora Maria José preocupava-se muito em transmitir aos seus alunos princípios de Educação física e moral. Ela fazia questão de observar e corrigir a postura do aluno, quando ele estava escrevendo com o rosto quase colado no papel. Pacientemente, ela explicava como devia proceder-se, para não agravar a coluna vertebral, dizendo:

- Não quero que ninguém futuramente vá ficar como “Chico Torto” que quando era criança sofreu um tombo e ficou daquela maneira.

[...]

Outra destacada preocupação daquela ilustre professora era com relação aos princípios de higiene. Nosso livro de leitura tinha por título “**A Fada Higia**”, compêndio sintetizado que continha noções de preservação contra doenças transmissíveis. Era uma brochura impressa com perfeitas gravuras. Entre elas, havia uma, acompanhada com legendas explicativas, mostrando o perigo da tuberculose, doença que, naqueles anos dizimou muita gente em nosso país. (grifos nossos)

Estampada com relevo, a tal gravura mostrava um doente esquelético, tossindo e espirrando diante de uma pessoa saudável e forte, espalhando gotículas por todos os lados. No verso dessa mesma página, era visto o velório dessa vítima da tuberculose, tendo ao lado do seu caixão mortuário a mesma pessoa que já não era mais forte e sadia. Ela estava irremediavelmente condenada a morrer, por sido contaminada pelo bacilo de Koch, como explicava a legenda.

Essa parte daquele precioso livro, jamais saiu da minha imaginação, pois coincidentemente, havia ao lado de nossa casa um casal, cuja mulher, de nome Severina, sofria desse terrível mal. Quando viemos para João Pessoa, ela faleceu, deixando seu esposo contaminado com a mesma doença. (grifos nossos)

Nas muitas noites quando fazia meu serão, estudando até alta madrugada, dona Severina quebrava o silêncio noturno, com acessos de tosse característica da sua moléstia, fato esse que me deixava penalizado, e interrompia meus estudos.

Ainda hoje, com mais de setenta anos, sinto pavor, quando alguém espirra ou tosse perto de mim, como gosta de fazer muita gente, sem o menor escrúpulo ou noção dessa falta de higiene e precaução. – Finalmente, concluí o 4º Ano, repetindo a mesma façanha do ano anterior, com nota 8 ponto 5.

Com otimismo e esperança, comecei a traçar planos, antevendo o êxito que viria posteriormente com a conclusão do curso primário, um importante passo para o adolescente tornar-se realizado.

Não sabia eu que aquela classificação de oito ponto cinco era a despedida para sempre dos bancos escolares.

Sebastião Medeiros - **Memórias de um “moedeiro”** - Um resumo histórico da família Medeiros. (1992, p.81-82)

Este depoimento incisivo foi prestado, a título de memória de sua infância, já estando, Sebastião Medeiros, com mais de 70 anos de idade. Denso relato! Este senhor que escrevia tudo aquilo, só tendo concluído o quarto ano primário, rememorava, com entusiasmo, seus dois últimos anos naquele grupo escolar. Foi toda a sua formação escolar, que lhe permitiu o exercício de sua profissão - de "moedeiro". Conta detalhes importantes de sua rotina escolar. Professora bem empenhada em fazer valer, junto ao seu trabalho com os alunos, as normas higienistas então vigentes. Apoiados no livro didático de então - "A Fada Hygia", eram repassados os conhecimentos básicos acerca dos cuidados devidos pelos alunos, para se precaverem das contaminações epidêmicas da época, a exemplo da tuberculose. Por meio de gravuras e legendas bem didáticas, o livro didático cuidava de mostrar os riscos de contaminação coletiva, bem como os modos como agir diante das epidemias, em geral. Não só. Também, primava a professora por advertir os alunos da necessidade de corrigir posturas comprometedoras, desde criança, inclusive fazendo menção de um senhor - Chico Torto - que ela indicava como exemplo a evitar, desde criança.

Para finalizar, ousamos inferir que “A Fada Hygia”, enquanto material didático cumpre, no nosso entender, o seu duplo papel social, o da instrução primária respeitando o universo ao qual de destina, mas também, o da manutenção dos valores da sociedade dominante. O relato do Sr. Sebastião Medeiros atesta, de maneira fidedigna, o essencial dos cuidados higienistas no campo da instrução pública, na Paraíba, de modo a destacar o lugar que nos componentes curriculares da época tinha o ideário higienista, assumindo a função principal dos cuidados educativos, não sem apresentar, aqui, ali, alguns excessos, tendentes a uma situação de eugenia.

5. Considerações Finais

Em nosso estudo tratamos da relação entre o higienismo e a educação escolar da Paraíba republicana. Focamos no período da Primeira República, por esse representar o momento histórico de maior representatividade do higienismo no seio da sociedade brasileira. No diálogo que estabelecemos entre o referencial teórico e as fontes documentais levantadas ao longo da pesquisa, procuramos compreender a forma pela qual o ideal higienista foi incorporado à educação escolar paraibana em termos de políticas, processos e finalidades projetados para o conjunto da sociedade, no tempo histórico que permitiu ao higienismo se consolidar como o “grande discurso”. Um discurso que vai operar sistematicamente em toda a sociedade, inclusive na escola.

A preocupação com a saúde no ambiente escolar presente nos discursos dos intelectuais, principalmente entre os médicos e os educadores, se tornou mais contundente no curso do século XIX, período em que ocorreram importantes avanços no campo das ciências biológicas e das ciências humanas, com consequente repercussão no pensamento e nas teorias pedagógicas. No campo das ciências biológicas, merecem destaque os estudos de Darwin, pois tiveram forte influência sobre ciências humanas e no desenvolvimento do chamado “darwinismo social”; e, também, os estudos de Pasteur que contribuíram para o desenvolvimento da bacteriologia e o surgimento da medicina social. A incorporação destes e de outros conceitos das ciências biológicas pelas ciências humanas, principalmente nos campos da sociologia, da antropologia e da psicanálise, levou ao que veio a se chamar de movimento higienista ou simplesmente Higienismo.

No Brasil, o higienismo exerceu grande influência nas políticas de saúde, de educação, de saneamento e urbanísticas que foram implementadas em todo o país, principalmente com o advento da República. Naquele momento, surgia uma nova ordem política e o país buscava a construção de uma “identidade” nacional. Embora o progresso desse sinais de proximidade com o crescimento na economia, principalmente no Sudeste, o quadro de saúde e de miséria da grande maioria da população destoava, aos olhos das elites, do ideal de Nação republicana. Na ótica de Miguel Couto, em 1916, “o Brasil ainda era um vasto hospital”.

Urgia a adoção políticas públicas mais contundentes que promovessem, no país, as mudanças sociais necessárias à solução de seus problemas. Em meio às polêmicas discussões sobre as formas e mecanismos de “regeneração” da sociedade, a saúde e a educação passaram a ocupar um lugar de destaque nos debates intelectuais, mobilizados pelos grandes Congressos de Higiene e Educação. Entre os higienistas (médicos, professores, e outros membros da sociedade letrada) havia o entendimento de que, num país com cerca de 80% de analfabetos e com um estado de saúde lastimável em sua população, as políticas públicas de saúde e saneamento, por si só não operariam as transformações almejadas. Assim, as práticas higienistas vão se associar às práticas pedagógicas, no grande projeto nacional de construção da nova ordem social. Em todo o país, educação e saúde se convertem no binômio de regeneração social, ao longo das três primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, nossa pesquisa objetivou analisar a repercussão do ideal higienista na educação escolar da Paraíba, no contexto da Primeira República. Para tanto, partimos da tese de que a educação escolar na Paraíba, no período da Primeira República, sob a égide do ideal higienista, instituiu um fazer pedagógico controlador e disciplinar destinado às normas de bem viver, com vistas à construção do homem civilizado, projetado pela sociedade moderna.

No desenvolvimento da pesquisa, embora nossa ênfase temporal tenha recaído sobre a Primeira República, resgatamos nos períodos antecessores e sucessores a ela, elementos materiais para a reflexão desse processo. Desde seus primórdios até a República, a constituição do sistema educacional na Paraíba evoluiu de forma lenta e incipiente. Como a prioridade da educação era a formação da elite, a oferta do ensino secundário já nasceu recebendo tratamento diferenciado, tanto na esfera pública como pela iniciativa privada; ao passo que a instrução pública primária, destinada à educação das classes populares, permaneceu por muito tempo negligenciada pelas autoridades locais. Na tentativa de corrigir as distorções existentes na instrução pública, em 1848, o então Presidente da Província, Dr. Antônio de Vasconcelos, criou a Primeira Diretoria da Instrução Pública. No ano seguinte, foi lançado o Regulamento de 20 de janeiro de 1849, que trouxe em seu texto uma série de orientações de natureza higienista, a fim de

corrigir as irregularidades que punham em risco a saúde e a integridade moral dos estudantes.

A presença dessas referências higiênicas em um Regulamento de meados do século XIX, na então Província da Parahyba do Norte, deixa claro que apesar das distâncias geográficas entre o Sul e o Norte (considerando a divisão regional do período), pelo menos nas formas discursivas dos dispositivos legais não havia dissonância entre essas regiões. Vale lembrar que a reforma da instrução pública apresentada por Rui Barbosa em 1883, portanto mais de trinta anos depois do Regulamento de 1849, também abordou as questões da higiene escolar, algumas das quais se assemelhavam às que estavam postas no Regulamento acima citado.

Mas a organização da escolarização da Paraíba só ganhou projeção de fato nas décadas iniciais do século XX. Ressaltamos que com a República, o ritmo da política higienizadora se intensificou em todo o país e a escola passou a ser entendida como instrumento de promoção da civilidade e do progresso da sociedade brasileira. Com isso incorporaram-se às políticas educacionais os princípios doutrinários da higiene, tanto nos aspectos normativos da organização escolar, quanto no aspecto pedagógico para a formação sanitária e moral da população.

No âmbito local esse aspecto da pedagogia higiênica ficou evidenciado na criação da disciplina de Higiene, na adoção de livros escolares com conteúdos de Higiene e nas reformas dos edifícios escolares segundo as normas higiênicas. Entrávamos na “era” dos Grupos Escolares e tais iniciativas constituíam ações manifestas de um ideal que transitou entre a promoção da saúde pela educação sanitária e o controle da sociedade pelas normas disciplinares.

Lembramos que o contexto social, político e econômico da Paraíba na transição dos séculos, caracterizavam um Estado pobre, carente em infra-estrutura urbana e com precários serviços, inclusive de saúde e educação. Aqui, o número de analfabetos era elevado e o quadro geral de saúde preocupante. A população, vitimada por endemias e doenças ocasionais, era igualmente acometida pelos surtos epidêmicos, fato que se agravava com o flagelo das secas. Era uma situação não muito diferente de outras regiões do nordeste e inspirava preocupações, principalmente entre os intelectuais da classe médica que reivindicavam medidas sanitárias e educativas na profilaxia das doenças.

Na Paraíba, a classe médica foi a principal propagandista dos ideais higiênicos e sanitários. Como membro da elite dominante, os médicos e outros como advogados e engenheiros, dominavam os espaços de difusão de conhecimentos e opiniões; ocupavam cargos ou funções ligados à gestão pública e atuavam em funções onde podiam praticar o exercício da medicina ou o simplesmente fazer uso do “saber médico”. Entre esses espaços de manifestação do saber médico tínhamos as obras literárias, os jornais e a escola.

Humberto Nóbrega, em “As raízes das ciências da saúde na Paraíba” (1979), menciona os médicos famosos que atuaram no Estado desde os tempos do Império, e faz uma breve biografia dos primeiros médicos paraibanos formados nas duas escolas de medicinas existentes na época, a da Bahia e a do Rio de Janeiro.

Uma vez formados esses “homens de ciência” foram atuantes, dentro ou fora do Estado, fosse no exercício da medicina ou seguindo carreira política. Como muitos desses profissionais tiveram vida pública e exerceram funções políticas, certamente influíram, com seus saberes e ideais, na governabilidade da Capital e do Estado. Nesse sentido, queremos ressaltar os médicos João Lopes Machado (1908-1912) e Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), pelas atuações nas reformas urbanas, sanitárias e de saúde pública da Parahyba.

Enquanto João Machado, formado em 1888, pela faculdade de Medicina da Corte, pode ser lembrado pelo pioneirismo nas reformas e implantação dos equipamentos urbanos da Capital; Guedes Pereira, formado em 1907, também no Rio de Janeiro, pelo seu ímpeto reformista foi comparado, por ocasião de sua morte em 1954, como “o Pereira Passos de João Pessoa”. Dentre os vários e “majestosos” logradouros públicos criados em sua gestão destacam-se os Parques Solon de Lucena e Arruda Câmara, e as praças da Independência, Antônio Pessoa e Vidal de Negreiros (NÓBREGA, 1979. p. 237).

Mas, o que vale aqui ressaltar é o papel que alguns deles tiveram formação educacional da juventude local. Atuando no magistério paraibano, na capital ou no interior, esses médicos lecionavam disciplinas escolares como as de Higiene, História Natural, Física e Química. Na Capital, entre os “lentes” de formação médica que lecionaram no Liceu Paraibano e/ou na Escola Normal, queremos destacar:

– Otacílio Camelo de Albuquerque (1874-1954), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1901. Enquanto acadêmico atuou na Clínica do

Prof. Francisco de Costa, dirigida entre outros médicos por Francisco de Costa, Miguel Couto e Rocha Vaz. O médico Otacílio de Albuquerque, além da medicina atuou na política e no magistério. Na política, foi prefeito da Parahyba de 1908 a 1911, senador do Estado de 1923 a 1924 e deputado federal. No magistério, foi professor de Álgebra no Liceu Paraibano e de Higiene, na Escola Normal. Atuou como professor de 1926 a 1938, quando o Estado Novo já não permitia a acumulação de cargo no serviço público;

– Joaquim Correia de Sá e Benevides, formado pela faculdade de medicina da Bahia, em 1914, entrou para o magistério via concurso, em 1919, atuando como professor de Física e Química do Liceu Paraibano, e de Higiene e Historia Natural da Escola Normal;

– José de Seixas Maia, formou-se pela faculdade de medicina em 1911. Em 1914, ocupou o cargo de Delegado do Serviço de Higiene neste Estado e em 1936, foi nomeado chefe do Dispensário de Higiene Escolar, do Departamento Estadual de Saúde. Entre outras funções públicas, de acordo com Nóbrega (*op cit.* p. 202) “foi um educador por excelência: ensinou Ciências Físicas e Naturais no Liceu Paraibano, na Escola Normal do Estado e no Colégio Nossa Senhora das Neves, mantendo curso particular dessas ciências”. Além destas, lecionou Química, História Natural das Ciências e Biológicas, no Colégio Pio X e no Seminário Diocesano. Seixas Maia destaca-se também como autor de livro didático; em 1952, lançou o livro “Lições Práticas de Química”, considerado de valor pedagógico “sobretudo aos vestibulandos pobres que não podiam adquirir compêndios inacessíveis aos seus bolsos vazios de dinheiro” (*Ibidem.* p. 204).

– Flávio Maroja, apontado por Humbeto Nóbrega, como “uma das memórias mais veneradas pela classe médica paraibana”. Entre as várias funções públicas no campo médico e político, foi o primeiro diretor do Hospital Oswaldo Cruz, aqui instalado pela Comissão da Profilaxia Rural, e Instituto Vacinogênico. Durante vários anos exerceu a função de chefe do Serviço de Saúde do Porto de Cabedelo. Flávio Maroja não chegou a ser lente nas escolas locais, mas como um entusiasta da educação sanitária, diz Nóbrega (*Ibidem*, p. 211), “apreciava pronunciar palestras sobre temas de saúde coletiva nos educandários desta Capital. Abordava com segurança e certa verve qualquer assunto que lhe desse. No Liceu Paraibano,

frequentado naquele tempo quase somente por rapazes, discorria acerca de temas sexuais”.

Como podemos observar, a influência médica na escolarização da Paraíba foi marcante. No âmbito pedagógico, com rara exceção, como no caso da disciplina de Álgebra, todas as disciplinas escolares lecionadas pelos médicos pertenciam à área das ciências naturais e biológicas. O fato, além de favorecer ao professor pelo domínio no campo do saber, também possibilitava uma adequação dos seus recursos pedagógicos, a exemplo da escolha dos livros didáticos. Embora tivéssemos uma produção local de compêndios escolares, a exemplo do livro do Seixas Maia, a maioria dos livros escolares provinha de outros Estados. Livros escolares de Higiene, como “A Fada Hygia”, de Renato Kehl, foram adotados possivelmente a partir da escolha dos professores que também eram médicos, demonstrando que essas escolhas tinham conhecimento de causa ou obedeciam a algum critério, afinal os autores dos manuais de Higiene eram igualmente médicos. Outros manuais escolares encontrados nas bibliotecas públicas e particulares da Capital, como o livro de Higiene de Afrânio Peixoto ou “Noções de Puericultura” de Almeida Junior, embora não tenham sua adoção comprovada nas escolas públicas locais, a sua presença local denota um uso que pode ter sido indireto se considerarmos o fato que o professor podia adquiri-lo para subsidiar sua prática pedagógica, sugerindo conteúdos, sequência didáticas, procedimentos metodológicos.

Assim, ao observar essa presença marcante da classe médica nos espaços de formação escolar da juventude paraibana, podemos ressaltar dois pontos essenciais.

Primeiro, que os médicos paraibanos, na convivência acadêmica dos centros de formação, podem ter sido contagiados pelos mesmos paradigmas e valores morais manifestados por seus mestres, sendo influenciados por ideais como o liberalismo, positivismo, nacionalismo republicano e, como não podia deixar de ser, o higienismo e a eugenia, engendrados no próprio círculo médico. Nesse sentido, ousamos afirmar que esses intelectuais trouxeram, para o centro dos debates locais, seus valores e ideais científicos e políticos.

Assim, o saber médico pode se materializar por meio das políticas públicas adotadas por aqueles que exerceram funções políticas (governadores, prefeitos,

deputados e senadores). Esse saber, aqui, foi divulgado por meio de palestras públicas ou publicações em boletins, jornais e periódicos em circulação no período em questão. Lembramos que na Paraíba circularam diversos meios impressos, embora a periodicidade e tempo de circulação dos mesmos tenham sido variados, e até mesmo bem pequenos. De qualquer modo eles representaram um importante espaço de comunicação e veículo de difusão de saberes, ideais e opiniões da elite intelectual da época.

E segundo, que ao alcançarem o espaço escolar com seus conhecimentos, suas ideais e valores, esses intelectuais exerceram grande influência na formação das “mentalidades” da juventude paraibana e tiveram um papel fundamental na conformação da sociedade local.

Nesse sentido, ousamos dizer que, pelos discursos médicos materializados nos regulamentos, normas, reformas, conteúdos curriculares, recursos didáticos e práticas pedagógicas, a escolarização na Paraíba se conformou segundo os ideais higienistas da disciplina e do controle. Como um sistema modelar, Escola projetou um modelo de homem e de sociedade a ser perseguido pela educação.

Afinal, quando Camilo de Holanda⁴¹, colocou que sua constante preocupação na harmonização da educação era “incentivar todos os alumnos no cumprimento de seus deveres escolares, e de por com os progressos da vida intelectual e normas de boa moral, no gosto e entusiasmo de formação de homens fortes, cidadãos presentes ao serviço da pátria”, não estaria ele assumindo a intencionalidade de uma educação pensada na perspectiva da disciplina, da normatização, portanto, do controle?

Consoante o exposto, acreditamos que na organização da escolarização da Paraíba seus espaços educativos se constituíram em instrumentos de promoção da civilidade e do progresso. Uma civilidade e um progresso não dissociados dos ideais higienistas que dominaram o pensamento social da primeira República.

⁴¹ Jornal A União, 02 de setembro de 1917.

7. Referências

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In. Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de; ARANHA, Gervácio Batista e LIMA, Luciano Mendonça de. **A Paraíba no Império e na República**: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José (Orgs.) **Uma cidade de quatro séculos**: evolução e roteiro. João Pessoa, governo do Estado da Paraíba, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986.

BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública (1882-1883). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Tomo IV, capítulo XVIII.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia da N. (Orgs). **Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In.: Marcus Aurélio Tabora de Oliveira e Serlei Maria Fischer Ranzini (orgs). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado. Porto Alegre: Editora Globo, 1968. v.2.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **O Lyceu Paraibano e a modernização do espaço urbano**. João Pessoa, UFPB, Relatório Final: PIBIC/CNPq, 2006.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim & ROCHA, Danielle Martins. **O lugar da escola na cidade**. Relatório de Pesquisa do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB), 2004.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim e KULESZA, Wojciech Andrzej. Escola e Modernidade na Paraíba (1910-1930). In: **Anais** do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Processo de Escolarização e Modernidade. Curitiba (PR): Sociedade Brasileira de História da Educação/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCP, 2004 (Documentos\Coord\Eixo4\490.pdf). (CD Rom dos Anais)

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maira Chagas de. A república, a escola e os perigos do alfabeto. In. PRADO, Maria Ligia Coelho & VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À Margem dos 500 anos: reflexões irreverentes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. [p.201-218].

CARVALHO, Marta Maira Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In FREITAS, Marcos César de. (Org.) **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Marta Maira Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História).

CASTEÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. In: **Episteme**. Porto Alegre, v.3, n.5, 1998. p. 23-48.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização da cidade da Parahyba nas décadas de 1910-1930**. Recife, Pe: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. (Tese de Doutorado).

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. Versão eletrônica - Março 2002 (Versão para eBook-ebooksbrasil.com). Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comte.pde>). Acesso: 10 de outubro de 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004

DANTES, Maria Amélia M.(Org). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufarura, 2004.

ENGELS, Friedrich. As grandes Cidades. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985; p. 35 a 92

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006b.

FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências**. Introdução à filosofia das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GARCÍA, Juan César. **Pensamento social em saúde na América Latina**. Everaldo Duarte Nunes (org). São Paulo: Cortez, 1989.

GOODSON, Ivor. **School subjects and the curriculum change**. Londres: Falmer, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004

GONZALÉZ, Rafael Alcaide. Las publicaciones sobre higienismo en España durante el período 1736 – 1939: Un estudio bibliométrico. **Scripta Nova**. nº 37, 1 de abril de 1999. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn-37.htm>.

HOBBS, Eric J. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBS, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Revista – Brasília: MMA, 2006. 128 p. Disponível em: http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?folderId=143&name=pub177.pdf&download=true. Acesso em 11 de junho de 2009

KEHL, Renato. **A fada hygia**, Primeiro Livro de hygiene. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

KEHL, Renato. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

KEHL, Renato. **Pais, médicos e mestres**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1939.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. In **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, v.III (1), 80-98 mar.-jun. 1996. Disponível em www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n1/v3n1a06.pdf. Acessado em setembro 2010.

KUHLMANN Jr, M.; MAGALHÃES, M. G. S. A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (1920-1940). Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.327-350, abr. 2010.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Escola de Aprendizes Artífices. In. CARDOSO, Carlos de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (orgs.) **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. Joao Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal No Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v79, n193, set/dez, 1998. p. 63-71.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O currículo da Escola Normal: feito e tendências. In: **Anais** do VI Congresso Luso-brasileiro. Percurso e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação. Uberlândia, MG, 2006 – CD-ROM

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Relatório apresentado ao Sr. Diretor da Divisão do Ensino Industrial**. João Pessoa: Tip. Da EAAPB, 1940.

MEDEIROS, Sebastião. **Memórias de um “moedeiro”**. Um resumo histórico da família Medeiros. João Pessoa: DPG/SEC - Novembro, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MACEDO, Neuza Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Química Nova na Escola, nº 8, nov, 1998 (Rev. Eletrônica).

MACHADO, Roberto *et al.*. **Danação da Norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIA, Doralice Sátyro; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SOARES, Maria Simone Moraes. A iluminação pública da cidade da Parahyba: século XIX e início do século XX. In **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais. Abril/ Maio/ Junho de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 2. ISSN: 1807-6971. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 03 de março de 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa – PB. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MARTINS, Roberto de Andrade. **Contágio**: história da prevenção das doenças transmissíveis. São Paulo: moderna, 1997.

MAY, Tim. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. (trad.) Carlos Alberto Silveira Netto Sorares. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. (Capítulo 8 – pp. 205-229).

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1996.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Historia da Paraíba**. 10 ed. João Pessoa: A União, 2007.

MOULIN, Anne Marie. A hipótese vacinal: por uma abordagem crítica e antropológica de um fenômeno histórico. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro. vol. 10 (suplemento 2):499-517, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

PENA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: TYP. Revista dos Tribunaes, 1918.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados, 2002.

REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. In.: **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006.

RIBEIRO, João. Questiuínculas. Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, fev. 1929, p. 3.

ROCHA Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In: **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 52, novembro/2000.

ROCHA, H.H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, Sp: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

RONAN, Colin A., **História Ilustrada da Ciência da Universidade de Cambridge**. Tradução: Jorge Enéas Fortes; revisão técnica: Yedda Botelho Salles, Marcelo Gliser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ROSEN, George. A evolução da medicina social. In. NUNES, Everardo Duarte (Org). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global Ed., 1983. p. 25-82.

ROSEN, George. **Da polícia médica a medicina social**. Ensaio sobre a história da assistência médica. Tradução de Ângela Loureiro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ROSEN, George. **Uma história da Saúde Pública**. Tradução de Marcos Fernandes da Silva Moreira. 2 ed. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

SÁ, Lenilde Duarte de. CANESQUI, Ana Maria. O Serviço de Higiene Pública da Cidade da Paraíba. In: SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcante da. GARCIA, Telma Ribeiro. (Org.).In **Saúde & Realidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2003

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: Uma cidade ente miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública da Cidade da Paraíba, 1895 a 1918**. Ribeirão Preto, SP, 1999. (Tese de Doutorado)

SANTOS, Alessandra Rosa. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento**: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933). Rio de Janeiro: FIOCRU

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-0930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social**: trajetória da saúde pública. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São paulo, 2005

SILVA, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho** (1850-1930). João Pessoa: Manufatura, 2004.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. In: **Revista de História Regional** (RHR), v. 11, nº 2, p. 29-70, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: **Cadernos Cedes**. Ano XIX, nº. 51, Nov/2000. Campinas, SP: Ceds-Unicamp, 2000, p.9-28.

SOUZA, R. F. de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. e ALMEIDA, J. S. de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP, 1998, p. 33-84.

STEPAN, N. **Gênese e evolução da ciência Brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STERN, Bernhard J. A saúde das cidades e o primeiro movimento de saúde pública. In. NUNES, Everardo Duarte (Org). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global Ed., 1983. p.83-94.

URTEGA, Luis. Miseria, miasmas e microbios. Las topografías medicas y el estudio del medio ambiente en siglo XIX. **Revista Geo Crítica**. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, nº 29, Septiembre, Barcelona, 1980. pp. 5-52.

VALDERAMIN, Vera Teresa. Método Intuitivo: Os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. e ALMEIDA, J. S. de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP, 1998, p. 63-106.

In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. e ALMEIDA, J. S. de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP, 1998, p. 33-84

VILHENA, Cyntia Pereira de Sousa. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v.19, n.1, p.79-96, jan/jun. 1993.

VILLAR DE AQUINO, Aécio O século XIX e a cidade In AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José (Orgs.) **Uma cidade de quatro séculos**: evolução e roteiro. João Pessoa, governo do Estado da Paraíba, 1885.

Fontes

ATAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CAIXAS DO ARQUIVO DA FUNEC – FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA

CD-ROM CPCES – GRUPO DE PESQUISA CIÊNCIA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
JORNAL A UNIÃO (1909-1929)

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - LIVRO DE LEIS E DECRETOS – ANOS
1912, 1913, 1917, 1924, 1925

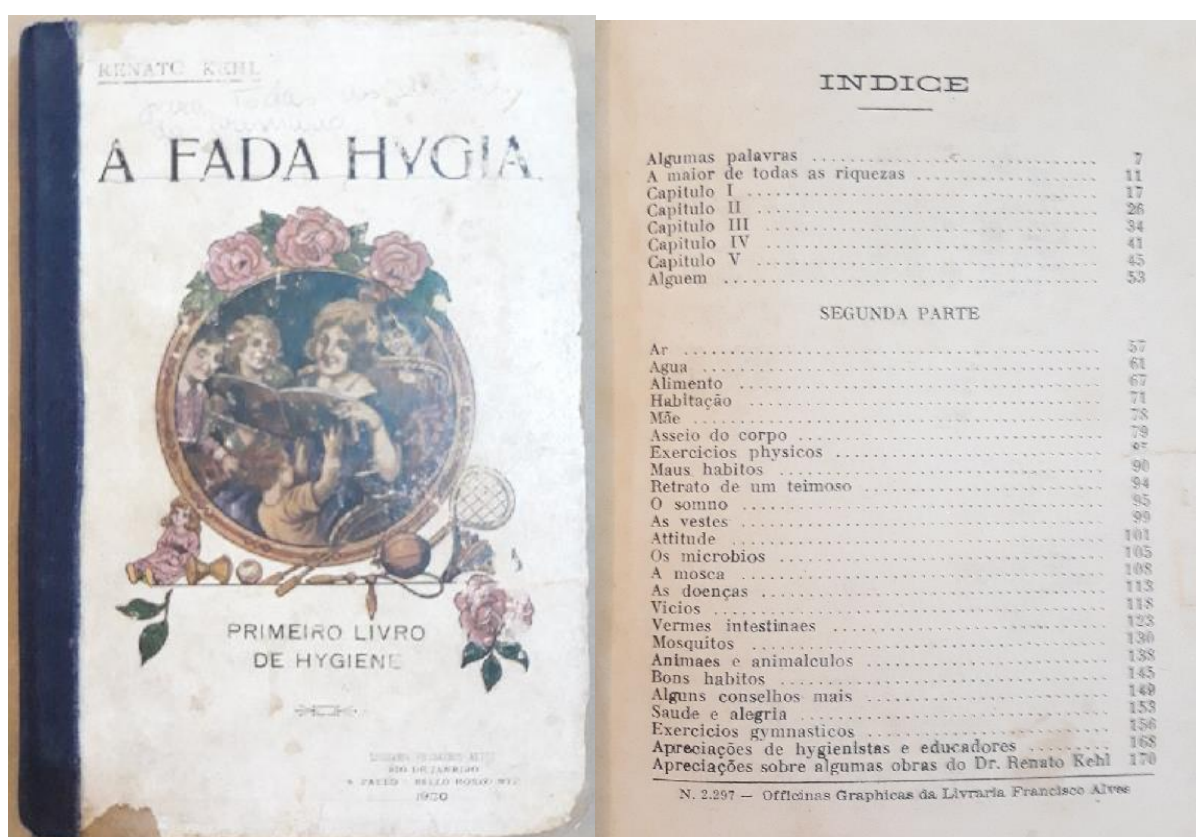
RELATÓRIOS DA DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

BRASILIAN GOVERNMENT DOCUMENT DIGITIZATION PROJECT. PROVINCIAL
PRESIDENTIAL REPORTS (1830-1930)

ANEXOS

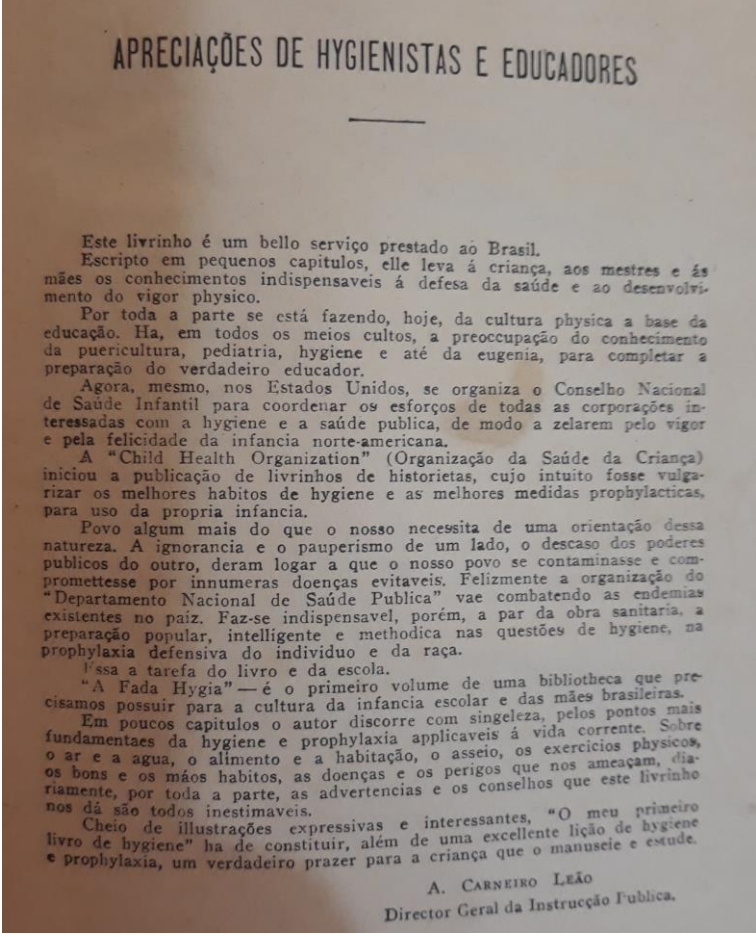
RECORTES DO LIVRO “A FADA HYGIA: PRIMEIRO LIVRO DE HYGIENE”

CAPA E ÍNDICE DA OBRA (P. 171)



APRECIÇÕES DE HIGIENISTAS E EDUCADORES (p. 167-168)

1. PARECER DE ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO (Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro)



Este livrinho é um bello serviço prestado ao Brasil. Escripito em pequenos capitulos, elle leva á criança, aos mestres e ás mães os conhecimentos indispensaveis á defesa da saúde e ao desenvolvimento do vigor physico. Por toda a parte se está fazendo, hoje, da cultura physica a base da educação. Ha, em todos os meios cultos, a preocupação do conhecimento da puericultura, pediatria, hygiene e até da eugenia, para completar a preparação do verdadeiro educador. Agora, mesmo, nos Estados Unidos, se organiza o Conselho Nacional de Saúde Infantil para coordenar os esforços de todas as corporações interessadas com a hygiene e a saúde publica, de modo a zelarem pelo vigor e pela felicidade da infancia norte-americana. A "Child Health Organization" (Organização da Saúde da Criança) iniciou a publicação de livrinhos de historietas, cujo intuito fosse vulgarizar os melhores habitos de hygiene e as melhores medidas prophylacticas, para uso da propria infancia. Povo algum mais do que o nosso necessita de uma orientação dessa natureza. A ignorancia e o pauperismo de um lado, o descaso dos poderes publicos do outro, deram logar a que o nosso povo se contaminasse e compromettesse por innumeras doenças evitaveis. Felizmente a organização do "Departamento Nacional de Saúde Publica" vae combatendo as endemias existentes no paiz. Faz-se indispensavel, porém, a par da obra sanitaria, a preparação popular, intelligente e methodica nas questões de hygiene, na prophylaxia defensiva do individuo e da raça. Essa a tarefa do livro e da escola. "A Fada Hygia" — é o primeiro volume de uma bibliotheca que precisamos possuir para a cultura da infancia escolar e das mães brasileiras. Em poucos capitulos o autor discorre com singeleza, pelos pontos mais fundamentaes da hygiene e prophylaxia applicaveis á vida corrente. Sobre o ar e a agua, o alimento e a habitação, o asseio, os exercicios physicos, os bons e os máos habitos, as doenças e os perigos que nos ameaçam, diariamente, por toda a parte, as advertencias e os conselhos que este livrinho nos dá são todos inestimaveis. Cheio de illustrações expressivas e interessantes, "O meu primeiro livro de hygiene" ha de constituir, além de uma excellente lição de hygiene e prophylaxia, um verdadeiro prazer para a criança que o manuseie e estude.

A. CARNEIRO LEÃO
Director Geral da Instrução Publica.

historietas, cujo intuito fosse vulgarizar os melhores habitos de hygiene e as melhoras medidas prophylacticas, para uso da propria infancia. Povo algum mais do que o nosso necessita de uma orientação dessa natureza. A ignorancia e o pauperismo de um lado, o descaso dos poderes publicos do outro, deram logar a que o nosso povo se contaminasse e compromettesse por innumeras doenças evitaveis. Felizmente a organização do "Departamento Nacional de Saúde Publica" vae combatendo as endemias existentes no paiz. Faz-se indispensavel, porém, a par da obra sanitaria, a preparação popular, intelligente e methodica nas questões de hygiene, na prophylaxia defensiva do individuo e da raça. Essa a tarefa do livro e da escola. "A fada Hygia" — é o primeiro volume de uma bibliotheca que precisamos possuir para a cultura da infancia escolar e das mães brasileiras. Em poucos capitulos o autor discorre com singeleza, pelos pontos mais fundamentaes da hygiene e prophylaxia applicaveis á vida corrente. Sobre o ar e a agua, o alimento e a habitação, o asseio, os exercicios physicos, os bons e os máos habitos, as doenças e os perigos que nos ameaçam, diariamente, por toda a parte, as advertencias e os conselhos que este livrinho nos dá são todos inestimaveis. Cheio de illustrações expressivas e interessantes, "O meu primeiro livro de hygiene" ha de constituir, além de uma excellente lição de hygiene e prophylaxia, um verdadeiro prazer para a criança que o manuseie e estude. A. Carneiro Leão. Diretor Geral da Instrução Publica.

Organização da autora, a partir do texto original na obra de Renato Kehl (1930, p.167)

2. PARECER BELISÁRIO PENNA (Da Academia Nacional de Medicina)

168 RENATO KEHL O autor deste interessante e utilissimo livrinho apenas exigio de mim uma apresentação, o que faço com vivo prazer, embora certo de que, não esta, mas o proprio e incontestavel valor do precioso opusculo, dar-lhe-á asas para penetrar todas as escolas, todos os lares do nosso querido Brasil. Foi muito bem imaginado o processo adoptado de illustrações expressivas, seguidas de sentenças e conselhos de hygiene, em phrases curtas e incisivas, que se infiltram nos cerebros receptiveis das crianças e forçam, professores e paes, a estudar e a reflectir sobre estes assumptos, attendendo á natural curiosidade das crianças no querer saber o "porque" das cousas. As crianças guardarão na memoria o essencial dos conhecimentos, e os professores e responsaveis por ellas, serão obrigados a estudar esses assumptos primordiaes, de natureza vital para o progresso e grandeza de nossa patria. E' bom systema de educação de pequenos e grandes. Este livrinho é, além do mais, um attestado valioso da victoria da propaganda pelo saneamento do Brasil, da transcendente criação da consciencia sanitaria, que redimirá a nossa gente do opprobrio, da incapacidade, da preguiça e das doenças. Recommendando a leitura attenta e repetida dos pequenos capitulos deste livrinho tenho a convicção de prestar ao meu paiz inestimavel serviço. BELISARIO PENNA Da Academia Nacional de Medicina	O autor deste interessante e utilissimo livrinho apenas exigio de mim uma apresentação, o que faço com vivo prazer, embora certo de que, não esta, mas o proprio e incontestavel valor do precioso opusculo, dar-lhe-á asas para penetrar todas as escolas, todos os lares do nosso querido Brasil. Foi muito bem imaginado o processo adoptado de illustrações expressivas, seguidas de sentenças e conselhos de hygiene, em phrases curtas e incisivas, que se infiltram nos cerebros receptiveis das crianças e forçam, professores e paes, a estudar e a reflectir sobre estes assumptos, attendendo á natural curiosidade das crianças no querer saber o "porque" das cousas. As crianças guardarão na memoria o essencial dos conhecimentos, e os
---	--

professores e responsaveis por ellas, serão obrigados a estudar esses assumptos primordiaes, de natureza vital para o progresso e grandeza de nossa patria. É bom systema de educação de pequenos e grandes. Este livrinho é, além do mais, um attestado valioso da victoria da propaganda pelo saneamento do Brasil, da transcendente criação da consciencia sanitaria, que redimirá a nossa gente do opprobrio, da incapacidade, da preguiça e das doenças. Recommendando a leitura attenta e repetida dos pequenos capitulos deste livrinho tenho a convicção de prestar ao meu paiz inestimavel serviço. Belisario Penna. Da Academia Nacional de Medicina.

Organização da autora a partir do texto original na obra de Renato Kehl (1930, p.168)

3. PARECER DE OSÓRIO DUQUE ESTRADA (Da Academia Brasileira de Letras e Diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro)

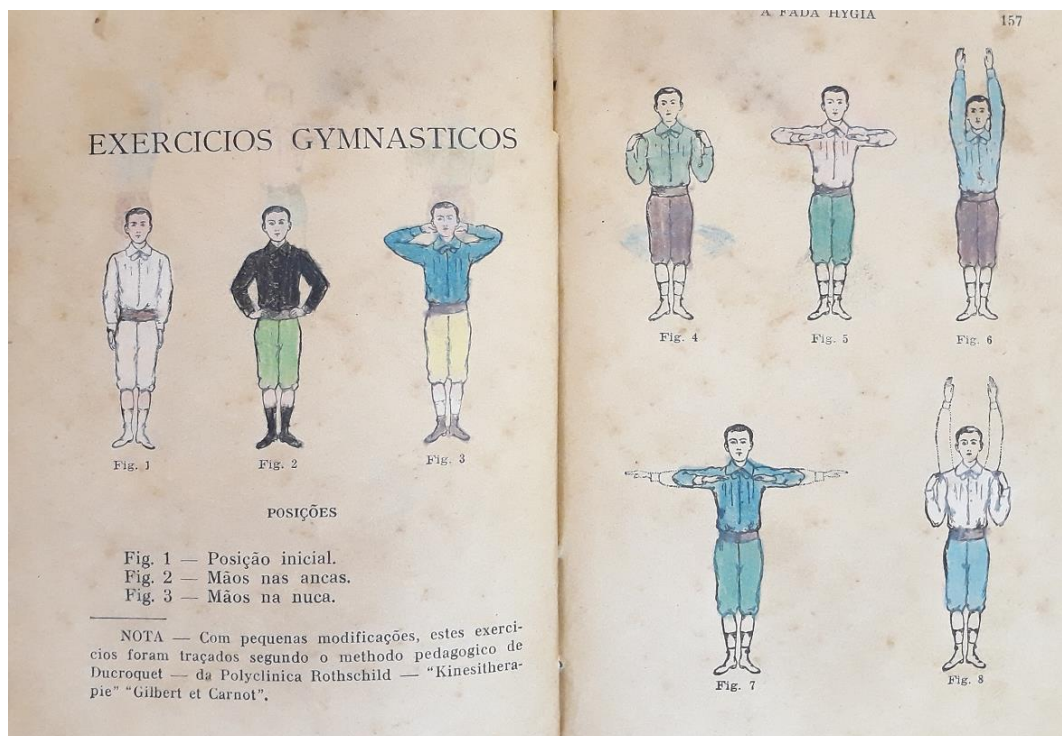
Exmo. Sr. Dr. Renato Kehl Attenciosas saudações. Acabo de lêr, com a devida atenção, a synthese, que teve a bondade de me confiar, do seu novo trabalho intitulado A FADA HYGIA. Nelle pretende V. Ex. ministrar á puericia de nossa terra as mais necessarias noções de hygiene, tomando por base o conhecido conselho de Calkins: "O mais natural e salutar incentivo para obter, entre as crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino". Nada mais louvavel, nem mais digno de applauso, dada a grande escassez da literatura didactica na nossa terra. Com as unicas restricções relativas á conveniencia de serem substituidas algumas palavras cujo sentido escapará seguramente á comprehensão infantil (taes como: <i>larvas, parasitas, etc.</i>), e a necessidade de introduzir na obra um pouquinho mais de fantasia, para justificar a intervenção da fada Hygia em assumptos tão pouco poeticos, como os preceitos hygienicos, não tenho senão palavras de incitamento e de applauso ao novo trabalho com que se vae recommendar á admiração e á estima de todos os bons brasileiros o já conhecido e festejado autor da "EUGENIA e MEDICINA SOCIAL" e da recente obra "MELHOREMOS E PROLONGUEMOS A VIDA". Receba, pois, com os agradecimentos, pela distincção com que me penhorou, as felicitações que, <i>ex-abundancia cordis</i>, lhe envia o Patricio e adm., OSÓRIO DUQUE ESTRADA Da Academia Brasileira de Letras Professor da Escola Normal do Rio de Janeiro. NOTA: — O autor procurou, na medida do possivel, acceitar as justas ponderações do eminente mestre e publicista patricio.	Acabo de ler, com a devida atenção, a synthese, que teve a bondade de me confiar, do seu novo trabalho intitulado A FADA HYGIA. Nele pretende V. Ex. ministrar á puericia de nossa terra as mais necessarias noções de hygiene, tomando por base o conhecido conselho de Calkins: "O mais natural e salutar incentivo para obter, entre as crianças, a atenção e a aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino". Nada mais louvável, nem mais digno de applauso, dada a grande escassez da literatura didactica na
--	--

nossa terra. Com as unicas restricções relativas á conveniencia de serem substituidas algumas palavras cujo sentido escapará seguramente á comprehensão infantil (taes como: *larvas, parasitas, etc.*), e á necessidade de introduzir na obra um pouquinho mais de fantasia, para justificar a intervenção da fada Hygia em assumptos tão pouco poeticos, como os preceitos hygienicos, não tenho senão palavras de incitamento e de applauso ao novo trabalho com que se vae recommendar á admiração e á estima de todos os bons Brasileiros o já conhecido e festejado autor da "EUGENIA e MEDICINA SOCIAL" e da recente obra "MELHOREMOS E PROLONGUEMOS A VIDA". Receba, pois, com os agradecimentos, pela distincção com que me penhorou, as felicitações que, *ex-abundancia cordis*, lhe envia o Patricio e adm., Osório Duque-Estrada. Da Academia Brasliera de Letras. Professor da Escola Normal do Rio de Janeiro.

Organização da autora a partir do texto original na obra de Renato Kehl (1930, p.168).

PRANHAS ILUSTRATIVAS DAS LIÇÕES

EXERCÍCIOS GYNASTICOS (p.156-157)



AGENTES E MODOS DE PROPAGAÇÃO DAS PRINCIPAIS DOENÇAS CONTAGIOSAS (p. 113-114)



PRECEITOS DE PRÁTICA QUOTIDIANA PARA A CONSERVAÇÃO DA SAÚDE (168-169)

